



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Antropologia

**Novas Raízes na Cidade: Sociabilidades nas Hortas Urbanas
de Cabo-verdianos na Amadora**

Pedro Miguel Figueiras Varela

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia

Orientador:
Doutor Pedro Miguel Pinto Prista Monteiro, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2015

AGRADECIMENTOS

À Mãe pela coragem e confiança. Ao Pai pelas histórias. Ao Carlos pela referência. À Flor pelo amor e dedicação a este trabalho. Ao Professor Pedro Prista por ter aceite embarcar nesta tese. Ao Otávio e à Lígia pelos ensinamentos. À Professora Graça Cordeiro pelas conversas. À Marina pela aventura e ensinamentos. Ao Manel pelas loucuras. Ao Diogo por Cabo Verde. Ao Sebastião pelas noites e oportunidades. Ao Daniel pelo início. À Joana pela motivação. À Carolina pelo português e incentivos. À Vera pelo inglês. Ao João pelas músicas e ideias. À Marta por me ter mostrado um mundo que nos escondem. Ao LBC, Jakilson, Mimi, Armindo, Bibia, João Roque, Idalina, Júlia e “Moinho” pela Cova da Moura. Ao Peter e Rei pela Reboleira. E, principalmente ao Marcelino, “Nola”, Armindo, “Machona”, João Lima, António, Eugénio, Damásio e Júlio pelas hortas e conversas.

RESUMO

As hortas urbanas de cabo-verdianos são uma realidade incontornável da Área Metropolitana de Lisboa. Surgem nos taludes das auto-estradas, nas imediações de bairros informais e sociais ou junto a ribeiras que sobreviveram ao encanamento. Nestes lugares, homens e mulheres cultivam milho, feijão, e cana-de-açúcar transportando-nos, por vezes, para a paisagem do seu país de origem. As hortas urbanas têm uma função de resistência económica; todavia, ali surgem também importantes sociabilidades, fundamentais para a vida urbana, ligando estas pessoas entre si, aos seus bairros e à cidade. Nestes lugares, os cabo-verdianos reproduzem parte das relações sociais do seu passado camponês. No entanto, estas transformaram-se, “torceram-se” e “desaguaram” em novas e originais sociabilidades. Na cidade, o cabo-verdiano já não depende da terra como no passado e isso tem implicações na realidade social das hortas. Se outrora foram camponeses, em Portugal transformaram-se em proletários urbanos, resistindo a um processo de exploração e exclusão que aí sofreram. As hortas são uma demonstração da luta dos cabo-verdianos pelo direito a “Lisboa” e uma das múltiplas demonstrações daquilo que têm oferecido à realidade social desta cidade. Percorrendo hortas e bairros, estudos urbanos e do campesinato, este trabalho pretende entender esta complexa e cativante realidade.

Palavras Chave: Hortas Urbanas, Camponeses, Antropologia Urbana, Cabo-verdianos

ABSTRACT

The Cape Verdean urban agriculture is an important part of the social reality of the Lisbon Metropolitan Area. Emerging on the the highways margins, near informal and social neighborhoods or along little rivers that survived the canalization. In these places where men and women grow corn, beans and sugarcane, can sometimes take us to their country of origin landscapes. Urban agriculture have an economic resistance function; however, important sociability happens, essential to urban life, connecting these people to each other, their neighborhoods and the city. In these places the Cape Verdean reproduce part of the social relations of their peasant past. However, they have transformed, changed and transformed in new and original sociability. In the city, the Cape Verdean no longer depends on the land as in the past and this has implications on the social reality of this urban agriculture. If once they were peasants, in Portugal they turned into urban proletarians, resisting to a process of exploitation and exclusion suffered there. The urban agriculture is a demonstration of cape verdian struggle for the right to "Lisbon" and one of the multiple demonstrations of what they have offer to the social reality of this city. Walking through urban farms and neighborhoods, urban studies and the peasantry, this study intends to understand this complex and captivating reality.

Keywords: Urban Agriculture, Peasants, Urban Anthropology, Cape Verdean

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ÍNDICE.....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
I. METODOLOGIA E ABORDAGENS ÀS HORTAS URBANAS EM PORTUGAL	3
1.1 Metodologia	3
1.1.1 Etnografia, Acesso e Escolha dos Lugares.....	3
1.1.2 “Andar e Falar”.....	6
1.1.3 Viajar, Ler e Ouvir Cabo Verde.....	7
1.2 Abordagens às Hortas Urbanas em Portugal.....	8
II. DOS NEGROS EM PORTUGAL ÀS HORTAS URBANAS DOS CABO-VERDIANOS	11
2.1 Negros em Portugal, uma Presença Silenciosa	11
2.2 As Gentes das “Ilhas” e a sua Diáspora	13
2.3 A Cova da Moura e o <i>Continuum</i> de Bairros Negros da Amadora	16
2.4 Os Bairros e as Hortas.....	19
III. REFLEXÕES TEÓRICAS: CAMPONESES NA CIDADE; SOCIEDADE CAMPONESA; SOCIABILIDADES; “PEDAÇO”	23
3.1 Camponeses na Cidade.....	23
3.2 Sociedade Camponesa	26
3.3 Sociabilidades.....	29
3.4 A Horta como “Pedaço”	31
IV. A HISTÓRIA RURAL DAS “ILHAS” E O CAMPONÊS CABO-VERDIANO	35
4.1 Dos Morgados ao Campesinato Cabo-verdiano	35
4.2 Fome: um Fantasma Cabo-verdiano	37
4.3 - Campesinato Cabo-verdiano.....	41
V. AS HORTAS URBANAS DA AMADORA. METAMORFOSES DE UM LUGAR QUE SE ELEVA ENTRE O ASFALTO E O BETÃO.....	45
5.1 Tipologias e Caracterização das Hortas Urbanas da Amadora.....	45
5.2 Uma Horta que se Eleva entre o Asfalto e o Betão	48
5.2.1 Metamorfoses de um Lugar	50
5.2.2 Um “Pedaço”	52
5.3 Marcelino e Armindo: dois agricultores, duas histórias.....	53
VI. DAS REPRODUÇÕES CAMPONESAS ÀS SOCIABILIDADES URBANAS NAS HORTAS.....	57
6.1 Continuidades camponesas na Cidade	57
6.1.1 “Kola San Jon” e Hortas Urbanas: uma analogia	58
6.2 Reciprocidades e Sociabilidades nas Hortas	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
BIBLIOGRAFIA.....	70

ÍNDICE DE FIGURAS

2.1	Continuum de Bairros.....	18
2.2	Evolução das hortas na “Reboleira” e Cova da Moura entre 1995 e 2012.....	22
4.1	Fotografias do livro “Cabo Verde: Aspectos Sociais. Secas e Fomes” (Carreira, 1984).....	39
5.1	Canteiro de “cana” na Cova da Moura e entrada lateral da “Reboleira”.....	46
5.2	Hortas do cruzamento entre o IC19 e CRIL.....	48
5.3	Algumas construções na horta IC19/CRIL	49
5.4	Evolução da zona de hortas do cruzamento IC19 e CRIL	52
6.1	Agricultor com “enxada” de Santo Antão na horta IC19/CRIL.....	59
6.2	“Almoçarada” na horta IC19/CRIL	63
6.3	Agricultores trabalham juntos no corte da “cana” na horta IC19/CRIL	65

INTRODUÇÃO

Se “Durante longos séculos, a Terra foi o grande laboratório do homem, só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel.” (Lefevre, 2011:7). Diz o mesmo autor que o espaço urbano é hoje fundamental para a reflexão teórica, ação prática e imaginação. A cidade é um espaço de trocas materiais e simbólicas, um espaço comunitário e de anonimato, de vidas distintas mas também convergentes. De habitantes de outras cidades, de aldeias, de muitas regiões e vários continentes. É um espaço de “proletários urbanos” e “burgueses”, mas também de ex-camponeses.

Estudar hortas urbanas, um fenómeno generalizado em “Lisboa”¹, era uma forma de compreender esta cidade e as relações humanas que aí se dão. As hortas de cabo-verdianos permitiam-me abordar ainda a particularidade desta comunidade em Portugal. Foi a conjugação destes dois elementos, com os quais trabalhei nos últimos tempos, que me motivaram a avançar para o tema desta tese.

Esta dissertação tem como eixo central o estudo das sociabilidades estabelecidas nas hortas urbanas de cabo-verdianos na Amadora. Com este trabalho procurei compreender de que forma existem reproduções camponesas nas hortas e como isso se reflete nas sociabilidades que aí se dão, sabendo sempre que estamos na cidade e não no campo, e que essas pessoas foram camponeses mas já não o são. Nesse sentido, pretendo com este trabalho contribuir para o estudo das hortas urbanas e das sociabilidades que daí decorrem como parte integrante da cidade e da sua realidade social, que se reinventa a partir das experiências e percursos daqueles que aí plantam novas raízes.

Para analisar a complexidade social nestas hortas foi necessário conjugar os estudos do campesinato com a antropologia urbana. Apesar de serem áreas de estudo distintas, nas hortas urbanas de cabo-verdianos elas combinam-se. Para isso utilizei referências como Robert Redfield, Eric Wolf e James C. Scott, na abordagem ao campesinato; José Magnani, para análise das dinâmicas sociais na cidade; o americano Oscar Lewis, e outros menos conhecidos, como Andrei Simic e William Mangin, na relação do campesinato com a cidade. Cruzar estas duas vertentes da antropologia foi desafiante e frutífero.

Provavelmente porque “Agricultura” e “Cidade” parecem, erradamente, mundos estranhos entre si, existe, em Portugal, pouca literatura nas ciências sociais sobre as hortas urbanas, sendo as abordagens a este tema sobretudo de cariz técnico como referem Luiz e Jorge (2011: 146). No entanto, nos últimos anos, as exceções “à regra” têm produzido interessantes análises do tema, que demonstram a importância social, para além da económica, destes lugares. Nesse caminho, a minha dissertação, alicerçada num trabalho de campo de vários meses, pretende aprofundar a relevância das relações sociais estabelecidas em redor das hortas urbanas.

¹ Utilizo “Lisboa” referindo-me à cidade nas suas fronteiras mais alargadas, as da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que vão de Mafra a Setúbal e de Cascais até Vila Franca de Xira. Ao longo da dissertação utilizarei esta terminologia.

Esta tese está dividida em seis capítulos. Para começar, no Capítulo I, abordarei a questão da metodologia utilizada e farei um pequeno resumo sobre o que se tem escrito em Portugal sobre hortas urbanas. No Capítulo II, iniciarei na história da longa e influente presença negra em Portugal e acabarei nas recentes hortas urbanas de cabo-verdianos. Pelo caminho, abordarei a diáspora cabo-verdiana no geral e em Portugal, e farei uma caracterização dos bairros informais da Amadora. No Capítulo III, abordarei teoricamente temas como a sociedade camponesa, a sua migração para a cidade, as sociabilidades e o conceito de “pedaço” de Magnani (2002, 2003). No Capítulo IV, percorrerei a história rural cabo-verdiana, desde o desembarque de escravos até à formação do campesinato. Nesta fase, caracterizarei também a sociedade camponesa das “ilhas” e abordarei as grandes fomes que marcam a sua identidade. No Capítulo V, farei uma análise geral das hortas urbanas da Amadora e caracterizarei uma em específico, na Buraca, onde realizei grande parte do trabalho de campo. Irei explorar a sua dinâmica como “pedaço” de sociabilidades, a sua ligação ao bairro e, no fim, falarei de dois agricultores que lá conheci. No capítulo VI, o último, coserei as linhas que fui desenvolvendo ao longo da dissertação. Aqui abordarei as sociabilidades que compõem a dinâmica social das hortas, onde reproduções de relações sociais camponesas desaguam em novas sociabilidades urbanas, que ligam profundamente estas mulheres e homens entre si, à comunidade, ao bairro e fundamentalmente à cidade.

As hortas urbanas da AML são um espaço económico e social incontornável à cidade, as suas dinâmicas são essenciais para imaginar o futuro da cidade e dos seus habitantes. Este trabalho, como espaço de análise e de reflexão, é também uma ferramenta para isso.

CAPÍTULO I

I. METODOLOGIA E ABORDAGENS ÀS HORTAS URBANAS EM PORTUGAL

*Nós todos queríamos mais e mais histórias. A ouvir Rosa
Calita, o sono fugia-nos totalmente.*

Baltazar Lopes,
Chiquinho

1.1 Metodologia

1.1.1 Etnografia, Acesso e Escolha dos Lugares

A etnografia é uma das principais metodologias do trabalho antropológico. Adotada sobretudo nesta área, foi também abraçada por outras ciências sociais, nomeadamente pela sociologia. Com o objetivo de perspetivar a sociedade do ponto de vista do sujeito em estudo, a etnografia foi profundamente revolucionária na academia e é, ainda hoje, uma prática fundamental para estudar os múltiplos fenómenos sociais que nos envolvem.

Iniciei o meu trabalho etnográfico em outubro de 2014 e finalizei-o em agosto de 2015. Realizei primeiro dois meses de trabalho de campo, em outubro e novembro de 2014. Posteriormente, houve um semi-interregno durante sete meses, quando fui bolseiro do projeto “O trabalho da arte e a arte do trabalho: circuitos criativos de formação e integração laboral de imigrantes em Portugal”². Durante este projeto, realizei uma etnografia sobre artistas cabo-verdianos na Cova da Moura. Isso permitiu-me ganhar uma enorme experiência e, apesar de não me dedicar totalmente ao trabalho das hortas, continuei a acompanhar, sempre que podia, os agricultores da Cova da Moura e “Reboleira”³. Em julho, viajei durante cinco semanas por ilhas de Cabo Verde e, em agosto, realizei mais um mês de trabalho de campo nas hortas urbanas.

Durante a etnografia, onde fiz dezenas de idas ao terreno, adotei várias ferramentas: realizei observação participante nos bairros e nas hortas; elaborei um diário de campo, fundamental para registar as minhas experiências e refletir sobre a realidade em estudo; gravei e analisei dez entrevistas; e utilizei fotografia e filmagem como ferramentas de recolha audiovisual.

Durante a etnografia, para a compreensão do fenómeno que são as hortas na cidade e, mais especificamente, a sua dinâmica social e humana, adotei a perspetiva de etnografia urbana que Magnani (2002) denomina de “olhar de perto e de dentro”: nem tão de longe que me pudesse perder

² Projeto desenvolvido no âmbito institucional do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Coordenado por Lúcia Ferro e Otávio Raposo e financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e pela Comissão Europeia (CE) através do Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros (FEINPT).

³ “Reboleira” é o nome pelo qual os habitantes da Estrada Militar do Alto da Damaia se referem ao seu bairro. Adotarei esta terminologia nativa ao longo do texto.

na cidade, nem tão de fora que me afastasse dos homens e mulheres protagonistas das hortas urbanas. Para “olhar de perto”, foquei-me apenas nas hortas de cabo-verdianos, inseridas no território da Amadora (mais especificamente na Buraca, Damaia e Reboleira). Depois, dentro dessas hortas, centrei-me nas relações sociais que lá se estabeleciam, fundamentalmente as sociabilidades. No entanto, nunca esqueci que estas hortas estão inseridas geograficamente e socialmente numa estrutura maior e abrangente que é a cidade.

Por outro lado, interpretei o fenómeno social das hortas urbanas “de dentro”, convivendo, dialogando e entrevistando os seus protagonistas: o processo de entrar e sair repetidamente do meu território etnográfico; ter sido há muitos anos um proto-agricultor urbano no vale de Chelas⁴; e ter viajado duas vezes para Cabo Verde, permitiu-me refletir, a partir “de dentro”, sobre estas hortas. Este trabalho está, assim, profundamente alicerçado na etnografia realizada e o “mergulho” que realizei no terreno permitiu-me desenterrar valiosas informações e questões.

Em 2006, conheci a Cova da Moura. Nesse ano, durante alguns meses coorganizei, com uma amiga, que trabalhava no Moinho da Juventude⁵, Marta Luz, aulas de música para jovens rappers do bairro. Com eles mantive amizade até hoje e através deles conheci a realidade de imensos bairros informais e sociais. Foram estes jovens do movimento hip-hop e ativistas, a quem devo muito, os meus pilares de “acesso ao terreno”. Em setembro de 2014, segundo ano do mestrado, decidi mudar o tema da dissertação e arrisquei nas hortas urbanas de cabo-verdianos. Felizmente o meu orientador aceitou de bom grado a ousadia. A meu pedido, nos primeiros dias de outubro, um amigo rapper, produtor de música e cinema da “Reboleira”, apresentou-me vários “cotas”⁶ com hortas no bairro. Durante essas semanas contactei amigos da Cova da Moura, que também me ajudaram. O meu acesso partiu, assim, dos jovens que conhecia para os mais velhos.

As primeiras tentativas para que os “cotas” me levassem a conhecer as hortas ou me deixassem entrar nas suas sociabilidades foram frustrantes. Muitos encontros eram desmarcados, ou eles simplesmente não apareciam. Foram horas e dias e até semanas de espera. Como Malinowski (1992:4) escreveu: “I well remember the long visits I paid to the villages during the first weeks; the feeling of hopelessness and despair after many obstinate but futile attempts had entirely failed to bring me into real touch with the natives [...]”.

⁴ No ano de 2006, eu e um colega de Arquitetura Paisagista, Manuel Abrantes, no que chamaria de uma etnografia espontânea e intuitiva, decidimos fazer uma horta no Vale de Chelas. No talhão que nos foi entregue por um dos agricultores, que dizia que o antigo dono nunca mais voltaria, aprendemos durante uns meses a cultivar e a conviver naquele meio. Ali, conhecemos pela primeira vez uma realidade que era muito discutida, mas pouco conhecida por dentro, nas salas do Instituto Superior de Agronomia, onde estudávamos.

⁵ A Associação Cultural Moinho da Juventude foi criada em 1984 e é hoje uma instituição central para a vida do bairro. Tem uma cantina, uma creche, e acompanhamento a crianças e jovens em período pós-escolar. Tem ainda uma sala de computadores, uma biblioteca e um estúdio de música.

⁶ “Cota” é uma palavra da gíria que se refere a pessoas mais velhas.

A distância entre mim e estes agricultores urbanos era enorme: a diferença de classe, etária, cultural e linguística⁷ impediam-me de avançar rápido no meu trabalho. Esses obstáculos tinham de ser ultrapassados. Com algumas semanas de insistência, os agricultores começaram a levar-me às suas hortas e cada vez surgiam mais. À medida que o tempo avançava, a confiança consolidava-se e habituavam-se à minha presença.

Iniciei o meu trabalho de campo dos bairros para hortas e não ao contrário. Este percurso permitiu-me ganhar uma maior confiança com os agricultores e conhecer as suas vidas para além das hortas, interpretando esses lugares, não como um espaço isolado, mas conectado com os bairros onde estes habitam. Na verdade, interessavam-me essencialmente os agricultores e não tanto o espaço das hortas em si.

Foquei-me em dois bairros: primeiro a “Reboleira” e depois a Cova da Moura. Centrando-me mais tarde sobretudo no último. Trabalhar em dois bairros diferentes permitiu-me compará-los e entender que pertenciam a um *continuum* de bairros africanos da Amadora (Raposo, 2005). Este estudo multi-situado foi fundamental para as minhas interpretações.

Ao longo da etnografia, conheci mais de vinte agricultores urbanos. Com cinco deles mantive uma relação mais próxima: quatro da Cova da Moura e um da “Reboleira”; dois da ilha de Santiago e três da ilha de Santo Antão; dois que tinham horta como forma de sustento, e três fundamentalmente por lazer; dois com horta apenas no IC19, um com horta no próprio bairro, outro com horta no IC19 e Rio de Mouro e um com uma grande horta de regadio em Carnaxide. Concentrei-me mais tarde num grupo de agricultores urbanos da Cova da Moura, que tinham um conjunto de hortas no cruzamento entre as autoestradas IC19 e CRIL, na Buraca.

Infelizmente, não tive tempo para explorar a questão de género. Não entrevistei nem mantive contacto próximo com mulheres agricultoras. No entanto, ao longo do trabalho, conheci três mulheres, uma delas da “Reboleira”, respeitada por ter uma enorme área de cultivo perto do IC19. Posso facilmente afirmar, que pelo menos naquela área, estamos perante um ambiente profundamente masculinizado nas hortas.

Sei que os estudos antropológicos não se limitam ao trabalho de campo, mas, diria eu, não sobreviverão sem ele. O trabalho de campo como base da etnografia é uma ferramenta essencial à análise antropológica. Desvalorizar isso é um perigo que nos espreita.

⁷ A minha presença nestes bairros e estadias em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, e até aulas, permitem-me compreender o crioulo cabo-verdiano de uma maneira geral. No entanto, principalmente o crioulo “badiu” (ou seja, da Ilha de Santiago), dominante em Portugal, não é para mim de fácil expressão.

1.1.2 “Andar e Falar”

As primeiras linhas escritas por Ingold e Vergunston, no seu livro “Ways of Walking”, dizem o seguinte: “When did our walk begin? When will it ever end? We cannot remember, and will never know. Walking in this regard, is much like talking, and both are quintessential features of what we take to be human form of life.” (2008:1). Como referem os autores, “andar e falar” são formas fundamentais de ser humano, e as duas podem, em várias ocasiões, complementar-se. Fazer um bom trabalho de campo depende muito de boas conversas e entrevistas. Durante a etnografia que realizei, utilizei a ferramenta “andar e falar” em muitas das entrevistas que fiz e diálogos mais informais que mantive. Isso possibilitou-me interagir mais facilmente com os entrevistados, entendendo as razões e a realidade social das hortas; percorrer memórias; e perceber melhor o território.

Pedi aos primeiros agricultores que conheci que me levassem a visitar as suas hortas. Nesses caminhos, com o gravador em punho, realizava entrevistas exploratórias, que duravam toda a caminhada. Com isso conheci muitos locais, percorri memórias, entendi a ligação bairro-horta e tive um maior à vontade nas nossas conversas. Percebi na primeira entrevista que esta metodologia seria ideal para a minha etnografia. Decidi então, sempre que possível, fazê-las a andar, do bairro para as hortas, das hortas para o bairro, ou por vezes de café para café. No entanto, a metodologia de “andar e falar” não foi apenas utilizada em entrevistas, mas também em muitos diálogos informais.

Com o “Nola”, um dos agricultores urbanos da “Reboleira” com que mantive uma forte relação, estarmos juntos significava andar. Andávamos sempre ao seu ritmo, devagar. Nessas caminhadas, por vezes de várias horas, ele ia contando as suas histórias. Habitualmente, quando eu chegava ao bairro, dirigia-me à sua casa, batia à porta. Se não estava lá, perguntava aos jovens sentados ali no muro se o tinham visto, por vezes sabiam onde estava, por outras não. Quando a resposta era negativa, ia aos cafés. Esperava. Quando o encontrava começávamos longas caminhadas pela Damaia. Nessas caminhadas, contava-me histórias da sua vida, mais do que sobre as hortas em si. Entrávamos em cafés e ele bebia um vinho tinto e eu uma cerveja, entrávamos noutro e depois noutro, cada um pagava a sua vez. Andávamos e as histórias continuavam, por vezes íamos à horta, apanhar umas folhas de couve, mondar ou tapar a sementeira dos pombos com folhas secas. Sentávamo-nos num banco de jardim, parávamos para cumprimentar vizinhos, e, entre estas paragens, caminhávamos e conversávamos muito. Ao fim da tarde, quando o sol começava a baixar, voltávamos ao bairro e ficávamos ali a falar com outros da sua idade, depois ou eu ia embora, ou ele deixava-me para se dedicar à bisca⁸. Os meus dias com o “Nola” eram imensas caminhadas falantes. Nessas caminhadas, entrei na sua vida. Ouvi histórias dos tempos da construção do bairro; entrei no escuro da Mina da Panasqueira⁹, quando um

⁸ O jogo de cartas que as gerações mais velhas de cabo-verdianos, mas também de portugueses, têm o hábito de jogar.

⁹ Alguns cabo-verdianos que chegaram a Portugal nas décadas de 1960 e 1970 foram trabalhar para a Mina da Panasqueira, na Covilhã. Esta mina ficou conhecida pelo volfrâmio, o “ouro negro”, que aí era extraído e utilizado em material bélico, nomeadamente, na Segunda Guerra Mundial.

acidente lhe ia ceifando a vida; viajei por Portugal na motorizada que comprou com os primeiros ordenados, que lhe pagavam semanalmente porque os patrões eram ingleses; conheci antigos lugares de hortas que agora são prédios e percorri as montanhas do interior de Santiago, onde cresceu. Com essas conversas, lentas e por vezes silenciosas, conheci também as razões para ter horta, o que lá cultivava e as sociabilidades que lá aconteciam.

Ao percorrer a história de alguns lugares, fui penetrando nos estratos que as memórias foram construindo. “Andar e falar” foi, mais uma vez, fundamental. Na elaboração dum passado de alguns lugares, hoje com hortas, percorri a história oral dos agricultores. Shetler (2007) diz que a história oral está alicerçada na paisagem, espaço e território. Está agarrada a lugares, objetos e construções que estão num espaço preciso. No meu caso, estar e percorrer esses lugares com quem entrevistava permitia-me ir mais longe. Possibilitava-me um entendimento de vários estratos temporais e entre eles coser uma lógica histórica, imaginar paisagens, percecionar a importância dessas hortas para estes homens, as razões da sua existência, o seu passado, presente e futuro. Com a ferramenta de “andar e falar”, essas hortas revelaram-me histórias de resistência, amizades, migrações e de Cabo Verde. Como escreveu Shetler (2007: 3): “The elders pointed out, and told stories of the past as they walked over the land [...]”.

1.1.3 Viajar, Ler e Ouvir Cabo Verde

Para além do estudo teórico, combinei a minha etnografia com viagens a Cabo Verde, interpretações de músicas e leituras de romances cabo-verdianos. Para realizar esta dissertação, pareceu-me necessário conhecer melhor o país de origem dos protagonistas das hortas. A meu ver, quem realiza um estudo que aborda imigrantes, deve conhecer, se possível, os seus países de origem, pois tal permite uma perceção mais abrangente da realidade que estudamos.

No ano de 2011, ainda antes de imaginar que faria um mestrado de antropologia, vivi em Mindelo, na Ilha de São Vicente, durante dois meses. Aí ajudei um colega e amigo, Diogo Bento, na recuperação de fotografias da loja fotográfica mais antiga de Cabo Verde. Na “Foto Melo”, enquanto limpávamos e arquivávamos as fotografias, percorremos, entre muitas coisas, o interior das ilhas, registado visualmente ao longo de todo o século XX. Um dos negativos de vidro que limpámos mostrava crianças nuas de Santo Antão, com a barriga inchada da fome, provocada por uma das estiagens do século XX. Nesses dois meses, visitei ainda as ilhas de Santo Antão e São Nicolau e, através de caminhadas, conversas e fotografias, conheci uma fração das relações sociais e da moral camponesa cabo-verdiana.

Decidi que, antes de acabar esta dissertação e em forma de estudo, deveria regressar a Cabo Verde. Assim fiz. Durante o mês de julho de 2015, visitei Santiago, Fogo, e revisei São Vicente e Santo Antão. Desta vez, com foco na etnografia que realizava, percorri o interior destas ilhas. Nelas filmei paisagens, agricultura e pessoas com quem conversava. Desta vez, tive um acesso mais abrangente à ruralidade e agricultura de Cabo Verde. Esta viagem possibilitou-me entender as hortas urbanas de cabo-verdianos de uma forma mais clara: entender o que lá se reproduzia, o que era novo. E, claro,

aperfeiçoar o meu crioulo.

Decidi também, na fase final deste trabalho, reler os romances cabo-verdianos “Os flagelados do Vento Leste”, de Manuel Lopes, e “Chiquinho”, de Baltazar Lopes. Estes dois autores, pertencem a uma geração de escritores cabo-verdianos apelidada de “claridosos”. Esta geração viveu e imortalizou nos seus livros as estiagens, as fomes, a exploração e a emigração cabo-verdiana da primeira metade do século XX. O primeiro retrata Santo Antão e o segundo São Nicolau e São Vicente. Ler estes romances permitiu-me compreender melhor o camponês cabo-verdiano, os seus valores e suas dinâmicas sociais. E, principalmente, entender as grandes fomes que ainda hoje marcam a identidade cabo-verdiana. Percorrer estas ficções foi inspirador e revelador, possibilitando uma análise mais profunda das hortas urbanas. Transportar algumas linhas desses livros para esta tese permitiu-me fazer uma ligação à história, ao campesinato e à arte cabo-verdiana.

Outro elemento importante da metodologia desta tese é a abordagem à música cabo-verdiana. Parte dela permite-nos entender a memória coletiva do povo que a canta. Vários autores descrevem a música, a par da língua, como um dos elementos centrais da identidade cabo-verdiana (Sieber, 2005; Batalha & Carling, 2008; Monteiro, 2011). Não é por acaso que a grande heroína nacional é uma cantora, Cesária Évora¹⁰. Explorar esta dimensão artística, que acarreta nas suas letras histórias, valores e identidades é uma forma de explorar a identidade imaginada cabo-verdiana (Anderson, 2006).

1.2 Abordagens às Hortas Urbanas em Portugal

A abordagem ao tema das hortas urbanas nas ciências sociais portuguesas tem sido muito escassa. No entanto, outras áreas, como a Arquitetura Paisagista, a Arquitetura e as Engenharias, têm produzido importantes trabalhos sobre a questão. Como referem Luiz e Jorge (2011: 146):

Em Portugal, a literatura existente sobre a temática da agricultura urbana refere-se sobretudo a produções técnicas e académicas no âmbito das áreas da Arquitetura e das Engenharias [acrescentaria Arquitetura Paisagista], enquadrando as hortas como uma das suas atividades - aliada a abordagens sobre cidade sustentável, características formadoras de estruturas verdes urbanas, estruturas ecológicas urbanas, viabilidade ambiental (características da água, solo, relevo, enquadramentos biofísicos, dimensões paisagísticas, entre outros), tipologias e funcionalidades.

Noutro artigo da mesma autora (Luiz e Veronez, 2012), refere-se a relevância, o reconhecimento social e político, que o tema da agricultura urbana, pelas suas potencialidades sócio-económicas e ambientais, tem assumido nos últimos 15 anos.

Pelo interesse que o tema adquiriu na área da Arquitetura Paisagista e a importância de Gonçalo

¹⁰ Em 2011, durante a minha estadia em Mindelo estive presente no funeral de Cesária Évora. “Todos” os quadros do Estado cabo-verdiano, figuras públicas e artistas na diáspora estiveram presentes. Nas ruas, multidões apertavam-se e, ao longo do percurso, dezenas de grupos, com violas, cavaquinhos e violinos, entoavam músicas melancólicas.

Ribeiro Telles nesta disciplina, não será por acaso que a primeira abordagem ampla às hortas urbanas na AML, “As “hortas urbanas” em Lisboa” (Castel’Branco e Saraiva, 1985), junte uma arquiteta paisagista a uma socióloga. Este trabalho fez um grande levantamento desta prática na cidade, produzindo mapas e demonstrando a sua relação com os bairros sociais e bairros informais. É sem dúvida um trabalho incontornável, pela sua ousadia, abrangência e antiguidade.

Apesar de poucos, têm-se realizado nos últimos anos alguns bons trabalhos nas ciências sociais sobre as hortas urbanas da AML. É de destacar o de Juliana Luiz, que está a trabalhar numa tese de doutoramento sobre o tema das hortas urbanas de cabo-verdianos na AML. Infelizmente, a sua dissertação ainda não pôde ser uma referência para este trabalho, por ainda não estar finalizada. No entanto, alguns trabalhos que realizou com outros colegas são relevantes para a questão, como por exemplo: os artigos “Hortas urbanas cultivadas por populações cabo-verdianas na Área Metropolitana de Lisboa: Entre a produção de alimentos e as sociabilidades no espaço urbano não legal” (Luiz e Jorge, 2012); “O Espaço das Agriculturas Urbanas na Grande Lisboa: Trajetórias transversais à cidade” (Luiz e Veronez, 2012); e a apresentação “Materializando a cidadania nas urbanizações não planeadas: o papel das hortas urbanas para as comunidades (i)migrantes da Grande Lisboa”.

Esta autora tem realizado um estudo multi-situado da agricultura urbana cabo-verdiana, em várias zonas da AML, e tem demonstrando a importância social e económica destes lugares para quem lá cultiva. Como se escreveu num artigo do qual é co-autora:

Para quem as produz, as hortas podem adquirir diferentes sentidos, representar um projeto de subsistência, de reforço alimentar, um exercício de (re)aproximação às origens, mesmo noutra território, à terra, em sentido lato, um espaço dedicado ao ócio e à liberdade, face aos constrangimentos vividos no acesso à cidade, em resposta a satisfações que entram no âmbito dos afetos (Luiz e Jorge, 2012: 155-156)

Por último, devo destacar o artigo “Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City - Practices in Lisbon and London”, do planeador urbano Yvez Cabannes (University College of London) e da arquiteta Isabel Raposo (Faculdade de Arquitetura de Lisboa). Este trabalho demonstra as grandes diferenças que existem entre a agricultura urbana lisboeta e londrina. Em Lisboa, dizem, ressalta a forma não-regulada como esta prática é mantida e a importância que tem para a coesão da comunidade cabo-verdiana: “urban farming communities from the cape verde islands maintain and strengthen community bonds through their activity but this does not necessary lead to better social integration within the wider portuguese society.” (Cabannes, et al., 2013:236)

Apesar da minha dissertação partir de perspetivas de análise diferentes, todos estes trabalhos foram fundamentais para a caracterização e reflexão sobre o tema. E, principalmente, para sentir que caminhava no tema acompanhado.

CAPÍTULO II

II. DOS NEGROS EM PORTUGAL ÀS HORTAS URBANAS DOS CABO-VERDIANOS

Nas fábricas de algodão ele ganhou a tosse seca que cortava amiúde as suas conversas. Mas a sua experiência enriqueceu-se extraordinariamente. Em Second Street, em Acushnet Avenue, em Water Street, foi encontrar Cabo Verde reproduzido em minúsculo na terra americana. O pilão cochindo o milho para a cachupa. O banco urim. As cantarolas com viola e violão, como nas ilhas. Toda a gente falando crioulo misturado com palavras e frases americanas [...] Era a capacidade de resistência das ilhas que ele via no cabo do mundo.

Baltazar Lopes,
Chiquinho

2.1 Negros em Portugal, uma Presença Silenciosa

Estudar as hortas de cabo-verdianos na Amadora, ignorando a constante presença de negros africanos ao longo dos séculos em Portugal, seria uma enorme lacuna neste estudo. Normalmente, vemos retratada esta presença por fluxos migratórios recentes, no entanto, ao contrário do que se possa pensar, ela é muito antiga e marcante socialmente. Porém, realizam-se poucos estudos sobre este tema. Foi um historiador brasileiro, José Ramos Tinhorão, no seu livro “Os Negros em Portugal: Uma presença silenciosa” (1988), um dos primeiros e únicos a abordar de forma abrangente e com enorme ousadia esta matéria.

É verdade que, nas ciências sociais, muitos e bons estudos se fizeram sobre as recentes comunidades negras africanas em Portugal, no entanto, a maioria desses trabalhos, assim como a sociedade em geral, ignora que estas comunidades negras, onde os cabo-verdianos estão incluídos, têm tido influência ao longo dos séculos na sociedade portuguesa. É urgente perspetivar esta nova etapa migratória, que se iniciou aproximadamente na década de 1960, num vasto período de estadia e influência dos negros africanos em Portugal.

A chegada de negros em grande número iniciou-se no século XV com o tráfico de escravos, mantendo-se ao longo dos vários séculos de colonização portuguesa da costa africana. Estes negros deixaram profundas marcas culturais em Portugal e esta sociedade é hoje também fruto dessa presença. Esses negros foram escravos, forros¹¹ e mestiços. Servos, agricultores, comerciantes, marinheiros, músicos, e até médicos, como Sousa Martins, um mestiço, onde hoje, em torno da sua estátua no Campo Mártires da Pátria, em Lisboa, crentes acendem velas para pedir milagres ou cumprir promessas.

Nos dias que correm, vemos anunciadas festas de *kizomba*¹² em qualquer aldeia do interior de Portugal. No entanto, como já referi, não foi só agora que a cultura negra africana penetrou na nossa sociedade. Ao longo destes séculos, os negros tiveram um importante papel: na religião, na literatura, nas touradas,

¹¹ Escravos libertados.

¹² O *kizomba* é um estilo de música e de dança angolano. No entanto, a sua origem provém do *zouk* antilhano.

no teatro, no vocabulário e na música (Tinhorão, 1988). O fado, atualmente património imaterial da humanidade da UNESCO, visto por muitos como um importante símbolo de identidade nacional, reinventado e consagrado pelo regime fascista, tem, segundo Tinhorão (1988: 323-340), origem na população negra de Lisboa do século XIX. Segundo o autor, os negros lisboetas adotaram novos ritmos e danças que provinham do Brasil. Originário do lundum, o fado, dançado e cantado pelos afro-brasileiros do Rio de Janeiro, foi acolhido pelos negros de Lisboa e rapidamente se espalhou ao resto das massas populares urbanas da cidade. O fado animava as festas e a noite boémia dos bairros de Alfama, Mouraria, Bairro Alto ou Madragoa, onde o proletariado lisboeta, negro e branco, vivia misturado. No futuro, quem sabe se o *kizomba* não será também elevado a património imaterial da humanidade, como grande símbolo da identidade portuguesa?

E foi apenas no século XX e XXI que negros se lançaram com as suas alfaias e sementes aos solos de Portugal, como se observa hoje nesses taludes da autoestrada do IC19, que ligam Lisboa a Sintra? Provavelmente não. Tinhorão (1988:89-97) refere que: “[...] o aumento crescente da entrada de cativos [...] pelos fins da primeira metade de Quinhentos – ia tornar o uso do trabalho escravo comum a quase toda a área rural da metrópole.” (Tinhorão, 1988: 93). Logo no século XV, escravos foram forçados a trabalhar nos campos do país, entrando em declínio o uso desta mão-de-obra pelos proprietários rurais no século XVIII.

Os escravos, negros mas também mouros, foram uma massa humana fundamental ao longo de séculos na agricultura portuguesa. Por exemplo, as cortes de 1472 solicitavam ao rei D. Afonso que não deixasse sair os escravos para fora do reinado: “[os escravos] fazem grande povoação em vossos reinos e são causa de se fazerem terras novas e romper os matos e abrir paus¹³ e outros proveitos” (Cortes de 1472 in Barradas, 1995: 31). Esses servos rurais foram levados fundamentalmente para o sul do reino, onde desbravavam matos e paus, lavravam solos e colhiam cereais. Nos campos de Portugal, eram explorados por lavradores, num interior que se desertificou devido à peste negra, de onde o povo desertava em caravelas e onde se alteravam as formas de exploração humana. Imagino, então, um desses escravos vindos da Guiné¹⁴, onde mangais eram desbravados para produzir arroz, a contemplar aqueles paus do Sado e do Tejo. Mirava esses pântanos, de onde os brancos fugiam a “sete pés” de “alimárias”¹⁵ e “sezões”¹⁶, com um sorriso nos lábios. Na mão cerrada, conservava os últimos bagos de *Oryza glaberrima* (arroz africano), sobreviventes da brutalidade do convés do navio negreiro, que o arrancou da sua terra e o transportou até um violento mundo novo. O mesmo sorriso deve ter tido um cabo-verdiano, vindo do interior de Santiago ou Santo Antão, na Amadora, depois do

¹³ Terrenos alagadiços, pântanos.

¹⁴ Utilizo aqui o termo Guiné na sua forma abrangente de região da Guiné, que ia aproximadamente do Senegal ao Gabão.

¹⁵ Arcaísmo português para a palavra animal, no crioulo guineense e cabo-verdiano, “limária”, é utilizado atualmente com esse significado.

¹⁶ Febres relacionadas com a malária. Os últimos casos de malária endémica em Portugal são datados de 1959 (Público, 10/07/2012).

25 de Abril, quando contemplou o terreno que iria ocupar para construir o seu lar e mesmo ali ao lado cultivar uma horta onde plantaria feijão congo e uns pés de cana-de-açúcar.

De que forma e em que medida os negros africanos influenciaram a agricultura portuguesa? Que sementes trouxeram? Que técnicas aplicaram? Que alfaías adaptaram? Será por acaso que Leite Vasconcelos no século XIX “encontra” o “espécime português de raça negra” à beira do Sado? Ali naquelas aldeias de São Romão e Rio de Moinhos, construídas de frente para os arrozais? Nos mesmos arrozais que os negros da Guiné conheciam como a palma das mãos das margens dos rios Níger, Gâmbia, Geba ou Volta? Não sabemos se foi uma casualidade eles estarem ali¹⁷, pois, infelizmente, muito ainda está por descobrir da história silenciosa, silenciada e branqueada dos negros em Portugal. E será caminhando sobre os alicerces dessa história que os estudos antropológicos e sociológicos devem olhar para a presença negra em Portugal atual.

Entender esta longa presença permite-nos interpretar melhor a relação da sociedade portuguesa e das suas instituições com os negros atualmente. No caso específico desta dissertação, deve interpretar-se as hortas urbanas de cabo-verdianos como um fenómeno que está integrado, historicamente, numa longa presença de povos negros em Portugal e onde a sua influência sobre a agricultura e cidades deste país não são uma novidade.

2.2 As Gentes das "Ilhas" e a sua Diáspora

Cabo Verde é um arquipélago saheliano¹⁸ da África Ocidental, constituído por nove ilhas habitadas. Encontradas desabitadas por navegadores ao serviço da Coroa Portuguesa, a sua colonização iniciou-se no século XV e teve como função primordial ser um entreposto de escravos, devido à sua localização geográfica estratégica. Ali chegaram homens, mulheres e crianças arrancadas da costa da Guiné com o objetivo de serem vendidos na Europa, no Brasil e nas Caraíbas. Na Cidade Velha, junto à atual capital, Praia, na Ilha de Santiago, onde se diz terem passado Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Padre António Vieira, erguem-se ainda os “escombros” dessa infeliz e bárbara época escravagista. Nas ilhas, esses negros misturavam-se com uma minoria portuguesa, genovesa e castelhana, que detinha o poder, nascendo assim rapidamente uma identidade mestiça. Perante as paisagens inóspitas, mas sublimes de Cabo Verde, os escravos, os fujões¹⁹, os forros e os crioulos arranjam formas de *covar*²⁰

¹⁷ Esta hipótese surgiu de um estudo onde colaboro com outros colegas: Joana Vaz, Manuel Abrantes e Miguel Carmo.

¹⁸ O Sahel é uma faixa biogeográfica semiárida da África subsariana.

¹⁹ Os escravos que fugiam.

²⁰ Palavra em crioulo cabo-verdiano que significa lavar.

os solos magros das encostas vertiginosas, para ali semearem num clima seco que o “diabo aqueceu”, milho e feijão para a cachupa²¹ e, nos lugares mais húmidos, cana-de-açúcar para fazer grogue²².

Depois de uma luta anticolonial conjunta com os guineenses, liderada por Amílcar Cabral, agrónomo do I.S.A.²³ e filho de cabo-verdianos nascido na Guiné-Bissau, o país obteve independência oficial a 5 de Julho de 1975. Nesses dias, um império decadente desmoronava-se devido à luta armada dos povos africanos e profundas revoluções que aconteciam na “metrópole” e nas ex-colónias. A independência de Cabo Verde juntou-se assim à da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor-Leste.

A história de Cabo Verde é profundamente marcada pelas cíclicas fomes, que ceifaram milhares de vidas, provocadas pelas secas e pelo colonialismo. Essas grandes catástrofes, entre outros fatores, levaram o “povo das ilhas” a uma enorme diáspora, primeiro para os Estados Unidos da América, onde trabalhavam na pesca da baleia ou em fábricas, e depois para São Tomé e Príncipe, esta última retratada na emblemática música “Sodade”, de Cesária Évora. Os cabo-verdianos, que se encontravam entre a fome e a promessa de sobrevivência a trabalhar em roças, embarcavam para São Tomé e Príncipe assinando contratos miseráveis. Nas roças, geridas por brancos, para onde iam trabalhar na “brasa” da linha do Equador, em pomares de café e cacau, eram profundamente explorados. A barbárie vivida pelos cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe é retratada neste testemunho de 1915:

Tenho aqui visto os serviçais de Cabo Verde serem tratados como cães, quer no que toca a alimentação, quer se trate de educação. Muitos deles morrem desamparados de todos os confortos, famintos e miseráveis. Há dias foi assassinado um de Santo Antão, à chicotada. Morreu no hospital, sem pele nas costas, com órgãos importantes de respiração a descoberto. (A voz de Cabo Verde nº 192, 1915 *in* Barradas, 1995:72)

No entanto, com o fim das grandes fomes, a migração manteve-se porque a pobreza continuou e a perspetiva de uma vida melhor em Boston, Lisboa ou Roterão, onde se iam estabelecendo, continuou a ser um “destino” forçado. Assim, no final do século XX, dois terços dos cabo-verdianos viviam fora do arquipélago (Sieber, 2005) e segundo Batalha et al. (2008:13): “Few countries in the world have been as profoundly shaped by migration as Cape Verde.”

A diáspora distribui-se por vários países, entre eles os Estados Unidos da América, onde está a sua maior comunidade no estrangeiro; Holanda; França; Alemanha; Itália; Luxemburgo; Senegal; São Tomé e Príncipe; Angola; Senegal; e Portugal, onde vive a sua maior população na Europa (Sieber, 2005: 123).

²¹ Prato tradicional cabo-verdiano cuja base é uma mistura de vários tipos de feijões e milhos.

²² A bebida mais popular de Cabo Verde, produzida através da destilação da calda extraída da cana-de-açúcar. Semelhante ao rum das ilhas do Caribe e à cachaça brasileira.

²³ Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Das recentes migrações africanas para Portugal, a cabo-verdiana é das mais antigas no país, e uma das maiores e mais influentes nessa sociedade. Atualmente, vivem em Portugal entre 40 a 80 mil cabo-verdianos (Batalha, 2008a:68; SEF, 2013), um número que varia consoante o critério utilizado. O SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), por exemplo, considerava existirem 40.912 imigrantes cabo-verdianos em Portugal em 2014, 10,4% do total dos imigrantes no país, mas não contabiliza aqueles que já adquiriram a nacionalidade portuguesa. No entanto, se considerarmos os que assumem a identidade cabo-verdiana²⁴, que inclui também muitos dos que cá nasceram, os números elevam-se facilmente acima dos 80.000.

Concentrada sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (AML), mas também no Algarve, a população cabo-verdiana tem ocupado, maioritariamente, postos de trabalho não qualificados e desvalorizados socialmente, como a construção civil (no caso dos homens) e os serviços de limpeza (no caso das mulheres) (Góis, 2008:17), demonstrando assim que em Portugal são dos grupos mais explorados da classe trabalhadora.

A esmagadora maioria dos cabo-verdianos com quem contactámos nas hortas chegaram ao país nas décadas de 1960 e 1970, nas primeiras fases de migração do século XX. Os que nessa época chegavam a Portugal provinham de um país profundamente ruralizado. Segundo dados das Nações Unidas, Cabo Verde tinha, em 1960, uma percentagem de população rural de 83,3% contra 65% em Portugal e, no ano da Independência, em 1975, 78,6% e Portugal 59,2% (United Nations, 2015 a). Atualmente, numa rápida urbanização que tem acontecido neste arquipélago, apenas 34,5% da população vive em meio rural, já menor que a portuguesa que é de 36,6%. Nessas primeiras décadas de migração, os cabo-verdianos em Portugal passavam de camponeses a proletariado urbano, alterando, mas também conservando, nos bairros para onde iam viver, as suas estruturas sociais camponesas (Batalha, 2008 a).

A seca, a migração, a exploração e os sonhos do povo cabo-verdiano em Portugal estão imortalizados numa música do grupo Tubarões, chamada “Alto Cutelo”. Recentemente, esta música foi utilizada no filme “Cavalo Dinheiro”, do realizador Pedro Costa, que é um retrato inigualável da diáspora cabo-verdiana em Portugal. Transcrevo em português o poema da música²⁵:

²⁴ Um dia, numa conversa com um amigo cabo-verdiano da Cova da Moura, perguntei-lhe se o atleta olímpico Nelson Évora tinha nascido em Portugal ou em Cabo Verde. Ele disse que tanto fazia, porque para os cabo-verdianos, os que vieram das “ilhas” ou nasceram cá são todos cabo-verdianos. Quando cheguei a casa, numa pesquisa rápida na internet, descobri que o atleta português Nelson Évora é filho de cabo-verdianos e nasceu na Costa do Marfim.

²⁵ Uma das personagens que surge nestas imagens do filme de Pedro Costa é um dos agricultores que entrevistei: <https://www.youtube.com/watch?v=8wm13EugiDA>.

No Alto Cutelo já não há zimbro (Já secou)
A raiz secou e não encontrou água (já secou)
A água corre fundo e o homem não lhe chega (já secou)

Mulher, há uma semana que o lume não acende (na casa)
Seus filhos na estrada, só um que trabalha (por doze merreís)
Marido há muito que foi para Lisboa (contratado)
Foi para Lisboa e vendeu a sua terra (metade do preço)

Ali ele trabalha à chuva e ao vento (no frio)
Na CUF, na Lisnave e na Jota Pimenta
Mão-de-obra barata por mais que trabalhe (servente)
Mão-de-obra barata, barraca sem luz (comida à pressa)
Ainda mais enganado que o seu irmão branco (explorado, enganado)

Mas um dia quando eu voltar para a terra
Monte gordo e Malagueta, a água vai jorrar
Com a força nos braços e a minha consciência
Fui eu quem trabalhou, a terra e o poder são meus
O zimbro no Alto Cutelo (é nossa terra)
Milho no “chão” (é nossa terra)
E barco no porto (é nossa terra)

A oportunidade de poder construir uma casa sua e, quem sabe, ter uma horta, mas também o racismo, a segregação, a pobreza e a necessidade de criar redes entre os seus conterrâneos, levou muita gente das “ilhas” a deslocar-se para bairros de génese informal. Denominados depreciativamente como “bairros de barracas” ou “bairros de lata”. No que é hoje o concelho da Amadora foram erguidos muitos desses bairros autoconstruídos e alguns deles ali resistem.

2.3 A Cova da Moura e o *Continuum* de Bairros Negros da Amadora

Na sua origem e características, os bairros informais portugueses não são únicos no mundo. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, muitos outros bairros autoconstruídos surgiram na América Latina, África, Ásia, Próximo Oriente e Mediterrâneo. Sobre lugares como estes no Peru, Mangin (1970:55) escreveu o seguinte:

The residents are mainly migrants from rural areas who have lived for several years in the city and who organized together to invade land [...] They have constructed their own houses and developed their own social organization. These settlements constitute a remarkable example of popular initiative and creativity, as well as courage and involvement.

Nestas décadas, também nos subúrbios de Lisboa, cresceram muitos bairros informais, onde se aglomerou fundamentalmente campesinato e assalariados agrícolas do interior do país, das ex-colónias e retornados. Alguns bairros foram ocupados coletivamente e são uma demonstração de dinâmicas e

criativas iniciativas populares. No que é hoje o concelho da Amadora²⁶, as camadas mais pobres da cidade construíram e consolidaram imensas áreas com estas características. Um dos maiores e mais conhecidos bairros informais da Amadora é a Cova da Moura. Construído na cintura do Concelho de Lisboa, onde despontaram muitos destes bairros (Salgueiro, 1977), localiza-se entre a “Linha de Sintra” e o IC19 e estima-se que a sua população esteja entre os 6 e os 10 mil habitantes (Horta, 2008). À escala portuguesa, a população da Cova da Moura assemelha-se quase à de uma pequena cidade²⁷. No entanto, está ainda por contabilizar a recente emigração que tem “esvaziado” o bairro, de jovens e não só²⁸.

A construção de moradias no bairro iniciou-se na década de 1960, mas o seu grande crescimento aconteceu depois do 25 de Abril de 1974, como em muitas outras áreas da AML. Nesse período, deu-se uma grande explosão demográfica em Lisboa e seus subúrbios, motivada pela entrada de retornados, vinda de imigrantes, e a continuação da migração rural-urbana. Naquela época, muitas áreas do país foram ocupadas para a construção de bairros, possibilitando a várias franjas da população, incluindo os cabo-verdianos, que pagavam muitas vezes rendas sufocantes, ou viviam em verdadeiras barracas, o direito a erguer um lar para suas famílias (Salgueiro, 1977:47). Isso só foi possível devido à revolução social, liberdade e organização popular que se vivia no período pós-Revolução de 1974.

Depois, entre 1977 e 1987, uma época a que a antropóloga Ana Paula Beja Horta (2008:192) chama de “Terra Prometida”, a população da Cova da Moura aumentou de 600 para 5 mil. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, para além das “carências habitacionais, a pobreza e a discriminação foram fatores determinantes para a concentração destes imigrantes em bairros degradados (Horta, 2008:13). Estes bairros também permitiam aos cabo-verdianos viver em comunidade, formar redes de solidariedade, ter as suas hortas, reproduzindo também assim o mundo social da ruralidade cabo-verdiana (Batalha, 2008 a:32).

²⁶ O Concelho da Amadora foi fundado em 1979. Antes disso era uma freguesia de Oeiras.

²⁷ A população do bairro é semelhante à de uma vila ou pequena cidade portuguesa. Por exemplo, a cidade de Alcácer do Sal tem aproximadamente 9 mil habitantes (INE, 2013).

²⁸ Um morador, que vive no bairro há quatro décadas, disse-nos o seguinte: “O bairro hoje está completamente deserto. [...] Não há nada de atividade neste momento, não há trabalho. [...] O pessoal do bairro está a desaparecer todo, tudo à procura de trabalho, à procura de movimento, à procura de um posto. Uns vão para a Alemanha, uns vão para França, outros... Até para o próprio Cabo Verde. O bairro está deserto.” [Entrevista realizada em fevereiro no âmbito do projeto: “O trabalho da arte e a arte do trabalho”].

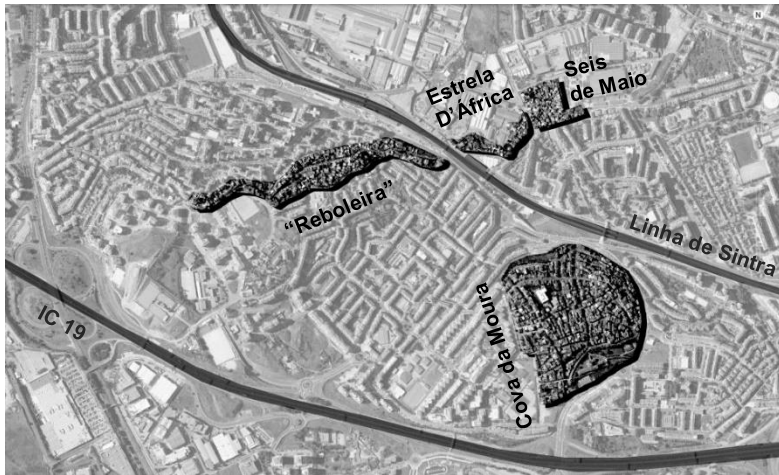


Figura 2.1 – Continuum de Bairros [Fonte Google Earth – Composição Pedro Varela]

O bairro da Cova da Moura não é único nas suas características, ele pertence com outros que se encontram em seu redor a um *continuum* de bairros de construção informal (Raposo, 2005: 153), como o Seis de Maio, o Estrela d'África e a "Reboleira", todos com origem na mesma época. Entre eles foram criados fortes laços sociais inter-bairros, mantidos pelos seus moradores.

No entanto, a Cova da Moura distingue-se dos demais pela sua maior dimensão, melhores infraestruturas e equipamentos (ruas largas e asfaltadas, escola primária, infantário, etc.) e um forte associativismo.

A "Reboleira", nome pelo qual os habitantes da "Estrada Militar do Alto da Damaia" se referem ao seu bairro, pertence, como já referi, a este *continuum*. Aí iniciei o meu trabalho de campo. É um bairro de menores dimensões em relação à Cova da Moura e encontram-se a uns 500 metros de distância. As casas da "Reboleira" foram erguidas ao longo da Estrada Militar, onde se construíram muitos bairros informais da AML. É um bairro tão denso como a Cova da Moura, mas menos estruturado e com menos infraestruturas e serviços. Assim como a Cova da Moura, a maioria dos seus habitantes é cabo-verdiano ou descendente.

Se fossem rios, os bairros deste *continuum* desaguavam na linha de comboio de Sintra, estando hoje em dia, à escala da AML, muito bem localizados. Várias particularidades os unem: entre as quais, serem habitados por uma população maioritariamente negra e africana, com destaque para a presença dos cabo-verdianos²⁹, e o facto de a língua utilizada nas sociabilidades ser fundamentalmente o crioulo cabo-verdiano (Pardue, 2014). A segregação territorial e discriminação racial afetam intensamente as populações destes lugares, responsabilizados muitas vezes pela criminalidade e insegurança do resto da sociedade. Os meios de comunicação (Batalha, 2008 a) e estruturas de poderes são, em larga medida, responsáveis por este racismo, legitimando uma atuação desproporcional e, muitas vezes, violenta da polícia, como relatam as recentes reportagens da BBC, "They hate black people"³⁰, e do Público, "Os polícias disseram que nós, africanos, temos de morrer"³¹.

²⁹ Um estudo sociodemográfico na Amadora, realizado em 1994, em 22 dos 33 bairros "degradados" identificados, demonstrava que 60,2% dos seus residentes eram de origem cabo-verdiana, 20,7% de outros PALOP e os restantes eram migrantes internos (Horta, 2008: 136).

³⁰ Fletcher (2015), <http://www.bbc.com/news/magazine-32419952>.

³¹ Henriques (2015), <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/os-policias-disseram-que-nos-africanos-temos-de-morrer-1685599>

Ao contrário da Cova da Moura, todos os outros bairros referidos têm sofrido processos de demolições, integrados num Plano Especial de Realojamento (PER), um programa complexo e por vezes injusto para as vidas dos seus habitantes, como é descrito num trabalho sobre o realojamento dos habitantes do bairro da Quinta da Vitória, na Portela de Sacavém (Cachado, 2013). Por exemplo, quem passar hoje pelo bairro Estrela D'África, a 500 metros da Cova da Moura, verá entulho e ruínas, num cenário quase dantesco. Lá, já só vivem algumas famílias, a maioria foi realojada em bairros sociais mais distantes e algumas ficaram sem casa para onde ir. Como aponta Pardue (2014: 324-325): “Recently, the Portuguese state and third-party real estate developers have provided another scenario in the long series of (dis)placement dramas for Cape Verdeans as Lisbon administrations have pushed to demolish improvised housing and regroup people into social neighborhoods.”.

À escala mundial, quando comparada com metrópoles do continente americano e asiático, a AML é provavelmente um aglomerado urbano médio ou pequeno. No entanto, à escala da União Europeia, Lisboa é a 15ª maior (New Geography, 2015), com uma população estimada, para 2015, em 2.874.000 habitantes (United Nations, 2015 b). Este *continuum* de bairros negros da Amadora insere-se na periferia desta grande cidade à escala europeia. É nos subúrbios desta cidade que vive a maioria dos cabo-verdianos em Portugal. Os habitantes das periferias comportam em si realidades distintas e únicas quando analisadas de uma forma antropológica. Uma descrição de Magnani (2003:29) caracteriza desta forma os habitantes das periferias destas cidades:

As populações dos bairros da periferia dos grandes centros urbanos são em maioria constituídas por trabalhadores de baixa renda, de origem recente ou remota, inseridos de diferentes maneiras no aparelho produtivo capitalista, sujeito à ação dos media – membros, enfim, de uma sociedade complexa, nela ocupando, não sem conflitos, os últimos escalões da estratificação social

2.4 Os Bairros e as Hortas

Ao lermos sobre as origens destes bairros, entendemos como não podem ser separados das hortas urbanas a que se ligam. Durante a minha etnografia, ouvi histórias de filhos de cabo-verdianos sobre os tempos em que iam com os pais para as hortas. Essas histórias encantaram-me. Falavam-me com nostalgia desse espaço pertencente às sociabilidades do bairro.

Combinei, então, entrevistar um desses jovens, meu amigo. Marcámos o encontro na “Reboleira”, o seu bairro. Antes do passeio e da entrevista nas hortas, levou-me a um novo estúdio de música, que um grupo de “pessoal” do bairro estava a montar em frente à sua casa. Na moradia térrea, de porta virada para a Estrada Militar, percorri um estreito corredor. Ao fundo, numa divisão escura onde estava o estúdio informal, havia uma porta para a rua. Lá fora, das ruínas de uma casa recentemente demolida surgiam tomateiros, pimenteiros e couves, cultivados pelos filhos de cabo-verdianos. Era uma horta que desabrochava de um vazio, provocado pela destruição. Para mim, era como uma metáfora, que contava a história dos cabo-verdianos nestes bairros autoconstruídos; uma metáfora que demonstrava a contínua ligação dos bairros informais às hortas cultivadas pelos seus habitantes. Aquela horta,

nascida dos escombros de uma casa que a Câmara Municipal da Amadora tinha demolido há poucos meses, era a demonstração da resistência de uma cultura de origem campesina e da ligação bairro-horta.

Bairro e horta são duas estruturas que não se podem separar na tipologia dos bairros informais, pois a sua ligação existe desde a sua origem. A necessidade económica, o lazer e a reprodução cultural mantiveram-nas como um conjunto. Naquele espaço que se abriu com a demolição, aqueles jovens montaram uma lona de plástico para sombra, colocaram uns sofás e ali cultivaram uma horta. Esta horta juntou-se a uma outra, que já existia por detrás da casa, ensombrada por um grande abacateiro e por um loureiro. Quando lá cheguei, ainda cheirava ao churrasco do almoço e, encostadas na parede demolida, repousavam as enxadas sujas da terra.

Bairros como a Cova da Moura ou a “Reboleira”, onde foi realizado o meu trabalho de campo, surgiram numa época em que a Amadora transitava da ruralidade para a urbanidade. Onde antes se erguiam quintas, surgiam agora bairros (muitos deles informais) e complexos industriais, como é o exemplo da extinta SOREFAME. Segundo Horta (2008: 133-134), no início do século XX, a Amadora constituía-se ainda como uma zona rural, onde eram cultivados alimentos para Lisboa. No entanto, a partir dos anos 1950, brotou ali uma das zonas mais industrializadas do país, que trouxe consigo bairros e hortas urbanas.

Os bairros informais surgidos na Amadora floresceram partilhando a sua nova paisagem urbana com a agricultura. Por baixo das casas que surgiam, jaziam antigos lugares de lavoura. Hoje, a poucas centenas de metros da Cova da Moura e da “Reboleira”, resistem as ruínas, engolidas pela vegetação, de antigas quintas que contam esse passado. Em redor dessas ruínas, onde anteriormente provavelmente havia pomares, hortas e campos de cereais, cresceram prédios e moradias. Um artigo sobre os bairros clandestinos da AML, de 1977, refere o seguinte: “O bairro [clandestino] é uma entidade perfeitamente encaixada na paisagem; surge quase sempre no meio do campo [...]” Salgueiro (1977:34). Uma descrição da Cova da Moura, de 1974, é disso exemplo, com o acrescento de nessa época já conviver com hortas urbanas:

Contudo, é sabido que por volta de 1974, existiam 3 áreas [...] a primeira área era uma zona predominantemente rural, uma segunda área era constituída por pequenas barracas de madeira rodeadas por hortas e numa terceira surgia um conglomerado de barracas de madeira construídas principalmente por migrantes rurais mas também por algumas famílias cabo-verdianas que se fixaram no bairro em busca de melhores condições de vida (Horta, 2008:185)

Num artigo sobre hortas urbanas, escrito em 1985, provavelmente dos primeiros em Portugal, Castel’Branco e Saraiva (1985), apontavam para os anos de 1940 como a época do surgimento de hortas urbanas em Lisboa, provocadas pela expansão urbana e pela chegada de imigrantes rurais. Um fenómeno já conhecido da Revolução Industrial inglesa e francesa. Mencionam as mesmas autoras que, mais tarde, na Lisboa dos anos 1970, com a chegada de retornados, ex-soldados, e, acrescentaria

eu, imigrantes, há uma explosão desta tipologia agrícola pela AML. As autoras retratam como essas hortas estavam profundamente associadas ao surgimento de bairros degradados e sociais, nascendo cultivos no seu interior e imediações, através de ocupações de terrenos públicos. O geógrafo Jorge Malheiros (1999:105), sobre a Cova da Moura, refere o seguinte: “Ainda em 1974, algumas famílias com problemas de habitação instalaram-se no morro, erguendo barracas com materiais precários e demarcando pequenas hortas”. Para muitos cabo-verdianos, erguer uma casa com a possibilidade de cultivar uma horta, era um enorme atrativo que os puxava para estes bairros (Batalha 2008b: 31). A meu ver, acresce ainda a tudo isto uma tradição de ocupação, organização popular e reivindicação social possibilitada pelo período revolucionário de 1974/1975, que permitiu a apropriação de terrenos para casas e cultivo.

Os bairros autoconstruídos da Amadora de maioria cabo-verdiana foram primordialmente ocupados por gente vinda dos meios rurais, como já referi. No meio rural, podemos afirmar que a ligação entre lar e “horta” é enorme. Para o camponês, a propriedade agrícola é tanto uma unidade económica como um lar, e quer um pedaço de terra, quer uma casa, não são apenas elementos de produção mas também estão carregados de valores simbólicos (Wolf, 1970:28-31). Por exemplo, no meio rural cabo-verdiano era comum, num passado recente, ser entregue pelos pais, por ocasião do casamento de um filho, um “assento de casa” a par de um lugar de cultivo para autossustento (Langworthy e Finan, 1997: 69). Para muitos destes cabo-verdianos, camponeses recém-chegados à cidade, entre casa e horta existe um espaço *continuum*, com uma ligação intrínseca entre os dois lugares, por isso é normal que as hortas e os bairros tenham uma profunda ligação. Entre este conjunto expande-se o sentido de lar e sociabilidades. Atravessando as décadas que já passaram desde a ocupação de bairros como a Cova da Moura e a “Reboleira”, podemos concluir que, ainda hoje, a casa e horta têm ligação. A perceção desta realidade permite-nos entender estes bairros muito melhor, olhar para a Área Metropolitana de Lisboa de uma forma mais clara, compreender a essência destas hortas e, principalmente para este estudo, permite-nos perceber, de uma forma útil e ousada, as sociabilidades possibilitadas nestes locais.

No caso dos bairros informais da Amadora, nomeadamente a Cova da Moura e a “Reboleira”: poucas são as hortas que se encontram dentro do bairro; algumas estão nos seus limites; e a maioria encontra-se longe dos bairros, junto ao IC19. Mesmo que hoje algumas hortas pareçam distantes das moradias, encurraladas entre prédios, viadutos e ramais, elas existiam anteriormente a essas construções. Com elas, podemos dizer que as hortas foram-se afastando dos bairros e um *continuum* geográfico antes existente foi quebrado e encolhido. No caso da “Reboleira”, isso é exemplar: muitas hortas foram-se distanciando do bairro à medida que, sobre elas, eram construídos edifícios e infraestruturas. Hoje, as que existem estão ali, como que sufocadas nas margens do IC19.

Entre o bairro da “Reboleira” e essa autoestrada, havia um espaço de hortas que foi destruído para se erguerem prédios e estradas. Assim, mesmo que muitas hortas estejam hoje “longe” das casas, elas continuam “socialmente próximas” do bairro. Estas hortas, espaços que estão socialmente ligados aos

bairros, são “pedaços” como lhe chamaria o antropólogo brasileiro Magnani (2002): espaços intermédios entre a “casa” e a “rua”; espaços de bairro onde as sociabilidades são profundas e próximas.

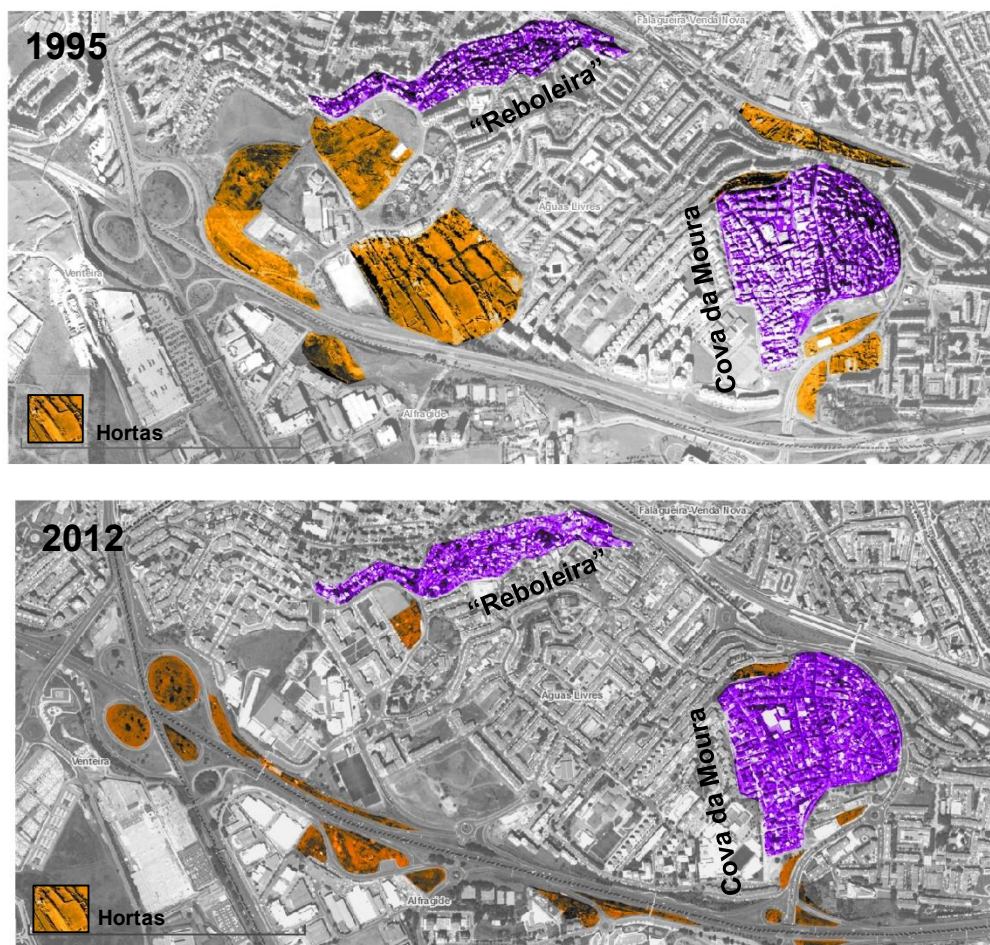


Figura 2.1 – Evolução das hortas na “Reboleira” e Cova da Moura entre 1995 e 2012
[Fonte Serviços de Imagens Aéreas C.M.Amadora – Composição Pedro Varela]

CAPÍTULO III

III. REFLEXÕES TEÓRICAS: CAMPONESES NA CIDADE; SOCIEDADE CAMPONESA; SOCIABILIDADES; “PEDAÇO”

*Não havia para ele melhor perfume que este; o cheiro a suor
da terra, que penetrava o corpo e o espírito do homem,
alimentava-lhe os músculos dos braços e a vontade de viver, e
abria-lhe uma certeza e um caminho.*

Manuel Lopes,
Os Flagelados do Vento Leste

3.1 Camponeses na Cidade

As relações sociais urbanas não são um fenómeno novo e as cidades como lugar de trocas existem desde há milhares de anos. Os primeiros aglomerados humanos surgiram quando a agricultura levou à fixação de comunidades de homens e mulheres. Foi durante o período neolítico, quando o avanço técnico e social permitiu uma maior acumulação de géneros animais e vegetais, que surgiram as primeiras cidades (Simic, 1973). Grande parte das definições de campesinato envolvem contacto e câmbio em relação à cidade (Mangin, 1970; Redfield, 1960; Wolf, 1970). O campesinato surgiu e transformou-se com os Estados. A maioria destes Estados tinham cidades que centralizavam e impunham o poder, com elas, o camponês manteve uma relação duradoura (Wolf, 1970:24)³². Assim, podemos afirmar que é antiga a relação do campesinato com a cidade e que, durante séculos, este frequentou e migrou para lá, transformando a cidade e transformando-se a si próprio. Neste seguimento, Redfield (1960: 20), sobre o campesinato das antigas civilizações, escreveu o seguinte: “[...] [peasants are] rural people who control and cultivate their land for subsistence and as a part of traditional way of life and who look to and are influenced by gentry or townspeople whose way of life is like theirs but in a more civilized form”.

A cidade “tradicional” que influenciava este campesinato manteve-se durante muito tempo mais ou menos intacta. No entanto, com a Revolução Industrial, as urbes transformaram-se profundamente. Com esta grande revolução, das maiores da Humanidade, uma grande massa de campesinato do meio rural migrou para as cidades. Até hoje, é, em grande medida, esse campesinato que continua a permitir o crescimento das grandes metrópoles do globo, que agora se estendem a todos os continentes. Lisboa, apesar do seu desenvolvimento mais tardio, não fugiu à regra. O grande crescimento da cidade nas décadas de 1960 e 1970 deveu-se a uma grande migração de campesinato e assalariados agrícolas vindos de meios rurais do país e regiões colonizadas/ex-colonizadas em África. Os cabo-verdianos são disso exemplo.

³² No entanto, refere o autor, nem todas estas elites estão em cidades. Por exemplo, em algumas sociedades, os governantes “acampam” entre os camponeses, não havendo zonas urbanas nesses Estados. Assim refere: “A crescente complexidade de uma sociedade poderá provocar o surgimento da cidade, mas nem sempre isso é inevitável.” (Wolf, 1970:24). Para o autor o que fez surgir o campesinato não são as cidades mas os Estados.

A transformação do campesinato em proletariado urbano foi, segundo Simíc (1973), um dos grandes temas do século XX, mas, ainda no seu entender, muita literatura analisava equivocadamente esse assunto. De acordo com o autor, muitos estudos abordam de forma negativa a migração do campesinato para as cidades modernas, considerando que as estruturas sociais camponesas são destruídas e o campesinato é simplesmente absorvido pela cidade. Refere o autor que essas abordagens ignoram os imensos cenários onde esse campesinato adaptou-se com perspicácia, manteve parte das suas estruturas sociais e contribuiu para o desenvolvimento das cidades.

As abordagens mais antigas sobre a cidade, como o artigo “Urbanism as a Way of Life”, de 1938, do sociólogo da Escola de Chicago³³ Louis Wirth, analisam-na como um lugar inóspito, onde as tradições e a solidariedade do meio rural se desmoronam e o individualismo emerge das novas relações sociais. Nessas cidades que Wirth retrata, existe ausência de convivência pessoal, predomina a segmentação das relações pessoais, que são anónimas, distantes, superficiais e transitórias. O conflito é algo constante e a solidão impera. Segundo o sociólogo, o que distingue a vida urbana das outras: “[is] [...] the substitution of secondary for primary contacts, the weakening of bonds of kinship, and the declining social significance of the family, the disappearance of the neighbourhood, and the undermining of the traditional basis of solidarity.” (Wirth, 1938: 20-21). Nessas urbes de Wirth, o campesinato migrado subjugar-se-ia às leis da cidade, perdendo assim todas as suas estruturas sociais e culturais tradicionais, abandonando a sua moral, o seu sentido de participação comunitária e as suas sociabilidades. Nesta perspetiva, o camponês é um elemento absorvido pela cidade sem qualquer capacidade de intervenção ou transformação desta. O destino que lhe espera é a desorganização e a difícil integração. No entanto, esta interpretação negativa da cidade e a perspetiva de total transformação do homem e mulher camponeses em seres alienados e impotentes, absorvidos pelas novas estruturas sociais da Cidade, foram posteriormente criticadas por vários autores (como Lewis, 1952; Mangin, 1970; Simic, 1973).

Como refere o antropólogo Oscar Lewis, no seu trabalho “Urbanization without breakdown: a case study”, a urbanização não é um processo igual para todas as cidades e demonstra uma enorme complexidade:

Urbanization is not a simple, unitary, universally similar process, but that it assumes different forms and meanings, depending upon the prevailing historic, economic, social, and cultural conditions. Generalizations concerning urbanization must take these conditions into consideration. (Lewis, 1952: 39)

Neste trabalho, o autor evidencia uma outra Cidade, distinta da de Louis Wirth. Uma Cidade onde o campesinato migrado mantém segmentos das suas estruturas sociais e culturais de origem, tornando-se, também ele, transformador das sociabilidades da Cidade. Analisando a migração rural para a

³³ A “Escola de Chicago” caracterizou-se por levar a cabo os primeiros estudos de aglomerados urbanos, combinando conceitos teóricos e etnografia. Os seus estudos são hoje reivindicados pela sociologia e antropologia (Cordeiro, 2003).

grande metrópole da Cidade do México, o autor demonstra que os camponeses originários de Tepoztlan (uma zona rural do México), conservavam parte das suas estruturas sociais campesinas ancestrais. No seu estudo, o autor verificou que as famílias Tepoztecanas migradas na cidade, mantinham os laços de parentesco tradicionais, estruturas de solidariedade originais, uma dieta alimentar similar e uma importante e constante conexão à região de origem. Oscar Lewis, descreve também, numa analogia comparável às hortas urbanas em estudo, como estas famílias camponesas, nos pátios das suas casas da cidade, continuavam a semear plantas comestíveis e medicinais originárias das montanhas de Tepoztlan, demonstrando assim também, segundo o autor: “peasant's love of growing things” (Lewis, 1952: 35). Na Cidade do México, as estruturas sociais originais deste campesinato mantinham-se fortes, por vezes estendendo-se até às gerações já lá criadas. A este fenómeno, onde os migrantes rurais traziam e mantinham muitos dos padrões de comportamento camponeses, o autor chamou “urbanization without breakdown”.

O mesmo fenómeno foi verificado num outro trabalho, de 1973, realizado em Belgrado pelo antropólogo Andrei Simic. Segundo este autor, a “urbanization without breakdown” era mais relevante em sociedades que não sofreram uma rápida transformação industrial e que foram recentemente industrializadas. Na capital da ex-Jugoslávia de 1970, para onde se deslocava o campesinato rural do país, a adaptação era mais fácil do que se podia prever, pois as ligações com a terra natal mantinham-se, as estruturas de solidariedade social na cidade com conterrâneos camponeses também e os próprios habitantes, nascidos já na cidade, tinham recentes ligações ao meio rural e por isso eram mais hospitaleiros e próximos. O mesmo deve ter-se verificado na cidade de Lisboa das décadas de 1960, 1970 e 1980, que recebia gente rural do país e das colónias, e, mais tarde, das ex-colónias. Lisboa, assim como Belgrado, é uma cidade do sul da Europa com uma lenta e tardia industrialização, onde a generalidade da sua população é de primeira, segunda ou terceira geração proveniente do meio rural. Afirma Andrei Simic que, nessas sociedades de industrialização tardia e lenta, existe uma “peasantization” da própria cidade: “the urban community, while an agent for the diffusion of modern culture, also experiences peasantization, since rural folkways are brought into the city as part of the baggage of migrants.” (Simic, 1973: 12)

Para este campesinato que chegava a Belgrado, as primeiras transformações sentidas na cidade eram fundamentalmente económicas e espaciais e não sociais e culturais (Simic, 1978:50). Nestas cidades, o campesinato podia perder parte das estruturas sociais e culturais que lhe são características, mas também podia mantê-las ou recriá-las, entre elas formas de sociabilidades. Vários outros estudos na cidade de Lima, no Peru (Mangin, 1970), demonstram uma cidade onde os camponeses estendiam as suas relações sociais e moral à cidade. A forte organização do campesinato migrado na cidade em associações regionais e étnicas era disso um forte exemplo (Doughty, 1970), ou a organização popular desse campesinato, com fortes laços de solidariedade, para ocupar terrenos de forma a construir as suas próprias casas em “*barriadas*” (Mangin, 1970 b).

Neste trabalho, vou explorar a dimensão social do campesinato cabo-verdiano migrado na cidade de

Lisboa. Não existe uma essência do que é ser camponês ou urbano, mas apesar de tudo existem diferenças, que na cidade se misturam, são adotadas, eliminadas ou transformadas.

O campesinato cabo-verdiano migrou com a sua moral e estruturas sociais específicas, que em Lisboa se transformaram, conservaram ou acabaram. Essa dimensão camponesa não deve ser excluída nas sociabilidades que se verificam em bairros como a Cova da Moura ou a “Reboleira” e, em grande medida, nas hortas urbanas de cabo-verdianos.

As hortas de cabo-verdianos da Amadora e as relações sociais lá estabelecidas são uma “peasatization” da cidade de Lisboa, mas também uma “urbanization” de antigos camponeses. Nessas hortas, assiste-se à coexistência, transformação, recriação e integração de formas sociais do campesinato cabo-verdiano.

Para interpretá-las pretendo analisar o campesinato migrado na sua dimensão cultural e social e não apenas na dimensão económica. Adotando a visão de Mangin (1970: xx e xxii): “I think that many peasants in cities carry with them much of their rural culture [...]”, porque, continua: “No culture, however, has ever willingly decided to abandon all, or even a significantly large number, of its practices in favor of another's. Proponho, então, explorar a influência da cultura camponesa cabo-verdiana na cidade de Lisboa. Não quero com isto dizer que os agricultores em estudo são atualmente camponeses, porque não são³⁴, ou que nas suas hortas urbanas existe uma reprodução *ipsis verbis* das relações sociais camponesas do meio rural cabo-verdiano de onde migraram, porque isso também não acontece. No entanto, acredito que algumas dimensões da sua cultura campesina ancestral são reproduzidas, transformadas, recriadas, ou até imaginadas como forma de produção, lazer, reprodução social e até resistência cultural. A cidade não é uma estrutura que apenas transforma quem para aí migra, ela é também transformada por essas pessoas, acarretando em si variadíssimas dimensões e diferentes estruturas sociais: parentesco, solidariedade e sociabilidades.

A cidade não é o “reino” da desagregação, do caos, da separação, onde já não é possível estabelecer vínculos sólidos. A cidade é fundamentalmente um espaço de trocas reais e simbólicas (Magnani, 2011). As hortas urbanas dos cabo-verdianos em estudo permitem manter vínculos de cariz camponês-recriado, camponês-imaginado, ou urbano-camponês; são um produto da hibridação entre um camponês e a cidade e os produtos e sociabilidades que daí resultam permitem trocas simbólicas e materiais entre os seus membros, mas também com o resto da cidade.

3.2 Sociedade Camponesa

Depois da Segunda Guerra Mundial, muitos antropólogos viraram-se para os estudos do campesinato. Os trabalhos dos americanos Eric Wolf, Robert Redfield, James C. Scott, Sidney Mintz e até alguns

³⁴ “Já falamos dos camponeses como cultivadores rurais; ou seja, eles cultivam e criam gado no campo e não em estufas construídas no centro da cidade ou em canteiros de lírios em peitoris de janelas.” (Wolf, 1970: 13).

escritos de Clifford Geertz, são disso exemplo. Foram várias as razões para este interesse. Por um lado, as sociedades que tradicionalmente os antropólogos estudavam, ditas “tribais” ou “primitivas”, partilhavam muitas vezes os seus territórios com o campesinato. Por outro, os estudos sobre estas comunidades esgotavam-se, à medida que elas eram cada vez mais influenciadas pelo capitalismo globalizado, que as transformava, muitas vezes, em campesinato. Por fim, vivíamos um tempo em que o campesinato “entregava” milhões dos seus filhos a movimentos revolucionários, que combatiam o colonialismo ou o neocolonialismo. Nesta época, a antropologia, assim como outras ciências sociais, pretendia explicar fenómenos sociais abrangentes, estudar o campesinato, que se inseria numa estrutura social global, respondia a muitas das questões económicas e sociais da Humanidade.

Hoje, o campesinato ainda não desapareceu, no entanto, diria eu, tem vindo a ser esquecido. A moral e as sociabilidades que o compõem foram trazidas para a cidade por muitos milhões que, hoje, habitam as urbes e nasceram camponeses ou são seus descendentes. Para entender a origem, as características, os valores, a moral e relações sociais dos camponeses, explorei fundamentalmente os trabalhos dos antropólogos Eric Wolf, Robert Redfield e James C. Scott, que, entre as décadas de 1950 e 1970, condensaram nos seus livros “Peasants”, “Peasant Society and culture” e “Moral economy of the Peasant”, respetivamente, excelentes análises e caracterizações sociais do campesinato.

Um camponês é um cultivador rural que tem uma profunda relação com a terra, que controla, e daí colhe os alimentos que servem sobretudo as necessidades familiares (Redfield, 1960). A sua agricultura é uma forma de sustento, mas também uma forma de vida e não um negócio para lucrar. Ao contrário de uma empresa capitalista, a sua família é uma unidade de consumo assim como de produção (Scott, 1976). Inversamente ao isolamento que caracterizava as comunidades referidas como “primitivas”, os camponeses fazem parte de uma sociedade mais vasta e complexa, tendo uma relação com uma elite que está historicamente concentrada nas cidades (Redfield, 1960; Wolf, 1970; Scott, 1976). Assim, os camponeses mantêm um equilíbrio entre um controlo exterior de estruturas e classes dominantes e as necessidades internas da comunidade. O “camponês” surgiu com os Estados, quando com estes se desenvolveu uma ordem social complexa, baseada na divisão entre os que governavam e os que cultivavam (Wolf, 1970). Assim, o nascimento do campesinato acompanhou o eclodir das primeiras civilizações, aproximadamente em 3500 a.C., no Oriente Próximo, e 1000 a.C., na América Central.

Redfield (1960:18-19) caracterizou o camponês como um indivíduo com “raízes na terra”, que pode até não ser o proprietário e que, apesar de estar integrado num sistema social abrangente, por vezes, pode não ter uma relação direta com quem, de alguma forma, o domina:

[...] peasant [is] a man who is in effective control of a piece of land to which he has long been attached by ties of tradition and sentiment. The land and he, are parts of one thing, one old-established body of relationships. This way of thinking does not require of the peasant that he own the land or that he have any particular form of tenure or any particular form of institutional relationship to the gentry or the townsman.

Ao longo da cronologia da Humanidade e nas várias regiões do globo, existiram diferentes tipos de

camponeses, com estruturas de parentesco distintas, morais próprias, sociabilidades únicas e diversas relações com a propriedade. No entanto, refere Redfield (1960), existem enormes semelhanças entre os diferentes campesinatos. O autor escreve que, ao ler sobre campesinatos com quem nunca tinha contactado, sentiu que já os conhecia, tal eram as semelhanças entre eles. Perante isso, decidiu interpretar e comparar campesinatos tão distantes culturalmente, geograficamente e historicamente como os da Grécia Clássica³⁵, da Inglaterra do século XIX e de Yucatan (América Central) de 1960. Entre essas diferentes sociedades camponesas (ou “half-societies”, como lhes chamou), o autor decidiu extrair valores convergentes, que pudessem explicar “the peasant view of the good life”. Entre esses valores comuns dos camponeses ao longo da história e de diferentes continentes, destacaram-se: Uma atitude próxima, tradicional e reverente para com a terra; a ideia de que o trabalho agrícola é bom; aceitar o trabalho duro com dignidade e valor, tendo prazer, no entanto, na sua cessação; um sentimento de que a produção agrícola é um valor primordial; incutir nos seus filhos a necessidade de trabalhar com dureza, mais do que a disposição para tomar riscos; desconfiança, mas também admiração perante a vida na cidade; e subordinação das necessidades individuais às da família e da comunidade. No entanto, avisa o autor, elas não deixam de ser generalizações que nem sempre se aplicam a todos os camponeses³⁶ (Redfield, 1960: 63-70).

Outro autor, James C. Scott (1976), propõe de uma forma sistemática uma análise à moral camponesa do Sudeste Asiático, mas que pode, segundo o próprio, expandir-se ao resto do globo. A ela chama “moral economy of the peasant”, que contém um conjunto de sentimentos sobre a justiça e a exploração. Em relação à visão do camponês sobre justiça social, ela engloba dois princípios fundamentais: a “norma da reciprocidade” e o “direito de subsistência”, as duas pertencentes genuinamente à “pequena tradição”³⁷. A “norma da reciprocidade” serve como fórmula moral central na conduta interpessoal, definindo os mínimos que se devem cumprir entre membros de uma comunidade num contexto de reciprocidade, partindo do princípio que deve ajudar-se sempre quem nos ajuda ou, pelo menos, não o “magoar”. Essa reciprocidade engloba também formas de exploração. Entre um “senhor da terra” e um camponês a reciprocidade existe, é verdade, mas de forma desigual. Por outro lado, temos o “direito à subsistência”: a comunidade deve arranjar estruturas sociais para que todos tenham o direito a manter a sua família. O “direito à subsistência” demonstra-se no direito moral que permite ocupar sem remorsos um terreno inculto, para o cultivar. Estes dois princípios de justiça social

³⁵ Para entender o campesinato da Grécia Clássica o autor baseou-se no poema épico “Os Trabalhos e os Dias”, de Hesíodo. Uma obra de 700 a.C, na qual surgem, a seu ver, as mais antigas descrições do campesinato.

³⁶ Por exemplo, na Andaluzia ou no Sul de Itália, demonstrou-se que os camponeses cultivavam a terra mas não a amavam, ao contrário do que o autor defendia para os valores camponeses gerais. Redfield reparou que esse sentimento surgia nas sociedades mediterrânicas, onde as cidades têm desde há muito um enorme prestígio e não nas do norte da Europa (Redfield, 1970: 65).

³⁷ A cultura do campesinato não é autónoma. Ela integra, em si, a “grande tradição”, que emerge dos centros de poder e intelectuais, e a “pequena tradição”, que surge no meio local camponês. As duas tradições são interdependentes (Redfield, 1960).

para os camponeses correspondem às necessidades vitais humanas dentro da economia campesina.

A reciprocidade, nas hortas em estudo, é notoriamente marcante na reprodução do *djunta mom* cabo-verdiano: uma forma de entreajuda e trabalho coletivo, que mais à frente explicarei. Segundo este mesmo autor, a moral camponesa é tão firme e enraizada que a tentativa da sua destruição levou ao levantamento de milhões de camponeses contra o avanço do capitalismo colonial ou neocolonial, no século XX, na Ásia, América Latina e África. Segundo Scott, as grandes e sangrentas revoluções chinesa e vietnamita são exemplos de revoltas provocadas por um profundo ataque ao “direito de subsistência” dos seus povos.

Outro valor importante para os camponeses é a autonomia (Wolf, 1970; Scott, 1976). Para um camponês, é fundamental manter um certo grau de autonomia dentro do resto da sociedade. Essa necessidade de autonomia explica, em grande medida, que gente mais velha cabo-verdiana decida, perante as suas reformas baixas ou inexistentes, fazer uma horta de forma a manter-se um pouco mais independente de ajudas familiares. A atitude de continuar a trabalhar na horta, até ao limite das suas forças, dá-lhes autoestima e também estatuto entre os seus.

Assim como o camponês de outras regiões do mundo, também o cabo-verdiano tem um apreço pela terra. É dessa terra, quando as secas e os ventos não “enxugam” as raízes, que cresce o milho e o feijão que permitem sustentar a família. Dessa mesma terra, cresce a cana-de-açúcar, que, transformada em grogue, é usada para celebrar, sonhar ou “afogar as mágoas”. A sociedade camponesa insular, onde cresceram os agricultores urbanos da Amadora, apesar de parecer isolada, estava subjugada aos interesses económicos estabelecidos pelo colonialismo de Lisboa e os senhores das terras das ilhas. Dos valores e moral dos camponeses cabo-verdianos surgiram formas de solidariedade, reciprocidade e modos de ver o mundo que moldaram o *ethos* de cada um dos ex-camponeses que, agora, cultivam as hortas urbanas de Lisboa. É sobre a origem, a história e as características dessa sociedade camponesa insular que me debruçarei no capítulo IV.

3.3 Sociabilidades

O conceito de sociabilidade tem tido aplicações cada vez mais abrangentes nas ciências sociais, e por isso, hoje, é utilizado muitas vezes de uma forma vaga e confusa. Sendo um conceito importante na minha análise das relações sociais estabelecidas em redor das hortas urbanas, farei neste sub-capítulo uma breve abordagem a este tema.

O conceito de sociabilidade parte de uma proposta teórica do alemão George Simmel (1858-1918) (Costa, 2003; Frúgoli Jr., 2007). Mais tarde, essa proposta foi relida pela Escola de Chicago, nos seus estudos “da” e “na” cidade, onde tomou uma dimensão mais empírica e concreta (como convivência, interação, socialização e associação).

“Ao longo do século XX o conceito de sociabilidade passou a ter usos e significados cada vez mais

abrangentes, referindo-se a esferas, como relações cotidianas ou familiares, costumes, festas e rituais, encontros etc.” (Frúgoli Jr., 2007:23) e foi adotada extensamente na antropologia urbana.

Sociabilidade é um conceito que se refere ao “estabelecimento de relações sociais pelas relações sociais em si mesmas.” (Costa, 2003: 121). São interações em co-presença, com uma dimensão especificamente relacional, presente nas interações humanas. É um tipo de social puro, uma forma lúdica de toda a socialização, sem quaisquer propósitos e interesses:

[...] um dos conceitos que permitem aprofundar a compreensão do modo como se organiza a sociedade através de uma associação básica é justamente o de sociabilidade, um tipo ideal entendido como o "social puro", forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma, vivida em espécies de jogos, nos quais uma das regras implícitas seria atuar como se todos fossem iguais. (Frúgoli Jr., 2007 :9)

A sociabilidade é um “[...] dado fundamental da vida social das cidades de hoje, em especial nas grandes cidades [...]” (Costa, 2003:122), permitindo de forma inovadora, mais concreta e extensiva, analisar o fenómeno das relações sociais na cidade. Desta forma, o conceito de sociabilidade tem sido amplamente aplicado em etnografias urbanas.

O antropólogo brasileiro já citado Heitor Frúgoli Jr. (2006), analisando a história das concepções de sociabilidades, propõe duas tipologias: a primeira são as sociabilidades temporárias entre estranhos ou diversos atores sociais; e a segunda são as sociabilidades numa relação “intraclassista”, praticada fundamentalmente entre iguais, isto é, sociabilidades estabelecidas entre indivíduos que se conhecem e interagem entre si frequentemente.

Este último enfoque foi amplamente utilizado em estudos da Escola de Chicago sobre comunidades imigrantes a viver em cidades. Estes imigrantes estabeleciam, permanentemente, relações em bairros específicos onde haveria alguma homogeneidade interna, contrapondo-se à hipótese de “desorganização social”. Neste caso, as sociabilidades tinham também finalidades práticas como, por exemplo, reforçar os laços de entreajuda na comunidade. Esta perspetiva, pode ser também aplicada na análise das hortas urbanas de cabo-verdianos.

Apesar de sociabilidade não se confundir com reciprocidade, entre os dois conceitos poderão existir relações. Diz o mesmo autor que “[...] as formas de sociabilidade tipificam de forma mais evidente: as ações de reciprocidade consciente entre indivíduos” (Frúgoli Jr., 2006: 10). Segundo o mesmo autor, para Simmel, as sociabilidades remetem para ações recíprocas, sendo inevitável contrapor pontualmente os seus escritos aos trabalhos sobre dádiva de Marcel Mauss. Para o sociólogo alemão, quanto mais irrisória e mínima se tornava a dádiva, mais forte seria o estabelecimento do vínculo social propriamente dito.

[...] se, por um lado, todas as relações sociais têm algo de especificamente interrelacional (no sentido de processos de relacionamento recíproco, simbolicamente mediado, entre actores sociais), e se muitas delas

envolvem, mesmo que secundariamente, algo de sociabilidade (de estabelecimento de relações sociais pelas relações sociais), por outro lado, algumas delas – dos rituais às festas, dos jogos às conversas informais, dos grupos de pares às redes de amizade, dos lares partilhados às experimentações conviviais – têm sobretudo esse carácter, isto é, o de relações de sociabilidade.” (Costa, 2003: 125)

Assim sendo, podemos dizer que as relações sociais que se estabelecem nas hortas urbanas em estudo, mesmo as de reciprocidade, têm, em certa medida, formas de sociabilidades associadas. Na verdade, podemos dizer que nas hortas as sociabilidades sobrepõem-se muitas vezes na sua importância às relações de reciprocidade.

As hortas urbanas de cabo-verdianos na Amadora são um espaço fértil de sociabilidades que surgem através da entreajuda, do trabalho coletivo, das “almoçaradas”, ou das caminhadas conjuntas bairro-horta e vice-versa. Essas sociabilidades promovem laços sociais fortes entre os seus atores e na sua relação com o bairro e a cidade.

3.4 A Horta como “Pedaço”

As hortas urbanas têm uma função económica, mas os seus usos extrapolam a dimensão produtiva e, frequentemente, são também lugares simbólicos e de importantes sociabilidades. Como refere Eric Wolf (1970:31): “[para os camponeses] um pedaço de terra, uma casa, não são meramente fatores de produção; eles também estão carregados de valores simbólicos.” Não quero com isto negar que as hortas urbanas de cabo-verdianos da Amadora são um espaço de produção, para onde foram empurrados os setores mais pobres da população da cidade. No entanto, existem outras dinâmicas que lá se passam que são fundamentais para a sua existência, bem como para o entendimento e compreensão da vida dos que lá cultivam. Pretendo, portanto, explorar as hortas como lugares de importantes relações sociais, como a reciprocidade e sociabilidades. O meu trabalho seguirá esse eixo de observação. Entender as relações sociais, entre as quais as sociabilidades existentes nas hortas urbanas de cabo-verdianos da Amadora, permite-nos abrir horizontes na compreensão da cidade e da migração rural-urbana.

O eixo de observação que acabo de referir, em torno das sociabilidades, levou-me a adotar as ferramentas de compreensão da cidade propostas pelo antropólogo urbano brasileiro José Magnani. De forma a entender as complexas sociabilidades urbanas, Magnani (1983; 2002) propõe novas e inovadoras categorias de classificação do espaço e usos urbanos. Partindo da perspectiva de Roberto Da Matta que propõe uma visão “casa” vs “rua”, onde a “casa” é a familiaridade e a “rua” o inóspito, Magnani propõe categorias intermédias: são elas “Pedaço”, “Mancha”, “Trajeto”, “Pórtico” e “Circuito”. Estas categorias surgem da etnografia realizada na cidade de São Paulo e abrem espaço à compreensão do fenómeno urbano, mais especificamente na pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade das grandes cidades contemporâneas (Magnani, 2002:11).

O conceito de “Pedaço” surgiu durante um trabalho sobre o lazer dos trabalhadores “paulistas”

suburbanos³⁸. “Pedaço” é uma categoria que designa uma forma de sociabilidade e apropriação do espaço urbano com características próprias: no “pedaço”, todos se conhecem; a presença dos seus membros é regular; e há, entre eles, códigos de reconhecimento e comunicação. Exemplos de “pedaço” são bares, lanchonetes, etc. No entanto, esta categoria pode expandir-se a várias realidades: “No núcleo do “pedaço”, enfim, estão localizados alguns serviços básicos – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento – que fazem dele ponto de encontro e passagem obrigatórios.” (Magnani, 2003:12).

Proponho, então, que as “hortas urbanas” com as quais contactei, onde existem fortes sociabilidades e formas de lazer, sejam entendidas como “pedaços”: espaços localizados num território concreto e onde os seus atores têm fortes laços de confiança. Sobre esta categoria (Magnani, 2003:12) escreve o seguinte:

O “pedaço”, porém, apontava para um terceiro domínio, intermediário entre a rua e a casa: enquanto esta última é o lugar da família, à qual têm acesso os parentes (ligados por laços já estabelecidos de antemão) e a rua é dos estranhos (onde, em momentos de tensão e ambiguidade [...] o pedaço é o lugar dos colegas, dos chegados. Aqui não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer.

Este conceito permite-nos também entender a horta urbana como um lugar ligado e não desconectado do bairro e, principalmente, como um lugar que tem continuidade com a casa, tal como referi no capítulo anterior. As hortas urbanas são um lugar intermediário entre o privado (casa) e o público (rua), onde as sociabilidades são mais amplas que as familiares e mais fortes que as formais e individualizadas, impostas pela nossa sociedade. Estas hortas urbanas são espaços onde os seus indivíduos têm profundas ligações. Um lugar onde todos se relacionam com base na confiança: ajudam-se, dão e trocam produtos, almoçam e bebem juntos, sabem os seus percursos de vida, conhecem as suas casas e as suas famílias. Entre eles chamam-se muitas vezes “compadres”, terminologia que levei tempo a entender, pois erradamente pensava tratar-se de relações familiares. Ao terceiro e quarto “compadre”, percebi que não podiam ser todos familiares³⁹. O “compadre” pode ser comparado ao “colega” utilizado pelos frequentadores do “pedaço” de Magnani (2013). No principal conjunto de hortas onde realizei a minha etnografia, são muitas as ligações dos doze agricultores que lá cultivam: têm afinidade etária; são todos do mesmo bairro, a Cova da Moura; e são todos da mesma ilha, Santo Antão, à exceção de um, que dizem raramente aparecer. A criação daquele “pedaço” por gente vinda do meio rural cabo-verdiano é, a meu ver, em grande medida, um produto de uma migração do campesinato para a cidade.

Levei algum tempo a ser aceite naquele “pedaço”, porque num “pedaço” todos se conhecem e têm fortes ligações. Levado lá, numa primeira vez, por um dos agricultores que conheci na Cova da Moura,

³⁸ “Pedaço” é uma categoria com uma terminologia nativa que transcendeu o seu *locus* de aplicação originária, acabando por designar um tipo particular de sociabilidade e apropriação do espaço urbano. (Magnani, 2013: 11)

³⁹ No dicionário *on-line* da Priberam (2015) um dos significados de “compadre” é em sentido figurado: amigo íntimo.

fui visto como alguém que estava só ali de passagem, de alguma forma olharam-me com indiferença ou desconfiança. No entanto, continuei a ir lá regularmente. Um dia apresentei-me lá com uma amiga belga que viveu em Santo Antão, convidaram-nos para almoçar cachupa num sábado de maio. Comemos, bebemos, descascámos ervilhas e passeámos pelas hortas. Nesse dia, não me tornei do “pedaço”, mas senti que fui aceite. Agora já não era um qualquer; era o Pedro, “o jornalista” ou “do Moinho”⁴⁰, como se referiam muitas vezes, e erradamente, a mim.

⁴⁰ Associação Cultural Moinho da Juventude.

CAPÍTULO IV

IV. A HISTÓRIA RURAL DAS “ILHAS” E O CAMPONÊS CABO-VERDIANO

Havia ansiedade nos seus olhos, mas também dureza e persistência. E havia esperança, coragem e medo. A esperança nas águas e o temor da estiagem faziam parte de um hábito secular transmitido de geração em geração.

Manuel Lopes,
Os Flagelados do Vento Leste

4.1 Dos Morgados ao Campesinato Cabo-verdiano

A sublime e inóspita paisagem de Santiago ou de Santo Antão, com as suas escarpas verticais que mergulham nos vales e no mar, onde as raízes secas das plantas perduram entre pedra e pó todo o ano e de onde, depois das primeiras chuvas, germina um verde esplendoroso, maravilhou desde cedo quem no arquipélago desembarcou. Escreveu Baltazar Barreira, em agosto de 1606, numa carta enviada a um padre português: “Quando viemos, parecia que não tinha senão serras e montes escavados”, mas depois das primeiras chuvas, a paisagem vira “toda um pano de armar” (in Albuquerque et. al.: 1988: 295). Foi nesta paisagem inóspita e contrastante que, durante séculos, homens e mulheres lavraram com enxadas nas mãos, adaptando-se ao meio envolvente e transformando-o. Desde o início da colonização, a agricultura e a ruralidade foram centrais na construção de uma sociedade cabo-verdiana. Como refere, em 1555, um piloto anónimo: “no tempo das águas os moradores [da Ribeira Grande⁴¹] vão para as suas herdades no centro da ilha” (Albuquerque et al.: 1988:290)⁴². Neste seguimento, uma outra descrição histórica da Ribeira Grande do século XVI demonstra igualmente a centralidade da agricultura no arquipélago: “A cidade é o lugar onde a agricultura penetra em quintais e nas hortas. Ademais, a sua própria toponímia [Rua Banana] mostra-a cativa de uma fidelidade ainda rural. Não esqueçamos, ela também é uma ribeira [...]” (Albuquerque et al.: 1988: 289).

A agricultura cabo-verdiana nasceu mestiça e isso é, hoje, ainda muito evidente. São disso exemplo os milhos e os feijões, de origem africana e americana, e que, até hoje, são a base alimentar do arquipélago. Por outro lado, temos a cana-de-açúcar⁴³, a vinha e as hortícolas, trazidas do

⁴¹ Ribeira Grande, hoje Cidade Velha, na Ilha de Santiago, foi construída no início da colonização como primeira cidade do arquipélago. Foi aí que cresceu um dos primeiros centros urbanos escravagistas modernos.

⁴² Nos dias que correm, não é difícil encontrar quem se desloque de cidades e vilas de Cabo Verde para o interior, no tempo das chuvas, para poder semear o seu “chão”.

⁴³ Hoje, pensa-se que a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) tem a sua origem na Nova Guiné, a sua primeira difusão conhecida data de 8000 a.C.. De lá percorreu Filipinas, talvez Indonésia, até chegar à Índia. Nessa região asiática, iniciou-se a transformação dessa planta em açúcar. Mais tarde, a partir do século VII, foi difundida pelos árabes no Mediterrâneo. Os povos ibéricos levaram-na para as ilhas da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde) e São Tomé e Príncipe no século XV. Daí, foi levada com escravos para a América. Nessas

Mediterrâneo. E, por fim, os coqueiros, trazidos da Índia. Assim, já no século XVI, as ribeiras cabo-verdianas acolhiam no seu seio uma rica agricultura na qual plantas tropicais misturavam-se com outras mediterrânicas.

Cabo Verde prosperou como um lugar estratégico de comércio com a costa ocidental africana e foi, desde os seus primórdios, um grande entreposto de venda e compra de escravos negros. Assim, o milho e o feijão⁴⁴, cultivado nas zonas rurais, servia para alimentar a sua população, principalmente escravos. Por outro lado, produziam-se, em grande escala, produtos de exportação como o algodão⁴⁵, a cana-de-açúcar e o gado, seguindo o destino de “celeiro” a que foram condenadas muitas das colónias europeias da época.

A estrutura rural do arquipélago (Santiago e Fogo⁴⁶) nasceu feudal, com morgadios e capelas, perpetuados na linhagem familiar. Nestas propriedades, geridas por feitores, era explorada mão-de-obra escrava. Por vezes, esses escravos escapavam da servidão (os chamados “fujões”), aglomeravam-se em comunidades isoladas nas montanhas e faziam pequenas unidades agrícolas. No caso de Santo Antão e São Nicolau, ocupadas principalmente a partir do século XVII, por mestiços e forros, o regime de morgado nunca existiu verdadeiramente. Eram ilhas isoladas e distantes, não afetadas pelo tráfico transatlântico. Nessas duas ilhas do barlavento, o campesinato (proprietário ou rendeiro) foi sempre uma maioria. Na realidade, das nove ilhas habitadas hoje em Cabo Verde, as únicas que têm apetência para a agricultura são Santiago, Fogo, Brava, São Nicolau e Santo Antão, destacando-se a primeira e a última. São Vicente cresceu em redor de Mindelo como “cidade porto” e as restantes ilhas – Sal, Boavista e Maio – tiveram durante muito tempo importantes áreas de pastoreio para gado.

Por volta do século XVIII, a economia cabo-verdiana entra em decadência, tornando-se marginal no império português e globalmente. Tal deveu-se: à entrada de outros países no comércio com a África Ocidental, principalmente o escravagista; à decadência do império português; à mudança das rotas transatlânticas para sul e sem necessidade de paragens entre África e América; aos ataques piratas; e à má gestão dos feitores que geriam as propriedades. Todas estas mudanças vão alterar profundamente a estrutura rural das “ilhas”. Muitas das propriedades são desestruturadas em pequenas parcelas, vendidas ou arrendadas, e são cultivadas por forros e mestiços. Assim, de uma economia agrícola de exportação passa-se à de subsistência. Os grandes morgados, posteriormente, proibidos

novas colónias, tornou-se a primeira grande monocultura de exportação, onde eram forçados a trabalhar milhões de escravos. O açúcar transformou para sempre a história do capitalismo, da indústria e da alimentação (Mintz, 1988).

⁴⁴ É também descrita nesta época a importação de arroz das costas da Guiné para alimentação da população destas ilhas (Albuquerque et. al.: 1988).

⁴⁵ O algodão era vendido em bruto, ou em panos na costa da Guiné, principalmente para o tráfico de escravos (Albuquerque et. al.: 1988).

⁴⁶ As duas primeiras ilhas a serem habitadas.

pelo regime liberal, em 1864 (Temudo, 2008:19), transformam-se em pequenos “morgados” e o campesinato crescente, formado por “mestiços”, substitui progressivamente os escravos no meio rural. Essas profundas mudanças vão alterar para sempre o meio rural cabo-verdiano e a sua estrutura social. Esta “violenta” transformação precipitou o emergir de uma agricultura de subsistência que predomina até à atualidade:

Carreira (1982:39) suggests that sometimes violent transformation from a slave-based production system to one based on the exploitation of smallholder tenants and sharecroppers precipitate the emergence of the undercapitalized subsistence system that predominates today. (Langworthy e Finan: 59)

A atual sociedade rural de Cabo Verde é fruto das principais forças da história do arquipélago: a escravatura, o colonialismo e as secas (Langworthy e Finan: 61). É sobre este passado que se ergueu um campesinato (pequeno-proprietário, arrendatário ou que cultivava em parceria), que forma grande parte da população rural do arquipélago dos séculos XIX e XX. Este campesinato não deixou, no entanto, de ser explorado pelos “novos morgados”, a quem tinha de arrendar terrenos ou fazer parcerias injustas (Temudo, 2008:19-20). A música “Djozinho Cabral”, do grupo Tubarões, imortalizou essa dura realidade de subjugação aos “senhores da terra”⁴⁷. Uma descrição de um agrónomo do século XIX debruça-se também sobre esse tema:

Os proprietários arrendam aos proletários [no sentido de pobre] os seus terrenos por um preço muito elevado e por um certo prazo; e estes, sem meios para grandes culturas, e sem segurança futura na conservação do arrendamento, limitam-se, tanto por uma como por outra causa, ao granjeio do restritamente necessário para a sua alimentação, queixando-se eles de que a existência é mais desgraçada do que a do escravo. (Conde Henrique de Arpoare, agrónomo em Cabo Verde, relatório de 14 de Novembro de 1881 in Barradas, 1995:95)

A maioria das hortas urbanas que estudei pertencem a pessoas provenientes desse campesinato apegado à terra, subjugado muitas vezes à exploração de proprietários, e isso tem profundas implicações na moral e nos valores de cada um deles, bem como na origem, estrutura e nas sociabilidades das hortas em estudo.

4.2 Fome: um Fantasma Cabo-verdiano

As fomes que assolaram as “ilhas”, ao longo da sua história, serão um dos fatores mais marcantes, a meu ver, na estruturação da sua sociedade, ruralidade, agricultura e do seu campesinato. Desde o século XV até à Fome de 1947, as secas que trazem mortes e levam migrantes são uma constante

⁴⁷ Excerto da letra da música: “[...] Minhas gentes, este ano passei um mal enorme | Semeei o meu milho, Semeei o meu feijão | Coloquei bongolom, coloquei sapatinha | A chuva não veio, e nada deu | Nem tenho palha, para os animais comerem | Para que o senhor morgado não tome o meu chão | Eu disse à minha mãe, eu vou vender o boi, eu vou pagar | Para que o senhor morgado não tome o meu chão | Eu disse à minha mãe, eu vou vender o boi, eu vou pagar [...]” (tradução livre do autor) <https://www.youtube.com/watch?v=YFA67TG0dK0>.

nestas terras insulares. Uma das primeiras descrições de uma fome em Cabo Verde mostra bem a brutalidade que se vivia perante estas catástrofes. Um padre, relatando a fome de 1610-1611, escreveu o seguinte:

[...] gente morria como de peste pelas ervas secas e sevadilhas que comiam [...] Desta fome tão extraordinária se seguiram muitos insultos e roubos porque andavam os homens em alcateias, e nem havia casa de campo que não escalassem, nem gado que não matassem, nem caminhantes que não salteassem pelos caminhos, esbulhando-os do que levavam e matando-os se resistiam. (Padre Barreira, *Ânuário de 1611* in Barradas, 1995: 92-93)

Neste arquipélago, as secas são provocadas pela escassez de chuva e pelos ventos de Leste, que sopram do Sahel africano. Por vezes, com esses ventos, chegam também devastadoras pragas de gafanhotos. As secas e as fomes sucessivas marcaram, e marcam ainda hoje, o “homem” e a “mulher” insular. António Carreira, antropólogo de origem cabo-verdiana e próximo de Jorge Dias, mostrando que já no século XVI as fomes levavam à migração, escreveu as seguintes linhas, num livro que se debruçou sobre a fome e as estiagens:

Como é de conhecimento geral, as secas e as fomes que têm atingido as ilhas desde o seu achamento, constituíram uma constante na vida do arquipélago. A primeira registada prolongou-se de 1580 a 1583, e “em que morreu muita gente” e outra emigrou para “os rios de Guiné”, a fugir aos efeitos da fome. (Carreira, 1984: 17)

Vejamos, então, os dados devastadores da mortandade provocada pelas fomes. Ao longo de todo o século XX, segundo os dados oficiais expostos pelo mesmo autor, morreram 82 mil pessoas de fome. E, de 1900 a 1973, migraram, espontânea ou forçadamente, 267 mil pessoas – isto num arquipélago que, em 1900, tinha 147 mil habitantes e, em 1970, 272 mil (Carreira, 1984: 15, 159, 179). Entre 1719 e 1948, estão identificadas 30 grandes secas; devemos somar a isto um número não registado de secas durante os três séculos anteriores. A seca de 1773 ceifou a vida a 44% da população do arquipélago e a fome de 1830 a 42%. No século XX, ocorreram sete grandes secas. Em 1900, a fome levou 15% da população; em 1920 foram 16%; no ano de 1940, 15%. E, na última grande fome, em 1947, quando o mundo saía de uma grande guerra e os impérios se desmoronavam, morreu faminto 18% do povo das “ilhas” (Langeorthy e Finan, 1997:61).

Os números são devastadores. Só analisando detalhadamente estes números podemos entender de que forma as grandes fomes marcaram esta sociedade insular. Uma descrição de um inspetor enviado de Lisboa para Cabo Verde, em 1947, evidencia a tragédia que se vivia nesse ano na capital dessa região colonizada: “fome, sujidade interior e exterior; nu generalizado; alojamento a céu aberto, mortos a caminho dos covais...” (Carreira, 1984:112)

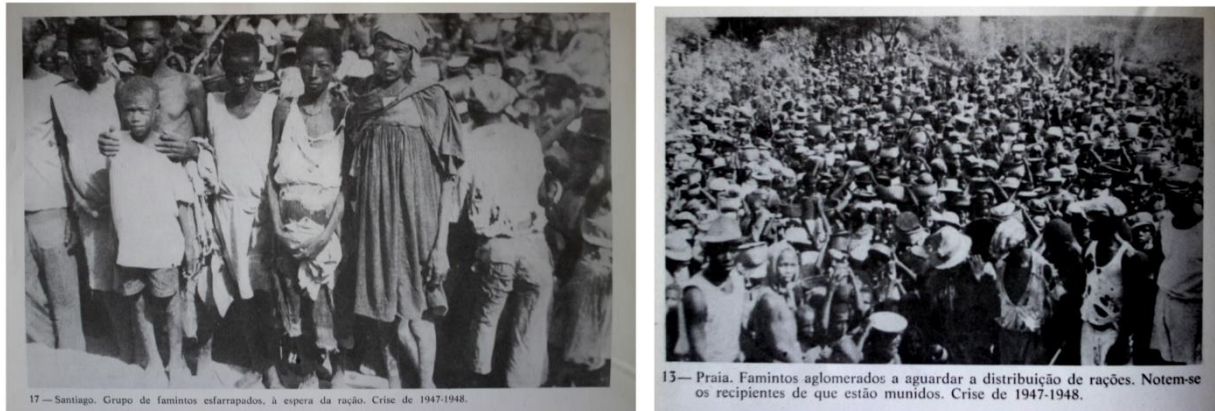


Figura 4.1 – Fotografias do livro “Cabo Verde: Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX [Fonte Carreira, 1984]

A última grande fome, de 1947, é parte da memória coletiva atual e foi retratada em romances como “Chiquinho”, de Baltazar Lopes, e “Flagelados do Vento Leste”, de Manuel Lopes. Neste último livro, um pai escolhe o caminho da honra e o filho o da sobrevivência, perante uma devastação que assolava a ilha de Santo Antão, levando os homens e as mulheres ao limite da dignidade humana. O “fantasma” da grande fome foi também cantado na “Fomi 47”, composta por Codê di Dona⁴⁸ e interpretada por inúmeros grupos e músicos, como Finaçon, Bulimundo, Zeca di Nha Reinalda e Simentera. Esta música fala de um homem que embarca para São Tomé, com fome e perseguido pelo fantasma de “47”. Elevou-se ao nível de um hino de sofrimento e resistência do povo cabo-verdiano. Atualmente, esta fatídica data continua a ser tema: é disso exemplo a música “Rozadi Rezadu”⁴⁹, do virtuoso e contemporâneo artista santiaguense Tcheka, na qual retrata a fome, a morte nos campos e a fuga para Angola.

A “fome” é um passado que contribuiu para a transformação da ruralidade cabo-verdiana. O seu fantasma está inscrito na identidade do país e reflete-se na agricultura, nas estruturas sociais, na moral camponesa e na arte. As fomes, ou o seu “fantasma”, foram também responsáveis pelas grandes vagas de emigração do século XX. Essas calamidades marcam também a forma como os cabo-verdianos olham, trabalham e convivem nas hortas urbanas em estudo.

As grandes fomes são fundamentais para compreender o cultivo em zonas marginalizadas, onde os cabo-verdianos germinam sementes em solos magros e secos. Ficaremos facilmente surpreendidos com os lugares inóspitos onde os cabo-verdianos cultivam, tanto em Cabo Verde como em Portugal.

⁴⁸ Interpretação da “Fomi di 47” de Zeca di Nha Reinalda: (https://www.youtube.com/watch?v=AiBg1gL_B5U)

⁴⁹ https://www.youtube.com/watch?v=Ko8Sih5L_MY

Nas ilhas, por exemplo, enterram-se sementes de milho e feijão em solos demasiadamente pedregosos, delgados e inclinados⁵⁰. Em Portugal, nos taludes das estradas vemos reproduzidas as mesmas técnicas de cultivo, em inclinações “incultiváveis”, onde pequenos muretes evitam derrocadas.

Mas será que os cabo-verdianos cultivaram sempre em terrenos tão marginais? Segundo Langworthy e Finan (1997: 59), no século XIX ainda existiam terrenos não cultivados (virgens ou em pousio) em Cabo Verde. No entanto, na década de 1990 do século XX, todos os terrenos eram virtualmente utilizados. Pensa-se, que, provavelmente, a intensificação agrícola seguiu um caminho “Boserupiano”⁵¹, provocado pelas devastações das grandes fomes no século XX (Langworthy e Finan, 1997; Temudo, 2008). Assim, a população expandiu-se para terrenos cada vez mais marginais e os períodos de pousio diminuíram, “emagrecendo a terra” (Temudo, 2008).

O olhar de um camponês cabo-verdiano para a paisagem não é igual à da maioria dos camponeses do mundo. Para ele, o espectro de lugares e possibilidades de cultivo é muito maior. Sobre isto, um agricultor da Cova da Moura, em tempos embarcado na Holanda, exagerando obviamente, disse-me o seguinte: “os cabo-verdianos até *riba* de mar⁵² fazem horta na lata”⁵³. Na minha perspetiva, as grandes fomes fizeram com que o camponês do arquipélago, chegado a Lisboa, aumente com maior facilidade as suas áreas de hortas urbanas para lugares que, à primeira vista, podem parecer marginais. No entanto, não podemos negar que eles foram “empurrados” para esses lugares menos produtivos e mais distantes dos seus bairros, como os taludes ou acessos das autoestradas.

Os agricultores com quem contactei são filhos da grande fome, esse passado marca inevitavelmente o seu presente, assim como caracteriza a sua relação com as hortas urbanas, a sua moral e as suas sociabilidades. Isso evidencia-se, por exemplo, no orgulho que têm nas suas hortas urbanas ou, até, em acumular alimentos cultivados em casa⁵⁴. Como escreveu Carreira (1984: 125): “a população de Cabo Verde foi martirizada por sucessivas calamidades que devem ter marcado profundamente, do ponto de vista psicológico, social e económico, as gerações que sobreviveram milagrosamente a cada hecatombe.”

Na interpretação desta afirmação, não será um exagero afirmar que o homem e a mulher cabo-

⁵⁰ Não me esqueço da cara de estupefação da minha mãe, nascida no Alentejo rural, quando lhe mostrei umas filmagens de uma sementeira em Santiago. Perguntava-me assim: “Pedro, eles estão mesmo a semear ali? No meio daquelas pedras todas?”.

⁵¹ Boserup, economista dinamarquesa, defende que os métodos e técnicas agrícolas evoluem com a falta de recursos. Boserup propõe que em períodos de fome, a população arranja formas de melhorar a produção agrícola, aumentando a força de trabalho e evoluindo a tecnologia.

⁵² No sentido de estarem embarcados em navios.

⁵³ Entrevista Marcelino, novembro de 2014.

⁵⁴ Numa entrevista, um jovem contou-me como o seu pai chegou a comprar duas arcas congeladoras para uma casa pequena, de modo a conservar os produtos que ia colhendo da sua horta.

verdianos estão profundamente marcados pelas grandes fomes que assolaram constantemente este povo insular. A “fome” expressa-se na sua relação com a natureza, a agricultura, a moral, a economia familiar, as formas de reciprocidade e sociabilidades. E não é só pela fome que a maioria dos cabo-verdianos vive na diáspora, mas é também por ela. Essas grandes fomes influenciaram de forma inevitável as relações sociais do campesinato cabo-verdiano e isso influencia também as que existem em redor das hortas urbanas.

Em grande medida, a resposta à tragédia das fomes terá sido a construção de redes de proximidade e solidariedade entre camponeses, verdadeiras estruturas de sobrevivência a que Scott (1976) chamou de “ética de subsistência”. Numa análise às grandes fomes que assolaram os camponeses das monções asiáticas, o autor questiona-se de que forma essas crises afetaram os valores e hábitos dos produtores de arroz, concluindo de seguida que: “The fear of food shortages has, in most precapitalist peasants societies, given rise to what might appropriately be termed a “subsistence ethic” (Scott, 1976: 2). Ética essa que inclui padrões de reciprocidade, generosidade, direito a terras comuns e trabalho coletivo. Muitos desses padrões sociais veem-se frequentemente reproduzidos nas hortas urbanas dos cabo-verdianos na Amadora.

4.3 - Campesinato Cabo-verdiano

Neste sub-capítulo irei percorrer algumas dimensões da sociedade rural cabo-verdiana que nos permitem entender uma fração das estruturas sociais e sociabilidades estabelecidas nas hortas urbanas e na comunidade cabo-verdiana em Portugal, nomeadamente as da Cova da Moura e da “Reboleira”. Ao longo deste trabalho, ao escrever “campesinato cabo-verdiano”, refiro-me essencialmente ao do século XX, até aos anos de 1990, antes das profundas transformações que se têm verificado no país, fundamentalmente a enorme urbanização⁵⁵. Os agricultores urbanos que estudei são provenientes desse campesinato cabo-verdiano do século XX.

Como descrevi anteriormente, a maioria dos cabo-verdianos que chegou a Portugal entre as décadas de 1960 e 1980 eram camponeses provenientes de meios rurais do arquipélago.

Os camponeses cabo-verdianos são camponeses devido ao seu apego à terra, como escreveu Orlando Ribeiro: “[o] cabo-verdiano, a que se pode chamar camponês mais pelo seu apego à terra do que pela sua atividade intermitente [...]” (Ribeiro, 1960: 111). Esse camponês tinha acesso a terrenos de cultivo de várias formas, “Conta Própria”, “Parceria” ou “Arrendamento”. Terrenos de “Conta Própria” eram provenientes de heranças. Em “Parceria”, o camponês teria de dividir a sua safra, de forma injusta, com um proprietário. Por vezes, esses contratos de “Parceria” apalavrados e informais mantinham-se ao longo de gerações. Essas “Parcerias” também podiam surgir entre vizinhos, de uma forma mais amigável e menos desvantajosa. E, por fim, o “Arrendamento”, onde se pagava um aluguer ao

⁵⁵ A sociedade rural cabo-verdiana está a sofrer grandes alterações atualmente. Seja pela grande migração rural-urbana, turismo e pela transnacionalidade da sua comunidade.

proprietário. No entanto, para a sobrevivência desse campesinato, o trabalho assalariado era fundamental: em zonas de regadio e obras públicas (Langworthy e Finan, 1997).

Uma das características da agricultura cabo-verdiana é a enorme diferença produtiva, de valor e de produtos cultivados, entre áreas de regadio e de sequeiro, estando as primeiras mais direcionadas para o autoconsumo e as segundas para o comércio. Verificámos também essa diferença entre sequeiro e regadio nas hortas urbanas em estudo. Na cultura de sequeiro, cá e lá, vemos cultivados vários tipos de feijão e milho⁵⁶. Em regadio, a cana-de-açúcar, bananeira e hortícolas. Ainda hoje, a agricultura realizada pelo campesinato cabo-verdiano é muito arcaica, sendo um sacho de cabo curto, ou uma enxada, os principais instrumentos de trabalho. A tração animal serve quase apenas para transporte ou no caso de quem ainda conserva os antigos trapiches, para rodá-los e esmagar a “cana”. Provavelmente, a única vantagem dessa agricultura arcaica é a sua independência em relação a *inputs* externos, tornando o agricultor mais autónomo, apesar de menos produtivo. Podemos dizer que este camponês, por vezes proprietário só de alguns terrenos que cultiva, e a maior parte das vezes lavrador de solos alheios, é visceralmente ligado à terra.

O campesinato cabo-verdiano ambientou-se a uma paisagem e sociedades profundamente inóspitas, marcadas pelo colonialismo, o escravagismo e as secas. Uma descrição de Orlando Ribeiro na década de 1960 demonstra este camponês subjugado à paisagem severa:

Cabo Verde [é] um lugar singularmente desfavorecido. Pedindo tudo à terra, praticando uma agricultura rudimentar e inerte, vive à mercê da flutuação climática, sujeito às crises de miséria e de fome, que ceifam duramente a sua população. É sem dúvida dos ambientes mais hostis ao homem. (Ribeiro, 1960:111)

Fruto deste ambiente e sociedade, formaram-se a moral e as relações sociais do camponês cabo-verdiano. Entre vários valores, o camponês cabo-verdiano reconhece, de forma informal, mas não menos moral, o direito de todos no acesso à terra para subsistência. As instituições tradicionais de propriedade promovem esse sentido moral e de funcionamento, garantindo a cada núcleo familiar o acesso a terra produtiva (Langworthy e Finan, 1997: 68). Scott (1974), na sua análise à economia moral do campesinato, refere-se a esta característica como “direito moral de subsistência”, um valor que surge em grande medida no combate à fome. Esse mesmo campesinato cabo-verdiano tem formas próprias de reciprocidade, como dádiva e cooperação em trabalho coletivo. Elas são o baluarte de uma sociedade rural que sobreviveu ao colonialismo e às grandes fomes.

⁵⁶ Em Cabo Verde e por vezes nas hortas urbanas, a sementeira de sequeiro é realizada em grupos, onde normalmente os homens abrem as covas e as mulheres colocam as sementes. Numa só cova coloca-se milho e diferentes feijões. Pelo caule do milho sobem os feijoeiros e nas raízes da leguminosa é fixado nitrogénio no solo pelo *Rhizobium*, possibilitando uma simbiose entre milho e feijão.

O *djunta mom*⁵⁷ e a *djuda*⁵⁸ são os maiores exemplos de formas de cooperação e dádiva desta sociedade camponesa insular. Estas duas formas de reciprocidade permitem a reprodução e a resistência social de forma auto-organizada. O *djunta mom* caracteriza-se por juntar grandes grupos de camponeses, que preenchem em trabalho coletivo a paisagem agrícola, durante sementeiras, mondas e colheitas. Surge pela necessidade de utilizar muita mão-de-obra em períodos concentrados, como é o caso das sementeiras quando ameaça chover. O *djunta mom* consiste na troca recíproca de dias de trabalho entre vizinhos na época das sementeiras, mondas e remondas. Essa reciprocidade contabiliza-se nos mesmos dias de trabalho e no mesmo valor social braçal: homem por homem, mulher por mulher, criança por criança. As redes desta prática são amplas, abrangendo familiares, amigos, vizinhos e conhecidos.

Por sua vez, a *djuda* consiste na prestação de trabalho em redes mais próximas, como familiares e vizinhos. É trabalho sem obrigação de uma contraprestação por quem o recebe. Normalmente, a *djuda* é “oferecida” a familiares mais velhos ou mais debilitados. Quem *djuda* não espera receber o mesmo trabalho de volta; no entanto, cria-se uma estrutura que lhe permitirá *djuda* quando envelhecer ou tiver algum problema (Couto, 2001 e 2010).

O *djunta mom* é também reproduzido de várias formas em Portugal. No caso das hortas urbanas, o *djunta mom* permite juntar grupos de amigos, familiares e vizinhos para trabalhar na horta e fazer almoçaradas e convívios. Esta forma de cooperação foi reproduzida amplamente na construção de muitas casas dos bairros autoconstruídos, de maioria cabo-verdiana, em Portugal. Na história da edificação da Cova da Moura, são frequentes os relatos de *djunta mom*. As moradias tinham de construir-se rapidamente, aos fins de semanas e feriados, para evitar a sua destruição por parte das autoridades. Era necessária uma enorme acumulação de força de trabalho que só o *djunta mom* possibilitaria. Foi juntando vizinhos, amigos e familiares que muitas pessoas puderam erguer as suas casas. Sobre o *djunta mom* nas hortas, uma reprodução do *djunta mom* do campesinato rural, um dos entrevistados disse o seguinte: “No meu dia, eu pago o almoço, no outro dia, é ele que paga. Ajudamos uns aos outros. Chamamos *djunta mom*. Hoje é para mim, amanhã é para outro. Dinheiro não.”⁵⁹ Esta forma de reciprocidade, o *djunta mom*, nas hortas urbanas, possibilita sociabilidades próprias, como convívios que juntam pessoas.

O valor social da reciprocidade está imerso noutras práticas da sociedade rural cabo-verdiana, como por exemplo a troca de sementes e o consumo de alimentos. As sementes guardadas de ano para ano são por vezes oferecidas aos familiares e vizinhos, a quem a colheita correu mal ou se destruiu, e as oferendas de comida - ovos, cachupa, fruta, entre outros - eram também muito frequentes entre as redes mais próximas (Langworthy e Finan, 1997:76). Esta reciprocidade tem enorme importância social, um valor fundamental para a estruturação da sociedade camponesa. Como escrevem os mesmos

⁵⁷ Traduzido à letra quer dizer “juntar as mãos”.

⁵⁸ Traduzido à letra quer dizer “ajuda”.

⁵⁹ Entrevista a “Nola”, outubro de 2015.

autores:

Gift giving, sharing, exchange, and communal activity all fit consistently into a pattern of survival in rural Cape Verdean society. Individuals identify closely with their communities because the thick skein of relationships within a community is a form of insurance. Under the harsh and unpredictable environment of Cape Verde, the fortunes of individual households may vary drastically from one year to the next. The communal sharing strategy functions to keep temporarily disadvantaged house holds at or above minimal subsistence line (Wharton, 1971), because this year's recipient may well become next year's donor in this highly integrated communitarian system. (77)

As relações sociais do campesinato cabo-verdiano - incluindo formas de reciprocidade - vão ter repercussões nas sociabilidades das hortas urbanas em estudo. Por exemplo, trabalho coletivo, trocas e dádivas, terão implicações únicas e interessantes nas sociabilidades urbanas dos ex-camponeses nas hortas da AML.

CAPÍTULO V

V. AS HORTAS URBANAS DA AMADORA. METAMORFOSES DE UM LUGAR QUE SE ELEVA ENTRE O ASFALTO E O BETÃO

*Quando havia vapores na baía, as luzes faziam-me viajar por
essas terras longe que os velhos marinheiros de S. Nicolau
conheceram antes de caírem de novo na enxada.*

Baltazar Lopes,
Chiquinho

5.1 Tipologias e Caracterização das Hortas Urbanas da Amadora

A maioria das hortas urbanas da AML surgiram de ocupações de terrenos públicos e não são reguladas legalmente ou institucionalmente (Cabannes e Raposo, 2013). Em Portugal, esse lapso permite que não possam ser consideradas ilegais ou clandestinas e assim, factualmente, não é proibido cultivar em terrenos públicos vazios. Esta não regulamentação beneficia atualmente os agricultores urbanos da AML e é uma característica distinta de outras áreas metropolitanas da Europa, como Londres. Esta situação ocorre num país com uma industrialização tardia:

[In Portugal] In order to be legal, urbanization and building must be in line with legal and urban planning instruments. However, as far as urban agriculture is concerned, its practice does not represent any act that infringes legality, or that is forbidden by a specific decree and subject to penalties. It is therefore a 'non-regulated practice', tolerated by the authorities in Portugal, which goes along with late industrialization, the persistence of rural and agricultural practices and the slow process of urbanization, filling urban voids and 'non-places', transforming them into 'spaces of place', production, subsistence, seclusion, leisure and sociability. (Cabannes e Raposo, 2013: 241)

É neste contexto que se enquadra a abundância de hortas urbanas da AML e se explica a sua importância na cidade e para os seus habitantes.

A relação com a agricultura dos cabo-verdianos da Cova da Moura e “Reboleira” começa nos seus canteiros e quintais. Aí, as plantas agrícolas substituem muitas vezes as ornamentais, transmitindo para além de beleza, identidade. Junto às casas, vemos crescer cana-de-açúcar ou milho, bananeiras ou, até, inhame. Estes canteiros e quintais invocam uma comunidade migrante de origem camponesa, para a qual a agricultura faz parte da identidade de uma comunidade imaginada (Andersen, 2006). O cultivo de plantas nativas por parte de populações de origem camponesa na cidade, também foi um tema abordado no trabalho de Oscar Lewis (1952) sobre a cidade do México, como referi anteriormente.

O trabalho de campo que realizei possibilitou-me conhecer vários tipos de hortas, entre as quais existem semelhanças mas também diferenças. Baseando-me nessas minhas observações de campo, proponho uma tipologia genérica para classificação das hortas. Essa tipificação é uma generalização que poderá estender-se à realidade da Amadora.



Figura 5.1 – Canteiro de “cana” na Cova da Moura e entrada lateral da “Reboleira” com plantações de “cana”, feijão, e um abacateiro [Fotografias Pedro Varela]

Tipifiquei quatro tipos de hortas: as hortas “interiores”, “fronteiriças”, “empurradas” ou “distantes”. As hortas “interiores” são aquelas que surgem dentro dos bairros, em canteiros, quintais, lugares onde nunca se construiu ou onde foram demolidas casas. São lugares geralmente pequenos, de empreendimento individual ou familiar.

Depois, temos as hortas “fronteiriças”, que limitam várias zonas de bairros informais e sociais. Surgindo nas margens dos bairros, estas hortas são muito comuns, por exemplo, nos bairros auto-construídos da Cova da Moura, “Reboleira”, Santa Filomena e Quinta da Lage e nos bairros sociais do Casal da Boba e Casal da Mira. Estas duas tipologias pertencem geograficamente aos bairros e existem desde a sua origem e desenvolvimento.

Depois, temos as principais, as “empurradas”, pela área que ocupam e pelo número de agricultores que as cultivam. Muitas vezes, fruto de um empreendimento coletivo, surgem em zonas mais marginalizadas para onde foram “empurradas”, como, por exemplo, as que existem nas margens das auto-estradas da Amadora. No entanto, apesar de existir atualmente um intervalo territorial entre as hortas “fronteiriças” e as “empurradas”, ambas fazem parte de um *continuum* social com os bairros onde moram os seus agricultores. Tanto numas como noutras as sociabilidades têm uma enorme importância.

Por fim, temos as hortas “distantes”. Estes lugares são ocupados em zonas mais longínquas, de maiores áreas e/ou de melhor produção, muitas vezes de regadio, compensando assim o seu afastamento. Como exemplo temos as hortas que se encontram junto ao Hospital Amadora-Sintra⁶⁰,

⁶⁰ Amadora-Sintra é o nome pelo qual o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca é conhecido.

que ocupam uma grande área e têm em seu redor uma importante linha de água. Ou, ainda, outras hortas que os agricultores procuram fora da Amadora. Dois dos agricultores da Cova da Moura com quem estabeleci contacto cultivavam em Rio de Mouro e um outro em Carnaxide. Essa horta de Carnaxide tinha cerca de 2 hectares, maioritariamente de banana e cana-de-açúcar. Banhada por uma ribeira com grande caudal, a vegetação agrícola abundante que ali se via transportava-nos para outras regiões do mundo. O seu “dono” procurou durante vários meses um lugar de boa produção, quando encontrou essa horta abandonou uma outra, menos produtiva, junto ao IC19.

Estas hortas urbanas, frequentemente de pequena dimensão, apresentam características de subsistência, em que a variedade destaca-se quando comparada à quantidade. Os produtos são produzidos numa mistura entre os caracteristicamente cabo-verdianos e portugueses⁶¹. Entre os diferentes cultivos, encontramos couves, feijões, milhos, batatas, favas ou ervilhas e, quase sempre, uns pés de cana-de-açúcar. Alguns dos agricultores têm hortas com objetivos comerciais, onde se produz cana-de-açúcar que depois é destilada artesanalmente e vendida a amigos, vizinhos e conhecidos.

O agricultor com maior vocação comercial com quem tive contacto mantinha uma grande horta para sobreviver à reforma miserável que recebia. Produzia cana-de-açúcar e banana, regada numa horta “distante”, onde só chegava na sua carrinha. Criava galinhas e coelhos no bairro e na sua moradia tinha uma destilaria artesanal. Para este agricultor, fazer uma agricultura mais comercial não era um acaso. Pois, apesar de ter nascido no interior da Ilha de Santiago, em adolescente foi para as roças de São Tomé, onde desde cedo trabalhou numa agricultura comercial, em vez de camponesa.

Muitos dos agricultores urbanos cabo-verdianos são reformados ou desempregados e tem mais de 50 anos. Verifiquei, no meu trabalho de campo, que a maioria, retirando algumas exceções, era natural das ilhas de Santiago ou Santo Antão. Isto não é um acaso, já que estas são as duas ilhas mais camponesas e agrícolas de Cabo Verde, sendo, nos finais dos anos de 1990, responsáveis por 94% da produção de regadio do arquipélago e 72% de sequeiro (Lagworthy et al., 1997:67).

A agricultura urbana cabo-verdiana com a qual tive contacto é predominantemente masculinizada. No entanto, isso poderá não se estender a toda a AML. Por exemplo, o trabalho de Luiz e Jorge (2011), sobre hortas de cabo-verdianos no bairro do Talude, em Loures, demonstra que metade das hortas é cultivada por mulheres. Este ambiente masculinizado contrasta com a agricultura camponesa em Cabo Verde, onde as mulheres têm um importante papel. Na horta onde realizei grande parte do trabalho de campo, e de que falarei em seguida, todos os agricultores eram homens, e, segundo o que me contaram, a presença das mulheres acontecia raramente, nas almoçaradas e/ou nas colheitas.

⁶¹ Não esquecer que desde há séculos a agricultura de cada região adotou produtos de todo o globo e civilizações. A agricultura é a história dos povos que se deslocaram, viajaram, adotaram, trocaram ou impingiram os seus alimentos. Quando me refiro às caracteristicamente portuguesas ou cabo-verdianas falo da agricultura atual, ou pelo menos do século XX, e que tem a sua expressão na culinária recente de cada país.

Essas hortas são um lugar de resistência perante os baixos salários e reformas, o desemprego e a marginalização, mas também um espaço de comunhão, trocas, amizade e liberdade que o mundo lá fora, da exploração laboral e do racismo, muitas vezes, não permite. Por isso, as hortas urbanas dos cabo-verdianos promovem e fortalecem os laços comunitários, cumprindo um importante papel para estes imigrantes (Cabannes e Raposo, 2013). Elas são um lugar de importantes relações sociais onde se estabelecem formas de reciprocidade e sociabilidades urbanas únicas.

5. 2 Uma Horta que se Eleva entre o Asfalto e o Betão

No cruzamento entre duas das grandes vias da Área Metropolitana de Lisboa, o IC19, ligando Lisboa a Sintra, e a CRIL⁶², ligando Algés a Sacavém, resiste um conjunto de hortas urbanas. Este lugar só quase se avista da auto-estrada, e parece inacessível, elevando-se por cima da terra que o asfalto e o betão não ocuparam.

Esta horta encontra-se a cerca de quinze minutos a pé do bairro da Cova da Moura - mais ou menos mil metros - que se percorrem através de prédios e moradias. A partir das suas imediações, o caminho até lá é de difícil perceção. Primeiro, ultrapassamos uma rede metálica, depois percorremos um trilho que os pés calcaram no meio das ervas, galgamos o *rail* da estrada que dá acesso à CRIL e ultrapassamos o asfalto, subimos uma ladeira e, por fim, acompanhamos o *rail* da estrada que dá acesso ao IC19. Chegando à zona nordeste das hortas, contemplamos várias áreas que se formaram dentro de quatro círculos e vários triângulos curvos, limitados pelo asfalto das estradas. Este lugar, na tipificação proposta, pela posição marginal que ocupa e pelo intervalo em relação ao bairro, é uma horta “empurrada”.

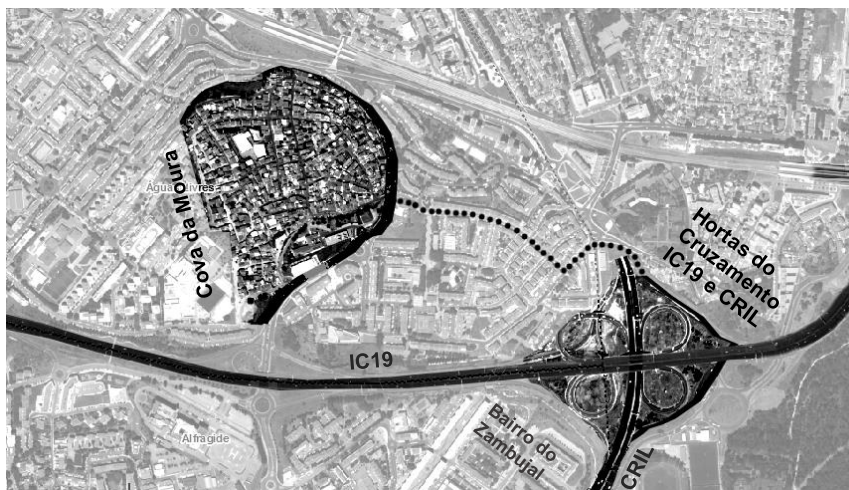


Figura 5.2 – Hortas do cruzamento entre o IC19 e CRIL
[Fonte Serviços de Imagens Aéreas C.M. Amadora – Composição Pedro Varela]

Este complexo de hortas está dividido em quatro grandes conjuntos: noroeste, nordeste, sudeste e sudoeste. As hortas noroeste e sudoeste foram recentemente arrasadas por máquinas, durante a finalização do túnel da CRIL, mantiveram-se as de nordeste e sudeste. As zonas norte e sul estão divididas pela intransponível

auto-estrada CRIL. Para ir de um lado ao outro é preciso percorrer um caminho distante, pela velha Rua da Buraca. Devido à separação que perfaz a auto-estrada, os agricultores do lado norte são da

⁶² IC17-CRIL.

Cova da Moura e os do sul são do bairro do Zambujal⁶³. Entre os dois lados o contacto social nas hortas é inexistente.

Este trabalho centrou-se na zona norte, o lado dos agricultores da Cova da Moura. Nesse sítio, encontrámos um retalho de hortas pertencentes a doze pessoas, onze delas da Cova da Moura, todas nascidas em Santo Antão. O restante, que frequenta menos a horta, é de Santiago e de outro bairro.

A horta é dividida por dezenas de parcelas com uma enorme panóplia de cultivos. Cada agricultor tem vários bocados em diferentes zonas, porque “herdou” pedaços em diferentes épocas e de diferentes “compadres”. Nessas parcelas cultivam-se batatas, favas, ervilhas, milho, imensas variedades de feijões: como o bongolom, pedra, fava e congo característicos de Cabo Verde, ou sapatinha (manteiga) e fradinha (frade), conhecidos também em Portugal. Espalhados, encontramos também alguns tufos de cana-de-açúcar, embora não muito abundantes já que falta água.



Figura 5.3 – Algumas construções na horta IC19/CRIL
[Fotografia Pedro Varela]

Neste lugar, existem quatro pequenas barracas, construídas com restos de madeira e outros materiais. Uma para fazer sombra, duas para guardar material e roupas. A principal barraca é uma cozinha⁶⁴, que no seu exterior tem uma bancada, onde se preparam as refeições e onde se guardam talheres, panelas, pratos, azeite ou carnes a salgar. Junto a essa cozinha, sobre uma grande anilha de betão, os agricultores colocaram tábuas para fazer uma mesa de “almoçaradas”. Essa zona de maior convivência encontra-se à sombra de pequenos pinheiros,

que ali foram colocados durante as construções das estradas. Debaixo daquelas árvores estamos surpreendentemente isolados do barulho que nos circunda, criando um espaço mais ou menos silencioso e muito confortável.

Estas hortas são de sequeiro, ou de “inverno”, como se referem alguns agricultores. Ali não se tem acesso a água, a não ser a da chuva e, por isso, durante a estiagem dos meses de verão, o trabalho agrícola praticamente estagna. A falta de água é um problema que os agricultores me apontaram constantemente, pedindo que eu transmitisse isso à Câmara Municipal da Amadora ou a outras instituições que poderiam mudar a situação. Devido à falta de água, a época de maior atividade nestas

⁶³ O Zambujal é um bairro social de Alfragide onde vivem muitos cabo-verdianos e, para quem vai em direção a Sintra, encontra-se do lado sul do IC19. Só visitei duas vezes as hortas do lado sul do IC19. Por ser verão, não encontrei lá ninguém. Assim, apesar de me terem dito que esses agricultores são do Zambujal, não me foi possível confirmar essa informação.

⁶⁴ Nestas cozinhas, existe uma cova no chão onde se faz lume de lenha para cozinhar em panelas ou com grelhas.

hortas e consequentemente de sociabilidades é durante o inverno e primavera, quando ali se forma um “pedaço” social.

À primeira vista, podemos pensar que estas hortas “aterraram” ali já depois de ter emergido toda a construção que as envolve. No entanto, as narrativas dos agricultores e fotografias aéreas contam uma história diferente e porventura mais cativante.

5.2.1 Metamorfoses de um Lugar

Conheci estas hortas depois de outras, quando lá fui levado por um agricultor da Cova da Moura. O lugar surpreendeu-me imediatamente pela sua dimensão, pela localização isolada entre grandes vias, e pelo número de agricultores. Para além dessas importantes características, a hospitalidade demonstrada pelos que lá cultivavam puxou-me para um trabalho de campo mais localizado.

As histórias de resistência e sociabilidades que o lugar me revelava, dia após dia, tornava-o mais fascinante. Naquele lugar, houve expulsões e re-ocupações, destruições e re-construções. Primeiro com o aumento das vias do IC19 e início da construção da CRIL⁶⁵ e, mais tarde, com a conclusão do túnel da CRIL⁶⁶, os agricultores viram as suas hortas serem destruídas por máquinas e depois voltaram a erguê-las. No entanto, as lembranças dos agricultores eram vagas e isso impedia-me de perceber com precisão a “memória” daquele lugar.

Ao ler o artigo de 1985 sobre as hortas urbanas em Lisboa (Branco e Saraiva, 1985), deparei-me com um mapa. Esse mapa, baseado em estudos que se realizaram entre 1977 e 1982, identificava aquele preciso lugar como uma área de hortas urbanas, antes de lá passar o IC19 ou a CRIL. Não era uma zona que entre a década de 1970 e 1980 fosse uma Quinta, mas, segundo as autoras, ali existiram, como hoje, hortas urbanas. Neste estudo, o espaço ocupado por estas hortas urbanas era maior que hoje e em seu redor ainda havia quintas e construções informais. No mapa também se verifica que esta era das maiores zonas pertencentes a uma continuidade de cultivos urbanos, que se erguiam nas margens do concelho de Lisboa. Juntando as histórias que me contavam a este mapa elaborei algumas conceções: aquelas hortas urbanas estavam lá antes do IC19 e da CRIL; ao longo do tempo foram encurraladas entre o asfalto e betão; e se hoje tinham os seus conjuntos separados, em tempos eles foram unidos.

Mais tarde, juntei este mapa e os relatos a um estudo de fotografias aéreas (ver Fig. 5.4 na página 52). Assim, em 1958⁶⁷, este lugar era uma zona rural, com quintas. Em 1968, começaram a surgir

⁶⁵ Foi por volta de 1993 que se iniciaram as obras do túnel da Buraca na CRIL. No entanto, essas obras ficaram paradas aproximadamente durante uma década, devido a desentendimentos na escolha do traçado da auto-estrada.

⁶⁶ Iniciaram-se as obras de conclusão do túnel da CRIL em 2009, tendo este sido inaugurado em 2011.

⁶⁷ Tive acesso visual às fotografias militares de 1958, 1968, 1986. Infelizmente, como custavam 25 euros, restringi-me a comprar duas delas, as que me pareciam mais importantes (1968 e 1986). Depois, a partir de 1994 existem

construções informais, que se misturavam com uma paisagem que se ia urbanizando, mas onde as hortas eram ainda escassas. No entanto, em 1986, verifica-se um grande surgimento de hortas urbanas, associadas a áreas de construção informal que aumentaram muito na zona. Os agricultores, referindo-se a esta época, relatam um lugar de muitas hortas e “barracas”: “Isto aqui era tudo barraca. Preto, branco, cigano, tudo. Barracas, daqui até lá. Lá, era onde a gente ia abastecer de água. Tinha ali um chafariz.” [Eugénio, 15 de maio de 2015]⁶⁸.

Eugénio, um dos agricultores que ali tinha uma horta nessa época, descreveu-me da seguinte forma as metamorfoses deste lugar:

Eu já antigamente fazia horta aqui, desde de *long time*. Fazia horta na altura que eles tinham barracas aí [...] a gente ligava a mangueira e regava uma horta. Depois eles meteram essa estrutura aí, fizeram todas essas estradas para aqui, para ali, para acolá. Isto não tinha estrada. A estrada era campo. A gente chegava aí, montava uns paus, fazia uma barraca para sobreviver. [Eugénio, 15 de maio de 2015]

Posteriormente, em 1995, vemos toda essa área demolida e em obras, num alargamento e alteração do troço do IC19. As casas e as hortas desaparecem completamente do mapa. Entre 1995 e 2005, não houve hortas naquele lugar e, entre os que lá estavam e estes novos agricultores, não existe muita relação. Apenas um deles, também da Cova da Moura e que referi anteriormente é dos tempos antigos.

Depois, com a conclusão do túnel da CRIL, em 2009, as hortas do lado noroeste e sudoeste foram arrasadas pelas retro-escavadoras e buldózers: “Ficaram sem horta por via da estrada [...] tinham um monte de plantas lá, passaram a máquina por cima delas.” [Armindo, 30 de Agosto de 2015]. Com o fim das hortas do lado noroeste, onde nunca mais se cultivou, muitos agricultores da Cova da Moura abandonaram a zona, mas outros foram recebidos solidariamente pelos que tinham horta do lado não destruído, aumentando e adensando assim a área de cultivo dessa banda. Apesar da destruição e ameaças, os agricultores persistiram em continuar o seu “pedaço”:

Eles tinham pensado correr com a gente daqui, mas não conseguiram [...] De facto, tivemos uns tempos sem ir lá. Depois, quando alinharam a estrada, a gente começou outra vez. Eles baldearam a estrada, deixaram aquilo cheio de pedra. [...] Começámos a inventar caminho, a inventar caminho e ainda estamos lá⁶⁹ [Marcelino, 5 de outubro de 2014]”

fotografias de dois em dois anos até à atualidade, fornecidas pelos serviços de imagens aéreas da Câmara Municipal da Amadora: http://geoportal.cm-amadora.pt/files_geoportal/servico_01_imagens_aereas.html.

⁶⁸ Entrevista realizada no âmbito do projeto artístico de Alexandra do Carmo, “Urbana (as Sementes)” (Carmo, 2016).

⁶⁹ O agricultor refere-se ao caminho que tiveram de ir criando depois da destruição dos acessos antigos em 2009. Nessa altura, os agricultores foram desencorajados a voltar às hortas e avisados pelos responsáveis das obras que não poderiam atravessar as estradas, as quais agora eram forçados a transpor, porque seriam multados pela polícia.

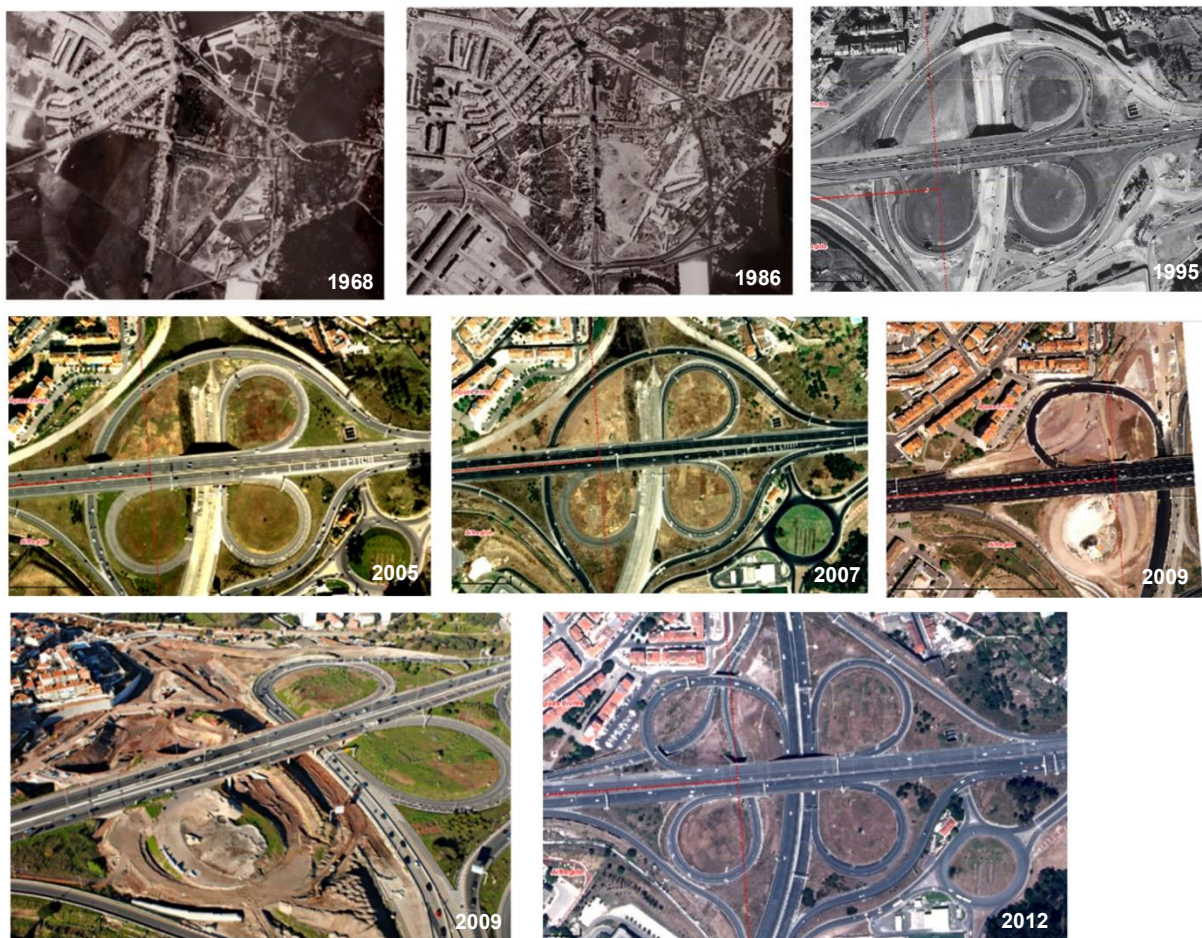


Figura 5.4 – Evolução da zona de hortas do cruzamento entre IC19 e CRIL
[Fontes Instituto Geográfico do Exército (1968 e 1986) e Serviços de Imagens Aéreas C.M.Amadora (1995, 2005, 2007, 2009 e 2012)]

5.2.2 Um “Pedaço”

Esta horta é um verdadeiro “pedaço” na aceção de Magnani (1983; 2002). Naquele lugar, todos se conhecem, estabelecendo fortes laços entre si. Em 2005, como referi, alguns agricultores re-ocuparam em conjunto aquela área para fazer hortas; depois, muitos outros vieram e obtiveram horta por via dos que já lá estavam. Excetuando um deles, todos moram no mesmo bairro e nasceram na mesma ilha, compartilhando entre si um passado, memória, identidade e vivências comuns. Todos sabem de onde veem e ao que veem. Ali, é um espaço onde se estabelecem fortes laços de amizade, cooperação e confiança. Entre eles são vizinhos, amigos e por vezes familiares, e tratam-se muitas vezes por “compadre”, mesmo que não haja relação familiar.

Os “pedaços” que Magnani observou nos seus trabalhos – “Festa no pedaço” – eram lanchonetes e bares⁷⁰. Várias vezes me disseram os agricultores: “para passar o dia no café, prefiro passar o tempo

⁷⁰ No entanto, como já referi no Capítulo II, refere Magnani (2003): para além dos lugares de entretenimento, os

na horta”, comparando um qualquer café do bairro da Cova da Moura àquela horta, ou seja, dois lugares de sociabilidades “familiares”, dois “pedaços”. No entanto, na horta, referem, a vantagem é não gastar dinheiro e trazer alguma coisa para casa.

A presença dos agricultores naquele espaço é regular e, em épocas de maior labuta, vão lá quase diariamente. Aos fins de semana, quando a maioria está disponível, juntam-se ali grupos mais numerosos. Fazem-se almoços coletivos onde se come cachupa, caldeirada de peixe, grelhadas de carne ou peixe. Cada um compra a sua parte e tem a sua função na preparação do almoço; muitas das vezes convidam-se pessoas que não têm ali horta. Esta horta não está desconectada das relações que se estabelecem entre os moradores da Cova da Moura; ela é, mesmo que afastada, um “pedaço” que poderia estar no interior desse bairro.

Certo dia contaram-me de forma divertida uma história sobre aquele “pedaço”: um dos agricultores dormiu quatro dias numa barraca da horta, sem ir ao bairro. Durante esses dias, trabalhava, cozinhava e bebia por ali, adotando aquele espaço, durante o verão, como se fosse um lugar de férias. Este episódio caricato é demonstrativo de um espaço de intimidade e confortável que só um “pedaço” poderia proporcionar, um espaço ligado ao bairro e onde se estabelecem raízes e relações de confiança.

Naquelas hortas, construiu-se um “pedaço” de gente da Cova da Moura de origem camponesa. Ali reproduzem-se relações sociais com origem na ruralidade cabo-verdiana, criam-se novas relações urbanas ou fundem-se as duas. Tal possibilita sociabilidades fortes e únicas. Aquele “pedaço” é de todos os que ali estão, sendo uma extensão do bairro para outros territórios. E, assim como este lugar, existem muitas outras hortas urbanas que são importantes “pedaços” de sociabilidades de imigrantes cabo-verdianos. Arrasar essas hortas, como se fez recentemente na Serra do Marco (Brandoa/Falagueira)⁷¹, não é apenas arrasar com uma parte do “ganha pão” desses agricultores, é também destruir uma porção das suas vidas e sociabilidades.

5.3 Marcelino e Armindo: dois agricultores, duas histórias

Marcelino e Armindo são dois cabo-verdianos da Cova da Moura, são vizinhos e têm hortas no lugar que se eleva entre o asfalto e o betão, o qual tenho vindo a retratar. Partiram de Santo Antão em épocas diferentes e para lugares distintos, mas as suas vidas convergiram naquele lugar.

Conheci o Marcelino na primeira vez que fui àquele lugar e regressei com ele a pé para o bairro. A sua simpatia e gosto em contar histórias rapidamente me encantou. Quanto ao Armindo, conheci-o na

pedaços expandem-se a espaços de locomoção, abastecimento, informação e culto.

⁷¹ Em 2013, a Câmara da Amadora destruiu centenas de hortas na Serra do Marco. Este pedido de explicações por parte do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda relata o sucedido:

<http://www.beparlamento.net/destrui%C3%A7%C3%A3o-de-hortas-urbanas-na-serra-do-marco-falagueira-amadora>

segunda ou terceira vez que lá fui. Inicialmente, mostrou-se reservado, mas depois tornou-se sobejamente interessante e transparente. Com os dois tive uma enorme empatia. Para além das hortas, mantive uma proximidade com eles no bairro, onde várias vezes me abriram as portas das suas casas e mantínhamos longas conversas.

Marcelino é um daqueles imigrantes cuja vida lhe correu bem. Nascido em Santo Antão, foi camponês, estivador, homem de mar, cozinheiro e operário da construção civil. Tem três filhas, uma em Cabo Verde, outra na Suíça e uma em Portugal. Migrou primeiro para a Holanda e depois para Portugal, onde empenhou as suas poupanças numa boa moradia, que foi construindo, ao longo dos anos, na Cova da Moura. É um homem alegre, simpático e acolhedor. Tem 71 anos, é filho de um lugar perto de Porto Novo. Aí cresceu e viveu até emigrar, aos 28 anos. Nascido três anos antes da fome de 1947, da qual ouviu dos mais velhos histórias, trabalhou desde cedo como camponês em lugares que arrendava a proprietários. Nos inícios de 1960, quando a chuva faltou, foi morar para São Vicente, onde foi estivador. A estiva durou pouco tempo e rapidamente regressou à sua ilha para trabalhar na terra novamente. Poucos meses antes do 25 de Abril de 1974, viajou para a Holanda onde, em Roterdão, embarcou num barco de mercadorias. Embarcar na Holanda era um destino muito comum na época entre os seus conterrâneos. Nos barcos, trabalhou como cozinheiro e conheceu muitas cidades do mundo. Em 1981, estabeleceu-se em Lisboa, onde tinha vindo a erguer uma casa na Cova da Moura desde 1977, durante os períodos de férias que passava na cidade. Essa casa chegou a ser derrubada pelas autoridades uma vez, num período que tinha regressado ao trabalho na Holanda. Em Portugal, trabalhou na construção civil até se reformar. Desde cedo teve hortas na zona da Buraca: “lá para as obras, mas aos fins de semanas, quando um gajo não trabalhava, fazia qualquer coisa na horta.” [Marcelino, 13 de Agosto de 2015]

Foi dos primeiros de um grupo da Cova da Moura a começar a fazer hortas naquele lugar, em 2005, mas já antes tinha tido outras hortas noutros lugares, mais perto do bairro. Foi quando a crise se instalou na construção e a empresa onde trabalhava o mandou para casa, que se dedicou mais à agricultura urbana e foi parar, com outros, a este lugar. Atualmente, acumula a horta do IC19 com uma outra mais pequena, também na Buraca, onde passa uma ribeira e consegue ter cana-de-açúcar e inhame.

No que se refere às sociabilidades na horta do IC19/CRIL, Marcelino é um dos mais dinâmicos. Sendo dos mais antigos naquele lugar, é um elo de ligação entre vários agricultores, sendo um dos pilares do “grupo da horta”. Marcelino é dos principais organizadores das “almoçaradas” de fim-de-semana e a sua experiência na cozinha muito apreciada pelos colegas.

Para Marcelino, a horta permite-lhe produzir alimentos mas é, principalmente, um lugar onde pode conviver, produzir para oferecer a familiares e vizinhos, e um espaço que lhe permite sair do bairro e não estar parado em casa ou nos cafés: “A horta é importante: vou divertir-me na horta, faço uma cebola, batata, ervilha e dou uma ajuda à mulher. [...] Eu gosto [de fazer horta]. A nossa origem de Cabo Verde é agricultura. É um divertimento vindo de origem lá de nossa terra. [...] É uma maneira de viver, conviver. [Marcelino, 13 de Agosto de 2015].

Um dia, Marcelino confessou-me que o seu sonho em Portugal era poder “viver como em Cabo Verde. Ter agricultura e [lugar] onde criar animais.” [Marcelino, 13 de Agosto de 2015]

O outro agricultor, Armindo, vive numa rua abaixo do Marcelino. Nasceu e viveu em Figueiras, um lugar isolado em Santo Antão, onde desde cedo trabalhou na agricultura. Em Cabo Verde, para além da agricultura, também trabalhou na construção. Tinha um pequeno terreno, mas labutava sobretudo em terrenos de outros. Até migrar para Portugal, no ano de 2004, nunca tinha morado fora da sua ilha. Ao contrário da maioria das pessoas da horta, que chegaram entre 1960 e 1980, ele chegou muito recentemente, há 11 anos. É um homem simpático mas reservado, sorridente mas também melancólico. Desde que chegou a Portugal viveu uma imensa precariedade laboral, trabalhando intermitentemente na construção civil ou noutros biscates que vão aparecendo. Morou primeiro em Mem Martins e só depois na Cova da Moura, onde se mudou para a casa de uma das suas irmãs. Diz que se sente melhor neste bairro porque está perto da família e dos seus conterrâneos. Tem um filho com 16 anos, mas desde os cinco anos que não o vê, porque ainda não regressou a Cabo Verde, apesar de vontade não lhe faltar. É um de nove irmãos espalhados pelo mundo: quatro estão na Cova da Moura, três em França e no Luxemburgo, um em Cabo Verde e o mais velho no Senegal, do qual nunca mais tiveram notícias.

Marcelino conheceu aquelas hortas antes de lá ter também um pedaço seu, em tempos que ia lá ajudar um cunhado ou alguém lhe pagava alguma coisa para trabalhar por ali. Há três anos um “compadre” deu-lhe ali um pedaço, porque o dinheiro do trabalho não chegava e ali pelo menos não estava desocupado. Ele é um dos que quase sempre está presente nos convívios da horta. Para ele, aquele lugar tem uma importância económica, mas como me respondeu numa entrevista: “[A horta é importante] porque quando não tenho trabalho, vou lá ficar a divertir e faço qualquer coisa para comer” [Marcelino, 30 de Agosto de 2015]

Um dia perguntei-lhe se aquela horta fazia lembrar Santo Antão, respondeu-me emocionado: “Faz lembrar sim, é aquele hábito que a gente tem. A tradição que temos de Cabo Verde a gente não esquece. Nas hortas a gente convive uns com os outros.” [Marcelino, 30 de Agosto de 2015]

CAPÍTULO VI

VI. DAS REPRODUÇÕES CAMPONESAS ÀS SOCIABILIDADES URBANAS NAS HORTAS

Quando era mais tamanhinho, figurava a América uma ribeira muito bonita, cheia de hortas muitos verdes. Na ribeira Papai trabalhava de agricultura. Lá tinha suas hortas. Hortas de cana e bananeira. Hortas de sequeiro, com milho e feijão.

Baltazar Lopes,
Chiquinho

6. 1 Continuidades camponesas na Cidade

O antropólogo Luís Batalha escreveu o seguinte, sobre os cabo-verdianos em Portugal:

The first Cape Verdean labour migrants came from the rural hinter-land and had to adapt to urban life, changing from peasants to industrial workers. Although their worldview had to adjust to a new setting, they remained tied to the fundamental values and social representations of Cape Verdean society. [...] these immigrants tried to reproduce their social world as it existed in Cape Verde [...] (Batalha, 2008 a: 63)

Esta análise vai de encontro à proposta de Lewis (1952) de “urbanization without breakdown”. Ou seja, o ex-campesinato cabo-verdiano, apesar de estabelecido na cidade, neste caso específico em Lisboa, manteve parte das suas estruturas sociais camponesas. As observações realizadas durante o trabalho de campo foram no mesmo sentido.

As formas de ser camponês dos cabo-verdianos são evidentes nas sociabilidades que se estabelecem em bairros, como a Cova da Moura e a “Reboleira”; o passado rural e a relação com a agricultura é evidente, por exemplo, quando falamos dos imigrantes que chegaram a Portugal nos anos 1960, 1970 e 1980. No entanto, não nos devemos esquecer que estes cabo-verdianos são também transformadores, criadores e inovadores de formas sociais urbanas lisboetas, que atualmente marcam muito a identidade desta cidade. Por exemplo, a nível cultural, a influência dos cabo-verdianos na vida urbana de Lisboa vai desde a noite musical de São Bento dos anos 1970/1980, até à que acontece hoje na Amadora ou na Margem Sul. Também nas hortas urbanas de que falamos surgem formas de sociabilidades urbanas.

Nesse sentido, apenas uma parte das relações sociais dos cabo-verdianos com a cidade de Lisboa, e entre si, têm relação com um passado camponês. Como referiu Mangin (1970: xx-xxii), muitos camponeses na cidade arrastam com eles parte da sua cultura rural, porque nenhuma cultura decide abandonar voluntariamente tudo, ou mesmo um número significativo, de suas práticas em favor de novas práticas. Essas estruturas sociais camponesas torceram-se, transformaram-se, hibridizaram-se e muitas novas formas sociais urbanas foram adotadas. As relações sociais que se constroem em redor das hortas urbanas cabo-verdianas são um exemplo claro de alguma “peizantization” da cidade mas também são elas uma “urbanization” desses antigos camponeses.

6.1.1 “Kola San Jon” e Hortas Urbanas: uma analogia

O “Kola San Jon”, apesar de ser uma festa alargada a várias ilhas cabo-verdianas, fundamentalmente as do barlavento, tem a sua maior expressão na Ilha de Santo Antão. Onde se carrega em festa uma estátua do São João, num longo percurso de 22 km. A procissão começa no interior da ilha, na Ribeira das Patas, e acaba na cidade de Porto Novo. Depois de três dias de festa, devolve-se a estátua à capela da Ribeira das Patas⁷², noutra grande procissão.

Em junho, a festa do “Kola San Jon” desagua nas ruas do bairro da Cova da Moura, onde tambores e apitos comandam os corpos que dançam. Esta festa está inscrita, desde 2013, no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial Português. No bairro, é um evento com mais de duas décadas, realiza-se por ocasião das festas de São João e tem como elemento central um cortejo que recria, em contexto de diáspora, alguns aspectos da tradição cabo-verdiana:

O Kola San Jon foi trazido para Portugal por migrantes de origem cabo-verdiana e desempenha, no espaço de acolhimento, um papel importante na representação de memórias, proporcionando aos participantes uma instância de avaliação positiva da diferença cultural e social experienciada na Cova da Moura. Neste enquadramento desempenha um papel importante na ligação ao país de origem e na construção de um sentimento de pertença pelo país de acolhimento. (Carolino et al., 2015)

O “Kola San Jon” é uma reprodução de um passado cabo-verdiano na Cova da Moura, um passado que era celebrado maioritariamente por camponeses que compunham as suas ilhas. É um arrastar da sua cultura, um trazer de um passado. No entanto, o “Kola San Jon” na Cova da Moura tem contornos originais e diferenciados, no seu novo contexto da cidade de “Lisboa”. Essa originalidade demonstra-se de várias formas, como por exemplo: a sua urbanidade; o seu contexto de diáspora; ser um cortejo no interior de um bairro informal; ser celebrado apenas em um dia, no sábado ou domingo mais próximo do São João; ter um carácter muito pouco religioso, entre outros.

Durante o cortejo na Cova da Moura, quando o som dos tambores guia os passos, enchem-se cestos de oferendas, corpos dançam e grandes barcos de madeira pintada “navegam” à cintura. Atualmente, o evento culmina numa festa com concertos e uma grande “cachupada” coletiva oferecida pelo Moinho da Juventude. Esta festa é também uma festa de dádivas.

⁷² “Segundo testemunho prestado [...] pelo então Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Porto Novo, São João foi, num passado longínquo, encontrado por Mamaia, uma figura feminina a quem manifestou o desejo de viver isolado e com quem o santo coabitou durante muitos anos, numa gruta. Com a morte de Mamaia, porém, e o crescimento de Porto dos Carvoeiros (Porto Novo), São João sentiu necessidade de se isolar de novo, tendo por isso fugido para a zona de Ribeira das Patas: “(...) Segundo os mais antigos, os porto-novenses iam lá buscar o santo [para o recolocar em Porto Novo]. Só que este acabava sempre por fugir, para a zona da Ribeira das Patas, para a capela, para uma capela construída para este santo... então, os porto-novenses assumiram um compromisso. De ir lá buscar e de lá levar.” ((in Carolino et al.)

Durante o cortejo, nas mãos de habitantes do bairro, empunham-se ramos de milho, vinha e cana-de-açúcar, símbolos que os ligam à terra “solo” e terra “mãe”, à fertilidade e aos cultivos de Cabo Verde. Essas plantas são colhidas nos canteiros e quintais, ou em hortas urbanas de agricultores do bairro, sendo que vários deles também integram o grupo do “Kola”. As hortas, através desses ramos, são chamadas à reinvenção desta tradição cabo-verdiana em Portugal. À semelhança do “Kola San Jon” na Cova da Moura, as hortas são também, de certa forma, um espaço de reprodução de um passado, um passado camponês, e, tal como o “Kola San Jon”, têm contornos originais, fruto da sua nova realidade urbana.

6.2 Reciprocidades e Sociabilidades nas Hortas

A alfaia utilizada pelos ex-camponeses de Santo Antão nas hortas urbanas - a “enxada” - que na versão dos utensílios agrícolas portugueses seria um sacho de ponta aguda, lâmina curva e de cabo curto, é uma boa analogia para entendermos as sociabilidades nas hortas urbanas. Esta “enxada”, utilizada nas hortas urbanas, permite-nos entender de alguma forma a ligação destes agricultores ao seu passado camponês e a sua nova relação com a cidade.



Figura 6.1 – Agricultor com “enxada” de Santo Antão na horta IC19/CRIL [Fotografia de Diogo Bento]

Certo dia, perguntei a um dos agricultores como adquiriu a sua “enxada”. Ele contou-me que a comprou na feira da Brandoa (Amadora), a um vendedor português, mas depois teve de a transformar. A ferramenta que adquiriu trazia um cabo delgado e comprido, frágil para a forma de lavrar do camponês de Santo Antão. Teve então de colocar um outro cabo, mais curto e largo, de uma picareta. No entanto, o orifício de metal onde coloca o cabo é mais frágil do que o de Santo Antão e uma vez já se quebrou. Foi um vizinho que o soldou. A “enxada” que este agricultor tem é uma reprodução da alfaia utilizada pelo campesinato de Santo Antão; no entanto, é construída com elementos diferentes

que se acedem na relação que estes migrantes têm com a cidade de “Lisboa”. A “enxada” que este agricultor montou é, na realidade, um novo utensílio agrícola que deve a sua existência à nova relação do ex-campesinato cabo-verdiano com a agricultura na AML. Esta “enxada” é como a de Santo Antão, mas diferente, disse-me. Assim como esta “enxada”, as sociabilidades nas hortas são proporcionadas por reproduções de parte de um passado camponês, todavia elas são novas, diferentes e urbanas.

Muitas hortas urbanas de cabo-verdianos são lugares onde reproduções das relações sociais camponesas cabo-verdianas são evidentes. Essas relações sociais camponesas, entre elas as formas de reciprocidade, reinventadas e transformadas, possibilitam sociabilidades únicas nestes lugares e na

sua relação com a cidade. Estas sociabilidades ligam estes “pedaços” e os seus agricultores à cidade e não são, em nenhuma medida, uma forma de isolamento em relação ao espaço social urbano onde estão inseridas. A perspectiva de sociabilidades isoladas nas hortas surge de uma análise a que chamaria de bucólica ou romântica, na qual não me revejo, de todo. As observações que transcrevo de seguida são exemplo dessa visão equivocada: “Por vezes, a horta funciona como o processo de reprodução em meio urbano dum modo de vida rural, permitindo o estabelecimento de toda uma teia de relações primárias e fechadas que em nada se identificam com a realidade urbana envolvente.” (Castel’Branco et al.:103). Esta análise de relações sociais isoladas do meio urbano envolvente ignora, a meu ver, que estas hortas são também parte social da cidade, mesmo tendo como referência formas sociais do camponês insular. Se pensarmos as hortas urbanas como espaços fechados sobre si, não poderemos compreendê-las na sua dimensão urbana e assim, de facto, não é possível entender o seu verdadeiro fenómeno social.

As hortas não são isoladas, nem geograficamente nem socialmente, elas são um lugar de encontro e trocas urbanas, um espaço que se conecta com os bairros, que “produz” produtos e formas sociais que ligam as pessoas daqueles “pedaços” e que se conectam com outros homens e mulheres da cidade.

Apesar de discordar da conclusão que as autoras anteriores retiram da relação das hortas urbanas com a cidade, concordo, em grande parte, com a seguinte análise que fazem desses lugares:

[...] o cultivo das “hortas” surge como reflexo e manutenção de hábitos e modos de vida rurais, praticado como actividade recreativa por pessoas de idade avançada e fortes ligações a uma origem rural, pessoas essas que hoje estão reformadas e encontram na prática de “Horticultura” um modo de continuação da vida activa. [...] sem, no entanto, perderem totalmente os hábitos de origem, que de certo modo transportam consigo e recriam em meio urbano. (Castel’Branco et al.:106)

Se nas hortas urbanas se recriam formas de estar “rurais”, visão com a qual concordo, desde que não se acredite que são reproduções *ipsis verbis*, então, para o entendimento das sociabilidades que se dão nas hortas em estudo, teremos de relacioná-las com as relações sociais do campesinato em geral e do cabo-verdiano em particular.

Entre vários parâmetros, Redfield (1960) descreveu o camponês como aquele que tem uma ligação próxima com a terra, aceitando com enorme dignidade o trabalho agrícola. Para o mesmo autor, o camponês vê na produção agrícola um valor primordial e entre ele e a terra existe uma ligação enorme.

Para Scott (1976), a agricultura camponesa é uma forma de sustento mas também uma forma de vida e não um negócio para lucrar, o mesmo se pode dizer da maioria das hortas com as quais contactei. Na sua abordagem à economia do campesinato, o autor propõe o “direito à subsistência” e a “norma da reciprocidade”, como princípios fundamentais da visão camponesa sobre a justiça social. Algumas destas formas de ser camponês vimo-las reproduzidas nas hortas em estudo.

Os agricultores que conheci veem com enorme orgulho a relação que os cabo-verdianos têm com a agricultura na cidade, porque isso demonstra que o seu povo é trabalhador, resistente e continua a dar valor à terra:

Os cabo-verdianos têm horta por todo o lado. Nós somos fodidos. É bom. A gente tira muita coisa, batata, feijão, couve [...] Os cabo-verdianos sempre gostaram de fazer hortas. Você vai para o lado da Amadora, Reboleira, todo o lado! É difícil ver um sítio que não é cultivado.” [António, Agosto de 2015].

Para muitos deles, apesar da atual sociedade desprezar a agricultura, ela é uma forma única de viver e sobreviver, fundamental ao bem estar da sociedade: “Se não era a agricultura, o que era do povo?” [João Lima, 15 de Outubro].

A ligação com os lugares que ocuparam na cidade para cultivo vai também de encontro às caracterizações de Redfield (1960). No conjunto de hortas que estudei, os seus agricultores regressaram ao mesmo lugar, mesmo que expulsos, referindo-se a essas hortas como se lhes pertencessem por direito.

O “direito à subsistência”, comum entre muitos camponeses, é também um conjunto de valores que se evidencia de várias formas nas hortas urbanas. Entre elas, o direito a ocupar terras públicas para cultivo e a solidariedade entre agricultores no que se refere ao acesso a terrenos.

Entre os agricultores que contactei a ocupação de terrenos para cultivo é plenamente justificável, já que apenas querem fazer agricultura, que “não faz mal a ninguém” e ainda “ajuda na casa”. Os agricultores sabem que os terrenos pertencem legalmente às “Estradas” ou ao “Estado”. No entanto, mesmo que os terrenos não sejam deles legalmente, acham-se no pleno direito de lá cultivar, de reivindicar e lutar por esses lugares. Como disse um agricultor numa entrevista: “Se é para ver um terreno à balda cheio de palha, mais vale ver aquilo bonito, cultivado.” [Marcelino, 13 de Agosto de 2015]. Ocupar terrenos incultos é um “direito de subsistência” que se agrava na situação cabo-verdiana, onde as fomes, permitiram que moralmente se cultivasse terrenos abandonados, avançando até sobre solos esqueléticos (Langworthy e Finan, 1997).

O “direito à subsistência” e a ligação à terra é também muito visível no acesso a lugares de cultivo. Quando alguém precisa de um terreno não é difícil que lhe arranjem um, pois existe o sentimento de que todos os que querem trabalhar têm esse direito. Assim, um “compadre” tem o dever de ceder um pouco do seu terreno, ou pelo menos de criar as condições para que isso aconteça. Muitas das hortas que conhecemos pertencem por “linhagem” aos agricultores há décadas, elas passam ou são emprestadas entre familiares, ou “compadres”, como se fossem suas propriedades. O mesmo fenómeno verificaram Luiz e Jorge (2012:153), nas hortas urbanas de cabo-verdianos do bairro do Talude, em Loures.

Na horta entre o IC19 e a CRIL é muito evidente o sentimento de “direito à subsistência” trazido pelos cabo-verdianos para a realidade urbana destas hortas. Observamos isso na legitimidade da ocupação daquele lugar e, por outro lado, no direito de lá manter a sua horta, resistindo a pressões e expulsões. O “direito à subsistência” exemplifica-se também através da solidariedade entre agricultores, quando estes cederam terrenos aos que os perderam do lado noroeste, zona que foi destruída por máquinas. Essa partilha faz também com que os terrenos estejam muitas vezes divididos em várias pequenas parcelas pela zona.

A “norma da reciprocidade”, proposta por Scott (1976), inerente aos valores do campesinato, também é evidente nestes agricultores urbanos. Nas hortas em estudo, por exemplo, vemos isso exposto de várias formas: no trabalho coletivo como o *djunta mom*; na solidariedade entre agricultores; nos almoços coletivos; nas dádivas entre agricultores e a pessoas exteriores às hortas.

Um dia, quando descia a Estrada Militar que atravessa o bairro da “Reboleira”, fui apresentado pela primeira vez ao “Nola”, um dos agricultores que descrevi no primeiro capítulo. Ele mostrou-se disponível e pronto para me levar à sua horta. No caminho, uma vizinha assomou à porta e chamou por ele. Entre piadas, falaram de uns papéis que tinham de tratar, quando estávamos de saída ela pediu-lhe, já que ia à horta, umas folhas de couve para um cozinhado que estava a fazer. Continuámos o caminho até à sua horta “fronteira”, numa das extremidades do bairro. Mostrou-me o lugar, os cultivos que ali fazia e contou-me um pouco da sua história. Combinámos encontrar-nos noutro dia. Na despedida, apanhou umas folhas de couve-galega e deu ao Peter, o amigo que mo apresentou. Pediu que levássemos a couve à sua vizinha. O “Nola” seguiu o seu caminho para fora do bairro e nós regressamos para dar as folhas à senhora. Ela agradeceu e nós seguimos para junto de outros jovens que estavam lá em cima na esquina. Esta dádiva, que neste contexto tem menos importância que teria na realidade rural cabo-verdiana, possibilitou sociabilidades das quais também fiz parte e que se envolvem de enorme importância no contexto da Cidade.

As dádivas de alimentos produzidos nas hortas urbanas, descritas como muito comuns entre o campesinato cabo-verdiano (Langworthy e Finan, 1997:76), são processos que proveem de formas de solidariedade e sobrevivência. Neste caso específico, elas são uma reprodução de relações sociais do mundo rural cabo-verdiano e, na cidade, mais do que ser uma forma de sobrevivência, elas fortalecem os laços entre as pessoas, possibilitando formas de sociabilidade urbanas originais. Como referiu um dos agricultores: “A gente dá aos vizinhos. Já cheguei a vender um saco de batatas. Mas, por exemplo, se uma pessoa quiser uns pé de couve para comprar, não vendo, dou. Mesmo que a gente tire batata, feijão, damos aos nossos vizinhos, cada qual o seu bocadito. É um prazer, eu gosto mesmo de dar.” [Marcelino, 13 de Agosto]. O mesmo agricultor relatou que depois os vizinhos, quando cozinham esses alimentos que ele deu, convidam para almoços nas suas casas, onde em redor dessa dádiva se desenvolvem sociabilidades. Outro entrevistado refere como entre os agricultores a dádiva é muito frequente: “Por exemplo, sobra feijão meu, dou a outro colega, ou tenho uma planta que outro não tem, dou.” [Armindo, 30 de Agosto de 2015].

Uma das formas mais evidentes de reprodução de formas de reciprocidade do campesinato cabo-verdiano nas hortas urbanas é o *djunta mom*. Como expliquei anteriormente, o *djunta mom* é uma forma de trabalho coletivo recíproco do campesinato cabo-verdiano. Esta forma de trabalho coletivo é reproduzida nas hortas em estudo, sem, no entanto, ter a importância que terá no meio rural cabo-verdiano. O *djunta mom* nas hortas urbanas, para além de disponibilizar mão de obra, proporciona sociabilidades, através de convívios. A descrição de um agricultor do *djunta mom* nas hortas em estudo é disso exemplo: “Hoje é meu dia, vem todos para mim, amanhã vou por outro, depois para outro. Um faz uma cachupada, o outro faz feijão. Outro traz carne, assamos. Tráz vinho, aguardente, o que bebe sumo traz sumo.” [“Nola”, 5 de outubro de 2015].

O *djunta mom* nas hortas urbanas é uma adaptação de uma forma de trabalho recíproco do campesinato cabo-verdiano. No entanto, nos lugares em estudo, segundo o que me apercebi, ele tem mais contornos de sociabilidade do que de trabalho em si, com a sua dimensão mais objetiva. Este novo *djunta mom* permite novas sociabilidades através do lazer e da convivência, que ganham uma enorme importância no seu novo contexto urbano. Essas sociabilidades vão desde o convívio durante o trabalho coletivo até à “almoçarada” proporcionada por quem foi beneficiário da mão-de-obra. Assim, o *djunta mom* no espaço urbano passa a ser mais sociabilidades do que trabalho coletivo recíproco.

Todas estas formas de reciprocidade, no contexto urbano, perdem a sua importância como reciprocidade em si. No entanto, ganham enorme importância nas sociabilidades que protagonizam. Isto acontece porque ao contrário da sua antiga realidade camponesa, para estes agricultores, a terra deixou de ser a sua principal forma de sustento, ou pelo menos perdeu uma enorme função de sobrevivência nas suas vidas. Assim, as solidariedades que se constroem em redor da agricultura na cidade, mesmo tendo um passado camponês como referência, constroem-se sobre bases novas, revestidas de atuais e originais sociabilidades, de enorme importância neste novo contexto.



Figura 6.2 – “Almoçarada” na horta IC19/CRIL [Fotografia Pedro Varela]

As “almoçaradas” coletivas, associadas por vezes ao *djunta mom*, são eventos sociais que proporcionam novas formas de sociabilidades; são também uma forma de reciprocidade e solidariedade. Segundo me disseram, têm alguma relação, embora pouca, com as refeições durante o trabalho agrícola em Cabo Verde, que lá têm uma componente de lazer mais reduzida. Estas “almoçaradas” evidenciam os fortes laços entre os agricultores e são um fenómeno novo relacionado com as hortas urbanas, pela

dimensão de ócio e convívio que nelas existe. Na “enxada” de Santo Antão, elas são o cabo da picareta: o elemento novo que ali se criou, fundamental ao funcionamento da “alfaia”.

Na horta entre o IC19 e a CRIL, as “almoçaradas” aconteciam normalmente ao fim-de-semana, quando havia maior disponibilidade por parte dos agricultores. Para elas, também eram frequentemente convidadas pessoas exteriores à horta, como familiares, amigos e vizinhos. Estas “almoçaradas” são planeadas com antecedência; por vezes, podem-se fazer compras logo de manhã em conjunto, mas normalmente cada um trás a sua parte, entre comida e bebida. Se o ato de comer é coletivo, o de cozinhar também o é. Cada um tem a sua função durante esse processo, e cada dia há um cozinheiro responsável, que vai variando entre os que sabem desta arte.

Estas “almoçaradas” são um momento de conversas, piadas, risadas e discussões. São um espaço de lazer proporcionado pelo coletivismo do campesinato cabo-verdiano. Trabalha-se na agricultura antes e depois do almoço, individualmente ou com ajuda, mas mal acaba a refeição há quase sempre um momento de descanso, enquanto o sol ainda é forte e o vinho dá moleza. Durante esse período, pode-se dormir uma sesta, ficar a conversar ou descascar ervilhas em conjunto, por exemplo. Um excerto de entrevista explica estas “almoçaradas”:

“Na horta você já viu a nossa convivência. Juntamo-nos, fazemos comer, fazemos cachupa, grelhada, peixe ou carne. Por vezes convidamos uns colegas, por vezes vão outros amigos [...] É mais ao fim de semana que a gente se junta [...] É feio estar lá um colega que não tem comida e a gente sentar para almoçar e não chamar. É muito feio!” [Marcelino, 13 de agosto de 2015].

Estas “almoçaradas” são um espaço de convívio e reciprocidade, conectando estes lugares com a vida do bairro. Dali emanam importantes e fundamentais sociabilidades, tornando estes lugares um verdadeiro “pedaço” na cidade.

As caminhadas entre o bairro e a horta eram outro momento de sociabilidades. Se muitas vezes os agricultores iam sozinhos do bairro para a horta a pé, no regresso iam muitas vezes acompanhados, em grupos de dois, três ou quatro. Compreendi a importância destas caminhadas quando um dia saí da horta com três agricultores e insisti em dar-lhes boleia de carro até à Cova da Moura. Só um aceitou, depois de alguma teimosia da minha parte; os outros recusaram e eu fui para o bairro onde pacientemente os esperei.

Nessas caminhadas, normalmente em passo lento e de alfaia às costas, para não ser roubada, ia-se conversando. Os passos que se davam pela Buraca conectavam a horta ao bairro e ligavam esses dois espaços à cidade envolvente. Nesse percurso era frequente encontrar vizinhos e trocava-se um dedo de conversa sobre a horta ou a família. Chegados à Cova da Moura, algumas vezes ainda havia tempo para beber um copo no café. Estas caminhadas eram um espaço fértil de sociabilidades, enroladas num novelo que começava na horta e acabava no bairro, conectando-os com o resto da cidade, um novelo que ligava os agricultores entre si, mas também às suas famílias, amigos e vizinhos.



Figura 6.3 – Agricultores trabalham juntos no corte da “cana” na horta IC19/CRIL [Fotografia Pedro Varela]

Como já disse anteriormente, o que levou a maioria destes cabo-verdianos à agricultura urbana foi fundamentalmente razões económicas. No entanto, nos lugares onde cultivam existe uma relação com o seu passado camponês. Estes homens e mulheres têm hortas porque são ex-camponeses e, por isso, têm uma relação com a terra e conhecimentos técnicos para trabalhar na agricultura. A reprodução de formas sociais do campesinato não é em grande medida consciente; ela existe devido à conservação de formas de relacionamento camponês. O trabalho

na horta implica uma série de estruturas sociais; essas “ferramentas” sociais, por exemplo na gestão do espaço, são muitas vezes as que conheceram em Cabo Verde. Assim, essas reproduções e adaptações de relações sociais nas hortas promovem sociabilidades muito próprias, como as “almoçaradas” coletivas, as proporcionadas pelo *djunta mom*, ou várias formas de solidariedade.

Só analisando as hortas como parte da cidade e entendendo as reproduções camponesas que ali surgem me permitiu observar as novas sociabilidades. Em “Lisboa”, os ex-camponeses cabo-verdianos, no seu processo de transformação em proletários urbanos, não perderam todas as suas estruturas sociais camponesas mas, as que reproduzem, desaguam em novas sociabilidades urbanas. Essas novas sociabilidades, complexificam e adensam ainda mais o emaranhado fértil de relações sociais urbanas. Estes lugares onde homens e mulheres se ligam à “terra”, são, no fundo, tão urbanos como todos os outros da cidade de “Lisboa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentarei aqui resumir as conclusões que foram surgindo ao longo do trabalho. Pretendo também dar pistas de rumos que este estudo pode trilhar futuramente, pois espero que seja o início de algo maior, um “prelúdio” de um estudo mais abrangente sobre as hortas urbanas de cabo-verdianos na AML.

As ideias que fui desenvolvendo ao longo do texto, assim como as conclusões, têm uma profunda ligação com a etnografia realizada. Sem ela, este estudo dificilmente existiria. A minha prática demonstrou-me que não existe melhor guia que o “campo”, mas sei, também, que não nos devemos levar cegamente por ele. No entanto, a antropologia não deverá largar o “campo”, pois enfraquecerá sem ele. Para além do trabalho de campo, com a sua observação participante e entrevistas, utilizei outras metodologias, como a análise de mapas, de literatura, da música cabo-verdiana e a viagem pelo próprio arquipélago, que me permitiram não ficar restrito à realidade da Amadora, abrindo um leque mais amplo de conhecimentos sobre o tema.

As hortas tomam várias dimensões que merecem a nossa atenção. Permitem-nos não só compreender o que lá se passa, mas também a relação destes agricultores com o resto da cidade. Entender as hortas é compreender a cidade e também, no caso específico deste estudo, compreender as dinâmicas da comunidade imigrante cabo-verdiana em “Lisboa”.

Estes lugares de cultivo cumprem um papel muito importante nas sociabilidades da comunidade cabo-verdiana, assim como no seu acesso à cidade, quando dela estão muitas vezes excluídos. Na Amadora, a maioria das hortas são cultivadas por cabo-verdianos e em redor de qualquer bairro informal ou social, onde exista uma grande comunidade deste arquipélago africano, encontramos certamente lugares de cultivo, com milho, feijão ou “cana”. As hortas são na verdade uma conquista de direitos dos cabo-verdianos na AML, mas também, pelos terrenos marginais para onde foram empurradas, uma demonstração da sua exclusão. Entender estas hortas é uma forma de entender a comunidade cabo-verdiana e sua migração em Portugal.

Estas hortas não podem ser analisadas separadamente da cidade onde estão inseridas, nem desligadas dos bairros onde vivem os que lá cultivam. Elas são, em muitos casos, um estender das sociabilidades dos bairros, um espaço socialmente contínuo a eles. Nesse sentido, foi fundamental analisá-las como “pedaços”, na aceção do antropólogo José Magnani (2002 e 2003), espaços entre a casa e a rua, onde todos se conhecem e estão ligados por fortes laços sociais. As hortas como “pedaços” são espaços de reciprocidade, solidariedade, sociabilidades e lazer; são lugares íntimos aos que lá cultivam e estão visceralmente conectadas com os bairros, mesmo que, atualmente, por vezes estejam “distantes” deles geograficamente. Na AML, a maioria das hortas urbanas nasceram e cresceram com a construção de bairros informais e sociais. Esta ligação mantém-se ainda hoje, pelo que destruí-las é tirar um “pedaço” destas pessoas, uma forma de sobrevivência e de vivência.

Por tudo isto, um dos desafios que este trabalho me colocou foi o de cruzar a antropologia urbana com os estudos do campesinato. Haveria muitos caminhos possíveis, mas num estudo inicial pareceu-me um rumo fundamental na compreensão destas hortas urbanas e dos seus protagonistas. É fácil compreender que existe uma relação entre ser ex-camponês cabo-verdiano e ter hortas urbanas; no entanto, é difícil fazer a relação desse passado sem cair em bucolismos, romantismos ou visões rudimentares. Procurei fazer uma análise das hortas na sua relação com um passado camponês de uma forma sólida e pertinente e, ao mesmo tempo, compreendê-las como espaços perfeitamente inseridos na cidade.

As hortas de cabo-verdianos são não só um espaço de produção alimentar, mas também de lazer, fortalecimento identitário e de resistência. Se para quase todos os agricultores são um lugar de produção para auto-sustento, tomam, por outras vias, uma dimensão mais abrangente, como lugares de sociabilidades. Os protagonistas destas hortas são, na sua maioria, ex-camponeses cabo-verdianos chegados a Portugal nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Com eles trouxeram a sua cultura e na cidade de alguma forma a mantiveram. Os camponeses migrados na cidade, não são entidades humanas absorvidas ou marginalizadas por uma suposta máquina “devoradora” urbana. Estes antigos camponeses, no seu processo de adaptação à cidade, mantêm parte das suas estruturas sociais, construindo e transformando também a cidade.

Por isso, nestes lugares, as formas de reciprocidade, como a dádiva e a entreajuda, desaguam em sociabilidades únicas e fortalecem os laços entre os agricultores e a comunidade, assim como a relação destes com a cidade. Quando ali se faz trabalho coletivo recíproco, como o *djunta mom*, dão-se terrenos a “compadres”, ou entregam-se alimentos a familiares em forma de dádiva, estamos perante reproduções de relacionamentos camponeses cabo-verdianos. No entanto, esses relacionamentos sociais desligam-se, de certa forma, da função que tiveram no passado no arquipélago e embrulham-se na cidade em novos simbolismos e sociabilidades. As sociabilidades que se produzem nas hortas são urbanas e estes ex-camponeses são não só protagonistas na conservação e reprodução de formas sociais camponesas, mas são também eles criadores de novas sociabilidades, urbanas. Estes homens e mulheres cabo-verdianos são atores e não apenas espetadores da vida social da cidade.

Uma das limitações com a qual a minha etnografia se deparou foi a sua limitação às zonas da Buraca e Reboleira, e o seu foco apenas em hortas ligadas a bairros informais. Seria interessante que este trabalho, no futuro, pudesse ser alargado a outras áreas da Amadora, fundamentalmente a hortas conectadas com bairros sociais do concelho, como o Casal da Mira ou o Casal da Boba. No entanto, isso não foi possível porque me deparei com um problema comum a muitos colegas, a falta de financiamento, que não me possibilitou trabalhar mais meses. Assim, os 5 meses durante os quais me dediquei inteiramente a este trabalho foram financiados pelo esforço de outros projetos que integrei, felizmente todos na área das ciências sociais. No entanto, não podemos aceitar de ânimo leve que as teses de mestrados de antropologia sejam normalmente realizadas sem financiamento. Este cenário poderia mudar se: os alunos fossem vistos mais como criadores de conhecimento científico e menos

como clientes; houvesse mais financiamento para a academia; e as ciências deixassem de ser valorizadas principalmente pelo lucro que produzem.

Apesar das hortas urbanas ocuparem uma enorme área do solo da Área Metropolitana de Lisboa e cumprirem um papel fundamental na economia de muitas famílias e nas sociabilidades dos habitantes da cidade, nas ciências sociais portuguesas poucos estudos se fizeram sobre o tema. Esta foi também uma limitação com que me deparei desde o início.

Por outro lado, evitei abordar a questão da dicotomia campo vs cidade porque me levaria a caminhos mais extensos que aqui não poderia desenvolver. Quem sabe se esta não será uma das pistas a explorar num futuro estudo sobre o tema. As hortas na cidade poderão ser um exemplo dessa oposição, ou até a demonstração da relatividade ou fim dessa dicotomia.

As hortas urbanas cabo-verdianas da AML são, em geral, ocupações de terrenos públicos. Esta suposta “desobediência” contra a propriedade é possibilitada por várias razões: o “direito à subsistência” presente na moral camponesa cabo-verdiana, que em nada vê de errado uma ocupação para cultivo de terras incultas; Portugal ter vivido um período revolucionário entre 1974 e 1975 onde as ocupações foram prática comum; e a não regulamentação do uso de solos para agricultura urbana. Assim, a análise das hortas como um espaço de resistência social e económica na cidade de “Lisboa”, poderia ser também um desses caminhos de estudo.

Felizmente, encontrei um “pedaço” onde pude “olhar de perto” as relações sociais que se dão nas hortas urbanas de cabo-verdianos. A horta no cruzamento entre o IC19 e a CRIL, na Buraca, foi um lugar especial e revelador de sociabilidades interessantes. Lá, para além da observação geral, integrei-me em “almoçaradas” e até mesmo no trabalho coletivo, ultrapassando a barreira do “estranho”. Este lugar, através do seu passado, contou-me de forma original a história urbana da AML. Ali, de um espaço rural com quintas na década de 1950, desenvolveu-se entre 1960 e 1980, uma área de construção informal, com casas e hortas urbanas. Esse lugar foi destruído por volta de 1995, quando grandes vias se construíram ali. Mais tarde, já sobre os interstícios que sobraram entre o betão e o asfalto, o espaço foi novamente ocupado para cultivo em 2005. Recentemente, voltaram a haver novas construções e expulsões, mas a perseverança e a solidariedade entre agricultores manteve aquele “pedaço” nas suas mãos.

Um estudo concentrado sobre a história das hortas que se elevam entre o asfalto e o betão, entre o IC19 e a CRIL, daria um trabalho científico ou literário interessantíssimo. As fotografias aéreas e as pessoas que por ali passaram contar-nos-iam a história moderna de “Lisboa”. Essa história revelaria a urbanização e a industrialização recentes da cidade, onde a sua população teve de lutar pelo direito a ter uma casa ou uma horta. Seria uma história de opressão, liberdade, sociabilidades, organização e resistência. Seria, no fundo, a história de um longo percurso de luta dos habitantes de Lisboa pelo direito à cidade.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Luís de e Maria Emília Madeira Santos (1988) (orgs.), *História Geral de Cabo Verde – Volume 2*, Lisboa, IICT – Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.
- Anderson, Benedict (2006), *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, London, Verso Books.
- Batalha, Luís e Carling Jørgen (2008) (orgs.), *Carling Transnational Archipelago: perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press.
- Batalha, Luís (2008a) “Capeverdeans in Portugal” em Luís Batalha et al. (orgs.), *Carling Transnational Archipelago: perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press.
- Batalha, Luís (2008b) “Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade” em Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Barradas, Ana (1995), *Ministros da Noite – Livro Negro da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Antígona.
- Cabannes, Yves e Isabel Raposo (2013), “Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City - Practices in Lisbon and London”, *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 17(2), pp. 235-250.
- Cachado, Rita (2013), “O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória”, *Etnográfica*, 17 (3), pp. 477-499.
- Castel’Branco, Isabel e Susana Saraiva (1985), “As “hortas urbanas” em Lisboa”, *Sociedade e Território*, 3, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 100-111.
- Carmo, Alexandra do (2016), “Urbanas (as sementes)”, vídeo.
- Carreira, António (1984) [1977], *Cabo Verde: Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX*, Lisboa, Ulmeiro.
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um lugar na cidade : quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- Cordeiro, Graça Índias; Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (2003) (orgs.) *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da Costa (2003), “Estilos de Sociabilidade” em Graça Índias Cordeiro, et al. (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta.
- Couto, Carlos Ferreira (2001), *Estratégias Familiares de Subsistência Rurais em Santiago de Cabo Verde*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa.
- Couto, Carlos Ferreira (2010), *Incerteza, adaptabilidade e inovação na sociedade rural da ilha de Santiago de Cabo Verde*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Doughty, Paul (1970), “Behind the back of the city”, em William Mangin (orgs.), *Peasants in Cities – Readings in the Anthropology of Urbanization*, Boston, Houghton Mifflin Company.
- Ferro, Lígia (2011), *Da rua para o mundo: configurações do graffiti e do parkour e campos de possibilidades urbanas*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Fletcher, James (2015), “They hate black people”, *BBC News*, de 23 de janeiro de 2015. Consultado a 10.05.15, <http://www.bbc.com/news/magazine-32419952>.
- Frúgoli Jr., Heitor (2006), *Sociabilidade Urbana*, Rio de Janeiro, Zahar - Jorge Zahar Editor.
- Góis, Pedro (org.) (2008), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-*

- verdiana, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (2013) “Destruição de hortas urbanas na Serra do Marco (Falagueira, Amadora)”, página consultada a 07/10/15
<http://www.beparlamento.net/destrui%C3%A7%C3%A3o-de-hortas-urbanas-na-serra-do-marco-falagueira-amadora>
- Henriques, Joana Gorjão (2015), “Os polícias disseram que nós, africanos, temos de morrer”, Público On-line, de 10 de fevereiro de 2015. Consultado a 23.5.15 em
<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/os-policias-disseram-que-nos-africanos-temos-de-morrer-1685599>.
- Horta, Ana Paula Beja (2008), *A construção da alteridade : nacionalidade, políticas de imigração e acção colectiva migrante na sociedade portuguesa pós-colonial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- INE (2013), “Censos 2011 - População residente por freguesia, CAOP 2013 (CSV) Instituto Nacional de Estatística. Site Visitado em 14/05/2014.
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros
- Ingold, Tim e Jo Lee Vergunst (orgs.) (2008), *Ways of Walking – Ethnography and Practice on Foot*, Farnham, Ashgate.
- Langworthy, Mark e Timothy J. Finan (1997), *Waiting for rain – Agriculture and Ecological Imbalance in Cape Verde*, London, Lynne Rienner Publishers.
- Lefebvre, Henri (2011) [1968], *O Direito à Cidade*, São paulo, Editora Centauro.
- Lewis, Oscar (1952), “Urbanization without breakdown: a case study”. *The Scientific Monthly*, 75 (1) , pp. 31-41.
- Lopes, Baltazar (2008) [1947], *Chiquinho*, Lisboa, Biblioteca Editores Independentes/Cotovia.
- Lopes, Manuel (1960), *Flagelados do Vento Leste*, Lisboa, Editora Ulisseia.
- Luiz, Juliana T. e Sílvia Jorge (2012), “Hortas urbanas cultivadas por populações caboverdianas na Área Metropolitana de Lisboa: Entre a produção de alimentos e as sociabilidades no espaço urbano não legal”, *Miradas em Movimento*, January 2012, pp. 142-158.
- Luiz, Juliana e Leonardo Verone (2012) “O espaço das agriculturas urbanas na Grande Lisboa: Trajectórias transversais à cidade”, Comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia.
- Luiz, Juliana (2012) “Materializando a cidadania nas urbanizações não planeadas: o papel das hortas urbanas para as comunidades (i)migrantes da Grande Lisboa.” Apresentação de Poster Doutoramento.
- Magnani, José Guilherme Cantor (2011), “Palestra sobre Antropologia Urbana na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), <https://www.youtube.com/watch?v=CB1bw7DE5II>.
- Magnani, José Guilherme Cantor (2003) [1984], *Festa no pedaço – Cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo, Hucitec e Unesp.
- Magnani, José Guilherme Cantor (2002), “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), pp. 11-29.
- Malinowski, Bronislaw (1992) [1922] *Argonauts of the Wetsern Pacific – An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*, London, Routledge.
- Malheiros, Jorge da Silva e Pedro Letria (1999), *À descoberta dos novos descobridores*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- Mangin, William (1970 a), "Introduction" em William Mangin (org.), *Peasants in Cities – Readings in the Anthropology of Urbanization*, Boston, Houghton Mifflin Company.
- Mangin, William (1970 b), "Urbanization case – History in Peru" em William Mangin (org.), *Peasants in Cities – Readings in the Anthropology of Urbanization*, Boston, Houghton Mifflin Company.
- Carolino, Júlia e Ana Flávia Miguel (2015), "Ficha de Património Imaterial (Kola San Jon)", Página consultada a 10/10/2015, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=337>
- Mauss, Marcel (1950), *Ensaio Sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- Mintz, Sidney W. (1986), *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History*, London, Penguin Books.
- Monteiro, César Augusto (2011), *Música Migrante em Lisboa: Trajectos e Práticas de Músicos Cabo-verdianos Lisboa*, Lisboa, Mundo Sociais.
- New Geography (2015), "European Metropolitan Areas as Designated by Eurostat", Página consultada a 10.09.2015 <http://www.newgeography.com/content/003879-major-metropolitan-areas-europe>.
- Pardue, Derek (2014), "Kriolu Scenes in Lisbon: Where Migration experiences and Housing Policy Meet", *City & Society*, 26 (2), pp. 308-330.
- Público (10/07/2012) "DGS assegura que Portugal só tem casos importados de Malária" <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/dgs-assegura-que-portugal-so-tem-casos-importados-de-malaria-1554230>, página consultada em Setembro de 2015.
- Priberam (2015), "dicionário on-line da Priberam", Página consultada entre Setembro e Outubro de 2015 <http://www.priberam.pt/>.
- Raposo, Otávio (2005), "Sociabilidades juvenis em contexto urbano, Um olhar sobre alguns jovens do Bairro Alto da Cova da Moura", *Fórum Sociológico*, 13/14 (2), pp. 151-170.
- Raposo, Otávio (2010), "Tu és rapper, Representa Arrentela, És Red Eyes Gang: Sociabilidades e estilos de vida de jovens do subúrbio de Lisboa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64, pp.127-147.
- Redfield, Robert (1960) [1956], *Peasant Society and culture*, London, University of Chicago Press.
- Ribeiro, Orlando (1960), *A ilha do fogo e as suas erupções*, Famalicão, Minerva.
- Salgueiro, Teresa Barata (1977), "Bairros clandestinos na periferia de Lisboa", *Finisterra*, Lisboa, 12(23), pp. 28-55.
- SEF (2014) *Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo*. SEF. Página Consultada a 26.06.2015, http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf
- Scott, James C. (1976), *The Moral economy of the Peasant – Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, New Haven and London, Yale University Press.
- Serviços de Imagens Aéreas C.M.Amadora (2015) "Serviços de Imagens Aéreas da Câmara Municipal da Amadora" página consultada em Setembro e Outubro de 2015, http://geoportal.cm-amadora.pt/files_geoportal/servico_01_imagens_aereas.html.
- Shelter, Jan Bender (2007), *Imagining Serengeti: a history of landscape memory in Tanzania from earliest times to the present*, Athens, Ohio University Press.
- Sieber, Timothy (2005), "Popular Music and Cultural Identity in the Cape Verdean Post-Colonial diaspora", *Etnográfica*, IX(1), pp. 123-148.
- Simić, Andrei (1973), *The Peasant Urbanites – A study of rural-urban mobility in Serbia*, New York, Seminar Press.
- Temudo, Marina Padrão (2008), *A Terra está a emagrecer – Santiago, Cabo Verde*, Lisboa, Periploi.

- Tinhorão, José Ramos (1988), *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Lisboa, Caminho.
- United Nations (2015 a), “Population Division”, Página Consultada a 02.09.15, <http://esa.un.org/unpd/wup/DataQuery/>
- United Nations (2015 b), “Population of Urban Agglomerations with 300,000 Inhabitants or More in 2014, by Country, 1950-2030 (thousands)”, Página consultada a 10.09.05, <http://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/>
- Vasconcelos, J. Leite de (1920) “Espécime português da raça negra”, *Boletim de Etnografia – Publicação do Museu Etnológico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Wirth, Louis (1938), “Urbanism as a way of life”. *The American Journal of Sociology*. V.XLIV, pp. 1-24.
- Wolf, Eric (1970) [1966], *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro,